

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



Nº 40
ISSN 223 6-9643







revista da
AAL
{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



número 40
fundada em 1º de janeiro de 1918
ANO 104  2022

¶ DIRETORIA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Biênio 2022/2023

Presidente • ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Vice-Presidente • ABRAHIM SENA BAZE

Secretária-Geral • MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Secretário-Adjunto • MARCOS FREDERICO KRÜGER ALEIXO

Tesoureiro • EULER ESTEVES RIBEIRO

Tesoureiro-Adjunto • MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Diretor de Patrimônio • MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Diretora de Promoções e Eventos • ARTEMIS DE ARAÚJO SOARES

Diretor de Edições • ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Suplentes

CARMEN NOVOA SILVA

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

SERGIO VIEIRA CARDOSO



COPYRIGHT © ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 2022

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Robério Braga

COMISSÃO EDITORIAL

*Marcos Vilaça · Elson Farias · William Rodrigues · Bernardo Cabral
· Lafayette Vieira · José Braga · Carmen Novoa Silva · Dom Luiz Vieira · Márcio Souza
· Almino Affonso · Aldisio Filgueiras · Sergio Cardoso · Artemis Soares*

PRODUÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE

Marcicley Reggo · Dayana Teófilo

Fotos de Roumen Koynov do livro “Arte urbana de Manaus”.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mazé Mourão {reg. profissional 16700/101/48}

FICHA CATALOGRÁFICA

Ycaro Verçosa dos Santos {CRB-11 287}

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS.

– Ano 104, nº 40 (2022). Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2022.

ISSN 2236-9643

220 p.

1. Literatura brasileira – periódicos II.

CDD B869.05

A A L

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Rua Ramos Ferreira, n.º 1.009
Centro Histórico de Manaus. CEP: 69.010-120
tel./fax: (92) 3342 5381
academiadeletras.am@gmail.com
www.academiaamazonensedeletras.com

Manaus  Amazonas

¶ QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS EFETIVOS

• 1	Pericles Moraes	José Bernardo Cabral
• 2	Euclides da Cunha	Sergio Vieira Cardoso
• 3	Gonçalves Dias	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
• 4	Sílvio Romero	Newton Sabbá Guimarães
• 5	Araújo Filho	Vaga
• 6	Adriano Jorge	Rosa Mendonça de Brito
• 7	Maranhão Sobrinho	Aldisio Gomes Filgueiras
• 8	Torquato Tapajós	Euler Esteves Ribeiro
• 9	Machado de Assis	José dos Santos Pereira Braga
• 10	Barão do Rio Branco	Mário Ypiranga Monteiro Neto
• 11	José Veríssimo	Marcus Luiz Barroso Barros
• 12	Olavo Bilac	Elson José Bentes Farias
• 13	Estelita Tapajós	Abrahim Sena Baze
• 14	Barão de Sant'Anna Nery	Cláudio do Carmo Chaves
• 15	Graça Aranha	Almino Monteiro Álvares Affonso
• 16	João Leda	Tenório Nunes Telles de Menezes
• 17	Francisco de Castro	José Geraldo Xavier dos Anjos
• 18	Jonas da Silva	Vaga
• 19	Coelho Neto	Lafayette Carneiro Vieira
• 20	João Ribeiro	Francisco Gomes da Silva
• 21	Tenreiro Aranha	Márcia Perales Mendes Silva
• 22	Farias Brito	Robério dos Santos Pereira Braga
• 23	Cruz e Sousa	Júlio Antonio de Jorge Lopes
• 24	Joaquim Nabuco	Marilene Corrêa da Silva Freitas
• 25	Araújo Lima	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
• 26	Rui Barbosa	José Roberto Tadros
• 27	Tavares Bastos	José Maria Pinto de Figueiredo
• 28	Aníbal Teófilo	Maria José Mazé Santiago Mourão

• 29	Castro Alves	Vaga
• 30	Araripe Júnior	Marcos Frederico Krüger Aleixo
• 31	Raimundo Monteiro	Max Carphentier Luiz da Costa
• 32	Bernardo Ramos	Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
• 33	Antônio Brandão de Amorim	Carmen Novoa Silva
• 34	Ermanno Stradelli	Antônio José Souto Loureiro
• 35	Dom Frederico Costa	Arlindo Augusto dos Santos Porto
• 36	Inglês de Souza	Dom Luiz Soares Vieira
• 37	Benjamin Lima	Vaga
• 38	Barbosa Rodrigues	William Antônio Rodrigues
• 39	Alfredo da Matta	Aristóteles Comte de Alencar Filho
• 40	Paulino de Brito	Artemis de Araújo Soares

Sumário

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	11
----------------------------	----

{ACADEMIA DE PORTAS ABERTAS}

Proteção de dados: apontamentos sobre a nova LGPD

ACRAM SALAMEH ISPER JR, <i>advogado</i>	15
---	----

{ORATÓRIA}

Academia Brasileira de Letras Jurídicas

<i>Discurso de posse de</i> JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA	31
---	----

{ALGUMA POESIA}

Soneto de nossas bodas de ouro, LAFAYETTE VIEIRA.....	45
---	----

Vão, ALMIR DINIZ	46
------------------------	----

Poema para Manaus, MAX CARPHENTIER	48
--	----

Bilhete, NUNES PEREIRA.....	50
-----------------------------	----

Balada da lua de lata, ELSON FARIAS	51
---	----

{ENSAIOS}

Direitos Humanos e o programa Bolsa Família na formação continuada de professores

ROSA MENDONÇA DE BRITO GISELE DE BRITO BRAGA.....	55
---	----

Cruz e Sousa: o poeta do Desterro

JÚLIO ANTONIO LOPES	70
---------------------------	----

Reescrevendo E O Vento Levou...: a morte do Grão-Pará e o parto do Império do Brasil

MÁRCIO SOUZA	79
--------------------	----

A Amazônia primitiva

FRANCISCO GOMES DA SILVA.....	96
-------------------------------	----

De Augusto a Matraga, o desconcerto do amor

ZEMARIA PINTO	102
---------------------	-----

The background of the page is a collage of various images. On the left, there are vertical panels of Amazonian art, including a stylized tree, a face with a star, and a large eye with a spiral. On the right, there is a vertical strip of graffiti, with words like 'SAN', 'ANA', 'HIP', and 'A' visible. The central text is on a white rectangular background.

{PORTFÓLIO}

Impressões de um artista contemporâneo amazonense

SERGIO CARDOSO, *artista* 115

{CRÔNICAS}

Banhos de Manaus

ANTÔNIO LOUREIRO 119

Um estranho Natal em uma terra estranha

IRMÃ MARÍLIA MENEZES 121

{RESENHA}

A Dança dos Fantasmas

ANIBAL BEÇA 129

{ARTIGOS}

O automóvel na Manaus antiga: notas esparsas

ROBÉRIO BRAGA 133

Bernardo Cabral, um estadista da República

JÚLIO ANTONIO LOPES 140

Processo de independência do Brasil 200 anos

EULER RIBEIRO 144

José Cláudio de Mesquita, o apóstolo da heveicultura:
um português na história do Amazonas

ABRAHIM BAZE 146

A Semana de 22 e suas reverberações no Amazonas

ZEMARIA PINTO 153

Comemoração da Semana de Arte Moderna

MARCOS FREDERICO 164

A Academia e a Semana de 22

ELSON FARIAS 169

{A COLHEITA – FRUTOS DO TRABALHO}

Resumo das Atividades da Administração – 2018-2022

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA 184

— Palavra do Presidente

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Mantendo a centenária tradição a Academia Amazonense de Letras lança mais uma revista contendo crônicas, poesias, discursos, artigos de opinião, biografias e relatório da sua diretoria.

Um dos reflexos negativos da recente pandemia foi o retardo de diversas ações coletivas que foram postergadas por motivo de segurança. A prioridade era sobreviver a esse terrível e inesperado caos na saúde mundial.

Claudicando, as diversas atividades são retomadas ainda envoltas no medo justificado pelo desconhecimento desse perigoso inimigo.

A Revista da Academia Amazonense de Letras surge pujante mostrando raro esplendor para mostrar que a Literatura sobreviveu ao caos mundial. Os escritores e poetas aproveitaram esse recolhimento compulsório e continuaram a produzir belas páginas. Vários projetos foram mantidos em incubadora e agora eclodem em profusão para ocupar as páginas desta bela Revista.

Compatível com seu ecletismo, a Academia Amazonense de Letras publica o número atual abrangendo conteúdos diversos que decerto agradarão a preferência de seus vários leitores.

Boa leitura.





{ *Academia de* PORTAS ABERTAS }

— Proteção de dados: apontamentos sobre a nova LGPD

ACRAM SALAMEH ISPER JR, *advogado*

INTRODUÇÃO

A mudança é a única constante na sociedade humana e por esse motivo, ocorrem as transformações sociais, ou a disrupção da mesma por meio de tecnologias inovadoras. Dentre diversos doutrinadores que já versaram a respeito, destacamos Bauman (2007), Dallmayr (2001) e Sennett (2006). Eles nos convencem que as mudanças que vem ocorrendo na individualidade humana criam um novo habitat social, surgindo com desafios e oportunidades que devem ser regulados e estudados. Nessa acepção:

A virtude que se proclama servir melhor aos interesses do indivíduo não é a conformidade às regras (as quais, em todo caso, são poucas e contraditórias), mas a flexibilidade: a prontidão em mudar repentinamente de táticas e de estilo, abandonar compromissos e lealdades sem arrependimento – e buscar oportunidades mais de acordo com sua disponibilidade atual do que com as próprias referências. É o momento de perguntar como essas mudanças modificam o espectro de desafios que homens e mulheres encontram em seus objetivos individuais e, portanto, obliquamente, como influenciam a maneira como estes tendem a viver suas vidas (Bauman, 2007, p. 10).

De modo acentuado devemos observar a individualidade e a facilidade de desvínculo e desapego das relações humanas, muito embora a Constituição Brasileira tenha como princípio a fraternidade e a solidariedade, para Bauman, ela seria inconciliável com a sociedade individualista da pós-modernidade. Para Bauman, a sociedade contemporânea atual, hiperglobalizada, não detém mais a proteção

- 16 do Estado e deve enfrentar os desafios jurídicos a um nível planetário, haja vista que as soluções devem conter diversas jurisdições posto insuficientes soluções locais.

O Historiador Yuval Harari discorre a respeito das transformações e sua rapidez:

Pois à medida que o ritmo das mudanças aumenta, é provável que não apenas a economia, mas o próprio sentido de “ser humano” mude. Já em 1848 o Manifesto Comunista declarou que “tudo o que é sólido, desmancha no ar”. No entanto, Marx e Engels estavam pensando principalmente em estruturas sociais e econômicas. Em 2048, estruturas físicas e cognitivas também desmancharão no ar, ou numa nuvem de bits de dados (Harari, 2018, p. 323).

Diante dessa dúvida, surge a pergunta: “O que é o Estado e qual a importância da Constituição no contexto da mutabilidade social hiperglobalizada?”.

O Professor Fred Dallmayr, provoca com questionamentos ainda mais intrincados:

[...] a questão que pode ser levantada, entretanto, é se as iniciativas pós-modernas têm um potencial capacitados ou incapacitados da vida pública. Ou, em termos mais específicos, se a ênfase da não comunalidade radical empurra a democracia para a aporia ou para um abismo (Dallmayr, 2001, p. 21).

Posto isto, as transformações contemporâneas, implicam inexoravelmente à necessidade de uma observação profunda dos novos fatos em análise, sob o risco de gerar proposições que aumentem ainda mais as problemáticas em estudo e ocasionando efeitos colaterais ainda mais danosos.

O desenvolvimento tecnológico vem rompendo paradigmas sociais, *exempli gratia*, com o “Big Data”, “Blockchain” e o “machine learning”. Desta forma, novos desafios surgiram para a Ciência Jurídica, o maior deles, a proteção de dados pessoais dos usuários. A proteção de dados é tratada pela maioria dos ordenamentos jurídicos como um instrumento constitucional para a proteção da dignidade da pessoa humana, caracterizada e doutrinada como um direito humano. Nos últimos anos, foram elaboradas algumas legislações nacionais

específicas que buscam a sua proteção, e a grande maioria das nações 17 foi pressionada para se conformar com a aplicação obrigatória e extra-territorial do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD da União Europeia. Nesta oportunidade, o artigo analisará o tema em relação à proteção de dados antes da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Especialmente com relação à Medida Provisória 869, de 27 de dezembro de 2018, serão apresentadas as alterações mais relevantes realizadas na LGPD e referidas algumas das Emendas apresentadas pelo Congresso Nacional. Quanto à Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 serão abordadas algumas questões relevantes, como as hipóteses de tratamento, o tratamento automatizado de dados pessoais e será analisada a entrada em vigor da Lei de Proteção de Dados de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) e as alterações trazidas pela Lei 13.853/2019, que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Desta feita, ao final deste estudo será possível verificarmos que a LGPD proporcionou uma evolução na legislação brasileira, a qual esperamos que aproxime o país ainda mais do mercado internacional, tendo em vista os dados pessoais transfronteiros. Especialmente com relação à União Europeia, confiamos que tal legislação e seus eventuais ajustes possibilitarão com que a Comissão Europeia avalie o Brasil como país com nível adequado de proteção de dados pessoais, permitindo assim a intensificação de transações comerciais e novos investimentos.

LEGISLAÇÃO PRÉ-LGPD NO BRASIL

Existiam diversos regulamentos setoriais e até diplomas que já abordavam o tema tanto de forma superficial ou direta. Assim como o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), do Decreto que o regulamentou (Decreto 8.711/2016) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), que já estava em vigor, *Exempli Gratia*:

a) relação de consumo: Lei 12.414/2011 (Lei do Cadastro Positivo) e Decreto 7.962/2013 (contratação no comércio eletrônico);

b) setor de saúde: Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.821/2007 (prontuários eletrônicos e dados médicos) e Resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar 305/2012 (troca de informações

18 na Saúde Suplementar);

c) área financeira: Decreto 4.489/2002 (prestação de informações pelas instituições financeiras à Secretaria da Receita Federal);

d) setor público: Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Decreto 8.777/2016 (Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal) e Decreto 8.789/2016 (compartilhamento de base de dados na administração pública federal);

e) outros: Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e Resolução do Conselho Nacional de Trânsito 245/2007 (instalação de equipamentos de rastreamento nos veículos saídos de fábrica).

Mesmo com tais legislações, as mesmas não foram suficientes ao contexto pós-moderno. O Brasil foi praticamente compelido a adotar a Lei 13.709/2018, pois existiam fatores que o pressionavam, como:

a) a aplicação extraterritorial do RGPD, Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e a livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), sendo assim necessário a adequação do Brasil a tal contexto;

b) o vazamento de dados pessoal, tendo grande relevância aquele que envolveu a Cambridge Analytica e o Facebook e

c) a intenção do Brasil em pleitear vaga na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo determinante uma legislação de proteção de dados com os princípios da entidade sobre o tema.

ESCOPO DE APLICAÇÃO E PRINCÍPIOS DA LGPD

A atenção da LGPD é essencialmente voltada a pessoas físicas e naturais, cujos dados pessoais estejam sendo utilizados e tratados por empresas ou órgãos públicos. Esses objetivos ficam claros já no seu artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (Grifou-se)

Portanto, a LGPD não é aplicável a dados pertinentes às pessoas jurídicas, pois os mesmos são tutelados pela propriedade intelectual. Interessante frisar, que de acordo com o artigo 4º, a mesma lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais utilizados por pessoa natural para fins particulares e não econômicos; ou tão-somente para fins jornalístico, artístico ou acadêmico; assim como para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais. Aliás, a LGPD da mesma forma não se aplica a dados de pessoas falecidas e dados em trânsito, que seriam aqueles que têm como destino agente diverso dos Agentes de Tratamento no Brasil. O âmbito da jurisdição geográfica da LGPD será aplicável aos dados tratados no território brasileiro, mesmo que envolvendo um estrangeiro. Um questionamento se mostra como um grande desafio, é aquele que se refere à forma de coercibilidade dessa norma. A nova lei traz uma série de princípios basilares dessa regulação, espelhando os principais fundamentos do regramento europeu. Nada obstante, é possível observar que a LGPD e o GDPR têm mais temas de convergência do que diferença entre seus textos. Segundo os princípios da finalidade, adequação e necessidade, correspondentes ao “data minimisation”, que é o princípio que os dados pessoais devem ser certos, relevantes e limitados em relação aos fins específicos para os quais eles são processados. Visando impedir justamente o uso ilimitado dos dados pessoais coletados, e que os mesmos não sejam utilizados de forma diversa a que os titulares destas informações deram consentimento. De acordo com o princípio do livre acesso, o usuário poderá obter uma cópia gratuita dos seus dados coletados, tendo também o direito de saber a maneira pela qual seus dados serão processados pelo controlador, que estará obrigado a cumprir o requisitado no prazo máximo de 1 (um) mês. Também, pelo princípio da qualidade dos dados, estes devem ser claros e, quando imperativo, atualizados. O operador desses dados, visando os fins para os quais eles são processados, deve garantir que os dados pessoais imprecisos serão apagados ou corrigidos rapidamente e com a lisura necessária. De acordo com o princípio da transparência, organizações deverão providenciar todas as informações extensivas aos indivíduos quanto ao processamento de seus dados, devendo ser disponibiliza-

- 20 dos de forma precisa, transparente, inteligível e acessível ao titular dos dados, sem importar seu conhecimento técnico. Os princípios da segurança e prevenção, exigem que esses dados sejam processados de forma a garantir a segurança adequada, incluindo a proteção contra o processamento não autorizado ou ilegal. Protegendo ainda contra perdas, destruições ou danos acidentais, utilizando medidas técnicas, organizacionais e operacionais adequadas. Já o princípio da não discriminação, com correspondência no GDPR europeu, proíbe o emprego de dados sensíveis. O preâmbulo, em seu item 85, robustece a premissa de que a violação de dados pessoais pode, quando feita de forma inapropriada, resultar em danos imensuráveis, como a perda de controle do titular sob seus próprios dados, roubo de identidade e discriminação. Desta forma, é imperativo que assim que o controlador de dados identificar que houve uma infração, deve notificá-la às autoridades de supervisão em ato contínuo. A LGPD não instituiu um prazo para essa comunicação, o que em nossa visão é um erro, pois, o GDPR, determina a obrigatoriedade da empresa em comunicar aos consumidores em até 72 horas em caso de vazamento de dados. As empresas necessitarão de investimento em “compliance” com essa nova exigência do regramento europeu.

O DIREITO À EXPLICAÇÃO NA LGPD E PROBLEMÁTICA DAS DECISÕES AUTOMATIZADAS

A sociedade vem gradativamente perdendo o controle de que forma os algoritmos foram criados para chegar às próprias conclusões – quais os parâmetros de conduta, qual a capacidade da autoprogramação da inteligência artificial, sem parâmetros lógicos e morais dos seres humanos – o direito à explicação, imaginado como extensão do princípio da boa-fé e do direito à transparência. Destacamos que esse direito, compreendido como o “direito de receber informações suficientes e inteligíveis que permita ao titular dos dados entender a lógica e os critérios utilizados para tratar seus dados pessoais para uma ou várias finalidades”, já existia antes de ser expressamente inserido pela LGPD. Como vimos anteriormente, sua proteção, derivava de uma regulação setorial, disposta no sistema do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Lei de Cadastro Positivo, voltada às decisões

automatizadas relativas à concessão de crédito, modelagem e cálculo de risco de crédito. 21

Não obstante seu alvo reduzido de aplicação antes da LGPD, é essencial entender os princípios que fundamentam o direito à explicação na atualidade, pois ainda são os mesmos que continuam a legitimar a sua expansão, advinda em decorrência da circunstância fática das novas tecnologias.

Como forma de garantia dos direitos dos consumidores, o CDC busca impedir práticas abusivas e discriminatórias, desta maneira mantendo um ambiente comercial saudável, balizado nos princípios da transparência e da boa-fé nas relações de consumo. Com o disposto no artigo 43 da LGPD, fica explícito o direito do consumidor à informação quanto aos seus cadastros, bancos de dados, informações a seu respeito e às respectivas fontes de uma maneira clara para o seu entendimento. Da mesma forma, o artigo 46 da LGPD versa que os consumidores não podem ser induzidos a adquirir obrigações se não houver conhecimento prévio do conteúdo do contrato, ou se as informações não forem claras com o propósito de dificultar a compreensão do leitor. Em cadência com os princípios que regem as relações de consumo, a Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414/2011 – LCP), que procura disciplinar a consulta a banco de dados com informações de adimplimento para a formação de histórico de crédito, também tem como finalidade reduzir a dissimetria de informações e a possibilidade da coleta de dados apenas após o consentimento do consumidor. De tal modo, em seu art. 5º, incisos IV a VII, a LCP afirma o direito à explicação quanto às decisões automatizadas em relações de consumo. Esse é o caso da caracterização da taxa de juros entre distintos consumidores, com baldrame em suas características pessoais, colhidas e retidas em bancos de dados. A norma também limita os tipos de dados que podem ser aproveitados para o cálculo do risco de crédito, proibindo dados pessoais delicados e aqueles pertinentes “à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às condições políticas, religiosas e filosóficas”. Cumpre observar o posicionamento firmado pelos tribunais superiores sobre o assunto. Após a publicação da Súmula 550 do STJ, que autoriza a utilização de dados pessoais para fins de crédito ainda que sem o consentimento

22 do credor, garantido o direito à explicação, o Tribunal, no julgamento do REsp 1.304.736/RS, estabeleceu que para haver interesse de agir do consumidor quanto ao emprego de suas informações, é imperativo que as decisões tenham um impacto específico na vida das pessoas.

Positivado no sistema de normas é precário para lidar com as situações que se apresentam na pós-modernidade. Enfim, a implementação de novas tecnologias possibilita o uso comercial de dados pessoais voltados para cenários além do consentimento de crédito aos consumidores, podendo ser aplicados à saúde, com a análise de dados genéticos; à educação, para garantir educação individualizada a cada criança com base em suas características e inclinações; ao emprego, com a seleção do currículo de candidatos; à informação, com a criação de perfis comportamentais; à liberdade, com a dosimetria da pena; à cidadania, com o acesso a serviços públicos conectado à pontuações dos cidadãos. A fim de assegurar que tais direitos pudessem ser utilizados nas mais diversas situações, a LGPD institui o direito à explicação, em aquiescência com outras normas e no mesmo sentido do raciocínio já firmado pelo STF, de que o dever de informação deriva das obrigações derivadas da boa-fé objetiva. Dessa forma, é garantido aos titulares dos dados “informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a organização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento. (Frazão, 2019). Uma garantia não prevista no ordenamento europeu se refere ao tratamento e à identificação de dados anônimos, quando os mesmos forem utilizados na formação de perfis comportamentais de pessoas identificadas. Surge, assim, uma nova vertente do direito à explicação – consistindo não estar absolutamente sujeito a decisões integralmente automatizadas – o direito à revisão, no qual o titular dos dados pode demandar que a decisão que conflite com seus interesses, seja outra vez examinada por uma pessoa natural para analisar detidamente e dar transparências aos critérios utilizados naquela decisão. Pois é essencial que as informações prestadas sejam claras e inteligíveis, detalhadas na medida para que o particular exerça seu direito à oposição. Existirão prováveis casos de recusa por parte da empresa gestora dos dados em fornecer os esclarecimentos solicitados, sendo este papel exercido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Que deverá instaurar processo administrativo, realizar

auditorias nos sistemas da entidade a fim de examinar a existência de aspectos discriminatórios na utilização de dados pessoais por certo banco de dados ou inteligência artificial. 23

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

A Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão federal que editará as normas e fiscalizará a metodologia dos procedimentos de proteção de dados pessoais. A lei deriva da Medida Provisória 869/2018 e foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro com nove vetos.

Elaborada ainda na gestão passada pelo então presidente Michel Temer, a MP 869 alterou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei 13.709, de 2018), norma esta que regulamentou como as organizações (empresas, bancos, órgãos públicos e outros) empregam os dados pessoais de seus usuários. A ANPD deve velar pela proteção de dados pessoais, criar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e sancionar em caso de transgressão.

A ANPD tem natureza transitória, com a opção de se transformar em uma autarquia vinculada à Presidência da República após dois anos, à discrição do governo. O novo órgão será estruturado da seguinte maneira: Conselho Diretor (órgão máximo de direção), Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, Corregedoria, Ouvidoria, órgão de assessoramento jurídico próprio e unidades administrativas necessárias à aplicação da lei. A direção ANPD será formada por pessoas de notórios saber que serão nomeados para mandatos específicos. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 23 representantes, titulares e suplentes, de órgãos públicos e da sociedade civil.

CONCLUSÃO

O artigo tem o escopo de fazer uma reflexão sobre o direito a proteção de dados pessoais no Brasil, especialmente em relação a lei geral de proteção de dados e as modificações nela realizadas pela Medida Provisória 869/2018.

Depois do apresentado, verificarmos a expressiva evolução da legislação brasileira no que tange a proteção de dados pessoais, que em

24 grande parte foi incentivada pelo RGPD (The General Data Protection Regulation 2016/679), porém movido pelo desejo do Brasil de fazer parte do grupo da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Podemos dizer que avançamos, no entanto, o Brasil ainda se encontra defasado em relação à perspectiva europeia de proteção de dados.

Essa mudança já colhe resultados positivos por conta da nova legislação brasileira. Destacamos que em outubro de 2018 o Brasil foi aprovado como Observador do Comitê da Convenção 108 (do Conselho da Europa). Esse Comitê agrupa 53 (cinquenta e três) países que se comprometem a reverenciar e implementar os princípios da Convenção. O Comitê se reúne em Estrasburgo e executa o intercâmbio e cooperação em relação a proteção de dados pessoais.

Ainda que houve progresso na legislação brasileira, constatamos que são indispensáveis adequações visando a efetividade de sua aplicação e a implantação da ANPD. É essencial que seja instituída a cultura de proteção de dados na sociedade brasileira e que haja conscientização das organizações da necessidade de se propagar e adequar em conformidade com a LGPD. Pois a nova legislação é uma oportunidade para implantar soluções e desenvolver novos matrizes de negócios. É vital uma permanente frente de estudos em termos de evolução da legislação, aspectos técnicos, capacitação de pessoal e conscientização social.

Pode-se ainda dizer que a sociedade em si não tem consciência da imensidão do potencial de benefícios, assim como os riscos desse abrolho de habitat digital de hiperconectividade (internet das coisas), entre artefatos inteligentes (sensores), big data e inteligência artificial.

Com a ubiquidade da Internet das Coisas, seu crescimento será avassalador, levando à criação de novas matrizes, modelos econômicos, serviços e produtos, sendo exatamente causadores da disrupção na sociedade, alterando ainda mais as relações consumeristas.

Em grande parte dos negócios digitais, a parte contratante aceita os termos de uso ou adesão, que não foi elaborado em conjunto com a parte contratada, escrito em linguagem e local não confortáveis para leitura, onde muitas vezes para não serem lidos, o que resulta na continuidade da coleta e tratamento dos dados pessoais de usuários

pelas empresas, que por diversas vezes não tem relação com o produto ou serviço sendo oferecido. Todavia, verifica-se um espírito de mudanças de posturas de governo com foco no tema, que se encontra em discussão na atualidade, onde aconteceram escândalos de vazamentos de dados pessoais, ou pelo interesse do público em geral nos desafios que as inovações tecnológicas trouxeram e devem ser enfrentados pela legislação pós-moderna. 25

Sendo necessário que o legislador acompanhe os avanços tecnológicos com a mesma velocidade em que o uso de bens e serviços on-line são adotados pelo mundo globalizado. Nesse diapasão, países buscam modelos regulatórios com foco no tratamento de dados pessoais, buscando a garantia dos direitos fundamentais para a defesa da dignidade da pessoa humana. O Brasil está praticando um novo marco regulatório e instituindo uma alteração cultural no âmbito da proteção de dados. Espera-se regular instrumentos claros e efetivos para que o cidadão possa resguardar suas informações privadas. Visto que a proteção ao consumidor e o direito fundamental à privacidade se amparam no princípio da dignidade da pessoa humana, onde o cidadão deve ser respeitado e seus dados tratados conforme as normas vigentes. Tivemos diversos avanços na legislação, porém ainda existe um lapso temporal a ser suprimido e uma extensa jornada a percorrer para que as disposições da LGPD estejam devidamente aptas a garantir a proteção de dados pessoais e a segurança de seus titulares de maneira efetiva. Posto isso, restam indefinidas questões importantes sobre as maneiras de cumprimento da LGPD, que devem ser regulamentadas.

Sendo assim, foi necessária a criação de uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio da Lei 13.853/2019, que entrará em vigor em agosto de 2020, órgão federal que editará as normas e fiscalizará a metodologia dos procedimentos de proteção de dados pessoais. Conscientizando instituições, agentes públicos e privados, para que dessa forma a legislação possa ser cumprida adequadamente, resguardando a privacidade dos indivíduos, observando boas práticas e princípios gerais da LGPD, que norteiam a coleta, uso e guarda dos dados pessoais dos consumidores, a exemplo das diretrizes implementadas na União Europeia.

ARBI, Abhner Youssif Mota. Direito e tecnologia: relação cada vez mais necessária. **Revista Eletrônica JOTA**. Publicado em 16 jul. 2019. Disponível em: <https://goo.gl/gjavsA>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS. A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados pela MP no 869/2018: Principais mudanças e considerações iniciais, 22 de janeiro de 2019. [S.l.]: ABL, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Tradutor Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BARBOSA, Bia. Veto a Autoridade coloca em risco Lei de Proteção de Dados Pessoais. In: **Carta Capital** – Entrevistas – Política, [S.l.], 15 de junho de 2018.

BARBOSA, Claudio R.; VILHENA, Pedro. Data protection in Brazil: overview, 2018. [S.l.]: Uk. PracticalLaw, 2018.

BAPTISTA LUZ ADVOGADOS. Proteção de dados: a legislação vigente no Brasil (white-paper), 27 de novembro de 2017. [S.l.]: Baptista Luz Advogados, 2017.

BIONI, Bruno; GOMES, Maria Cecília Oliveira; MONTEIRO, Renato Leite. GDPR matchup: Brazil's General Data Protection Law . [S.l.]: **IAPP** v. 4, 2018.

BORGES, Bruna. Marco Legal da Proteção de Dados é sancionado com veto a agência fiscalizadora, 14 de agosto de 2018. [S.l.]: BRUNA, Sérgio. A LINDB e a entrada em vigor da Lei de Proteção de Dados Revista Eletrônica JOTA. Publicado em: 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-lindb-e-a-entrada-em-vigor-da-lei-de-protecao-de-dados-10012019>.

BRASIL. Decreto 4.829, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 8.771, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na Internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.

BRASIL. Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 27

BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Código de Defesa do Consumidor).

BRASIL. Lei 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995 (Lei Geral de Telecomunicações).

BRASIL. Lei 12.414, de 9 de junho de 2011. Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito (Lei do Cadastro Positivo).

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Lei de Acesso à Informação).

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet).

BRASIL. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Medida Provisória 869, de 27 de dezembro de 2018. Altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

BRUNA, Sérgio Varella. A LINDB e a entrada em vigo da Lei de Proteção de Dados: Quando entrará em vigor a LGPD?, 10 de janeiro de 2019. [S.l.]: JOTA – Opiniões & Análise, 2019.

DALLMAYR, F. Para além da democracia fugida: algumas reflexões modernas e pós-modernas. In: **Democracia Hoje**. Brasília: UNB, 2001.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século 21**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti. Impactos positivos da nova lei brasileira de proteção de dados, 27 de agosto de 2018. [S.l.]: **JOTA – Opinião & Análise**, 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Primeiras impressões sobre as alterações da Medida Provisória 869/2018 na LGPD**: medida dá um passo na contramão da convergência normativa internacional, 14 de janeiro de 2019.

MELO, Ana Sofia Medeiros. **Regulamento geral de proteção de dados**: um novo paradigma regulatório. MS Thesis, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/86570>.

JOTA, Opiniões & Análises, 2019. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 4ª ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 257.163, Relator: Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013 e DJE 06/03/2013.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. MAGRANI, Eduardo. Artigo “Proposta para a criação da Autoridade Brasileira de Proteção aos Dados Pessoais. Disponível em: <https://itsrio.org/wpcontent/uploads/2018/12/autoridade-de-protecao-de-dados.pdf>



— Academia Brasileira de Letras Jurídicas

Discurso de posse de JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA¹

Que existe, com efeito, de mais magnífico e mais desejável que a sabedoria?
Que se pode idealizar de melhor e mais digno do homem?

Cícero

Em setembro, quando a terra está preparada para receber as luzes perfumadas da primavera, nasce a nossa Academia. Deu-se aí a eclosão do ideal acadêmico como um despertar dos campos, um desabrochar dos ramos livres. Há, realmente, entre a primavera e uma Academia de Letras belo parentesco, expresso pela força que resgata para o destino de realizar-se na beleza, “irmã gêmea da verdade.” Tal como a primavera, as letras, na estação do pensamento, salvam-nos de todos os invernos, assistem-nos quando demora a permanência das sombras. Assim como a estação das rosas procura realizar na substância etérea do perfume e da cor a sua profissão de luz, assim também a estação da inteligência o que antes procura é toda a verdade, toda a beleza do mundo das letras. E se essas letras são jurídicas, aí então a verdade e a beleza movimentam-se para configurar as instituições de um povo, sonham no plano intelectual o destino de uma nação.

RECTA RATIO

Ao edificar, na primavera de 1975, os pilares da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, sob a motivação mais imediata de velar pela pureza do idioma pátrio na literatura jurídica, o que Custódio de

¹ Cadeira nº 37, tendo como patrono José Augusto César Salgado. Solenidade realizada na sede do Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro, dia 24 de maio de 2005.

- 32 Azevedo Bouças e os idealistas que o acompanharam profundamente queriam era reunir-se para preservar o que de mais belo e verdadeiro existe nas dimensões literárias do Direito. E era natural que o Brasil tivesse e sua Academia Jurídica, porque, como disse o insigne mestre Miguel Reale ao saudar desta tribuna o professor Cotrin Neto, “foi sem domínios da ciência do Direto que mais cedo amadureceu a cultura brasileira”, campo em que se ergueram, projetando-nos mundo afora, verdadeiros monumentos de sabedoria.

Trinta anos de vida acadêmica, reverenciemos nossos fundadores! Naquela austa hora germinal eles traçaram, para ideário da instituição, uma síntese da sabedoria abeberada em Cícero. Fernando Wiltaker, inspiração fecunda e inesgotável para as letras, foi colher do jurista romano a divisa *Recta Ratio*. Com efeito, Senhores, reta razão do nome da sabedoria.

E não é só um nome, é também um rosto. Rosto que integra num só olhar divino a face da verdade e a face da beleza. Positivamente, sob o nome de sabedoria, a reta razão, integrando a verdade e a beleza, constitui amálgama fundamental, um vínculo entre o divino e o humano. Em síntese lapidar, Cícero define essa categoria bela e verdadeira de racionalidade:

Que há mais divino que a razão, não já no homem, porém em todo céu e a terra? Essa razão que, ao alcançar seu perfeito desenvolvimento, se chama, com justiça, sabedoria. Como nada há de melhor que a razão, e esta é comum a Deus e ao homem, a comunicação superior entre Deus e os homens é a razão. Então, os participantes numa razão comum o são também na reta razão. (De Legibus, 1.7)

A mais simples exegese de tal enunciado não pode deixar de concluir que, sendo o mais alto grau do divino, não pode a reta razão, a sabedoria, deixar de ser bela e verdadeira.

Nascemos, pois, pelas mãos de Cícero, sob esse signo permanente da sabedoria. Evidentemente, a obra do filósofo-cônsul abriga muitas outras joias de conhecimento que os homens do Direito encontramos a cada passo. Recolhemos em seu livro *Dos Deveres* algumas dessas cintilações mágicas, que atamos como colar ao peito nesta noite:

O alicerce da Justiça é a boa-fé, ou seja, a sinceridade nas palavras e a lealdade nas convenções [...] É preciso assim apegar-se com todo cuidado possível à tarefa de cultivar a Justiça, aumentando suas honras e sua glória [...] Não há na vida nenhuma circunstância na qual a Justiça não deva ser lembrada [...] Logo, quem desejar alcançar a verdadeira glória, desempenhe os deveres da justiça.

33

Iluminada pela compreensão de sabedoria que nos vem da Antiguidade, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, acompanhando a evolução do pensamento jurídico universal, fez-se também construtora desse pensamento, que nela refulgem, hoje como no passado, expressões mais significativas da cultura jurídica nacional. Então, como é destino dos pedestais cobrirem-se das flores da gratidão, eu supero a vontade de recapitular as linhas de tantas vidas luminosas e contento-me em ser, diante delas, apenas agradecimento. Que as minhas negras vestes talares, como as de todos os meus contemporâneos, eminente Ministro Vantuil Abadala – presença e honra nesta Casa – por um momento sejam brancas, alvíssimas de gratidão àqueles que, com o legado de suas inteligências, de suas obras, as prepararam para nós.

O PATRONO

Senhores Acadêmicos: confrontando-me com a história da Cadeira que me designais ocupar, detenho-me diante do seu patrono José Augusto César Salgado, um de nossos fundadores. Nascido em São Paulo, projetou-se no País como promotor de justiça, porque talhado para a defesa da legalidade, e foi desde os primeiros anos ativo batalhador da revolução constitucionalista de 1932, a voz da liberdade que partiu da terra bandeirante ecoando nos confins da Amazônia.

Seu contributo na vida político-partidária deu-lhe maior dimensão dos problemas sociais, fortalecendo a postura de defensor do direito e das leis, como sucedeu aquando do exercício do mandato de deputado estadual em São Paulo.

Cultura multiforme, jornalista, professor, advogado, jurista de realçados méritos, seu talento irradiou-se por diversas áreas da vida intelectual, emprestando-lhe o nome para engrandecer várias

34 entidades de escritores e cultores do Direito, para as quais concorria com nobreza de saber e lhaneza no trato. Dentre todas as funções que desempenhou com o destaque de sua inteligência, foi no Ministério Público que confirmou seu maior empenho, de forma soberana e intransigente na defesa da sociedade.

Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, que criou e engrandeceu, projetou tal mister para outros estados brasileiros e fez eco de sua relevância em meio a todos que se dedicam à grave missão ministerial.

Não podereis julgar, no entanto, Senhor Presidente, Senhores Acadêmicos, que entre patrono e eleito existissem laços. Então vos declaro: quando o meio jurídico de Manaus se reuniu, em dezembro de 1973, para o I Congresso Amazonense do Ministério Público, com a presença de destacadas personalidades do pensamento jurídico nacional, César Salgado foi ali recebido e saudado com a reverência somente devida aos maiores, como Presidente de Honra do festejado conclave.

Deixaria gravado na floresta os sons de pregação cívica em defesa das liberdades, da lei e da ordem constitucional, sob a presidência do Procurador Geral de Justiça do Amazonas, Dr. João dos Santos Pereira Braga, o primeiro dos meus que foi armado para o magistério jurídico.

Recolhi o seu discurso e guardei-o com os papéis mais valiosos que tenho reunido, sem jamais pensar que um dia me fosse dado reviver, com a emoção de antes, aquele momento de encantadora beleza. Dele, um pequeno fragmento de luz sobre a justiça, ao inaugurar na planície aquela manhã de dezembro.

A Justiça é a medida do homem e do Estado [...] Onde os homens e os estados não praticam a justiça, a civilização perece. Porque ela é, no dizer de Aristóteles, a própria virtude. É a matriz dos bens elementares da sociedade. É um princípio transcendente, anterior ao Estado e inato na consciência do homem.

Naquelas terras perdidas e cobiçadas, o Líder do Parquet semeou com sabedoria, sendo reconhecido pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que lhe outorgou o Título de Honorário, perfilando-o ao lado de Ray Barbosa e Xavier de Albuquerque. Galhardões e honrarias não lhe faltaram. Foi Presidente da Associação Penitenciária Interamericana, Membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico

rico de São Paulo, do Pen Clube de São Paulo e de Londres, da União Brasileira de Escritores, mas era na cátedra que forjava o futuro com a precisão dos sábios, como na Universidade Nacional Autônoma do México. Promotor Honorário do Panamá, foi também detentor do Título de Promotor das Américas. Mereceu a dignidade de Grande Oficial da Ordem Soberana de Santo Umberto, Comendador da Ordem do Mérito da Síria, Grã-Cruz da Ordem Lanusa, de Cuba, mas nenhuma das homenagens por mais dignificantes que fossem e pudessem representar para o homem, mais se conformam com seu perfil de jurista que a de pregador da missão constitucional do Ministério Público, afinal reconhecida e proclamada por Bernardo Cabral na Constituição republicana que nos rege. Sua produção literária compreende mais de quarenta obras, notadamente sobre criminologia e história, consagrando-o como homem das letras, da participação social, do pensamento multifacetado a serviço da cultura jurídica e do País. Faleceu no dia 7 de abril de 1979, imortalizado pela grandeza de uma vida construtiva a serviço do Direito, da Justiça, da Liberdade, da Paz.

ANTECESSORES

Sob o luminoso patrono de César Salgado, a Cadeira 37 cobre-se de gloriosas inscrições em virtude também dos meus antecessores. Um traço espiritual comum vincula-me à sua história. Na dinâmica da sucessão acadêmica, a Cadeira que me destinastes foi sucessivamente ocupada por três consagrados expoentes do Direito do Trabalho: Coqueijo Costa, Elson Goltschaik, Wellington Pimentel, todos a ostentar, em meio a tantos fazeres, tantas realizações, tantas glórias, o exercício exemplar da judicatura trabalhista.

Jurista, filósofo, músico, professor, baiano de larga envergadura intelectual, em Carlos Coqueijo Torreão da Costa tinham folga todos os talentos. Armado para a toga, que ilustrou ao longo de uma carreira pontilhada de êxitos e vitórias, aplicou-se com invulgar sabedoria no estado e aperfeiçoamento do Direito do Trabalho, escrevendo, ensinando, aplicando, sustentando por realçados valores de justiça e de beleza. Legou-nos em livros, teses, artigos, estudos, conferências, um precioso manancial de conhecimentos que lhe valeu, com a publicação de Ação Rescisória, o reconhecimento e a distinção da Medalha Mérito

36 Pontes de Miranda, como melhor livro jurídico editado em 1982. O seu Direito Processual do Trabalho, visitando e revisitando sempre por magistrados, advogados, estudantes, é obra monumental, reproduzida em sucessivas e inúmeras edições. Das varas do sertão da Bahia à presidência do tribunal Regional do Trabalho, foi alçado à Colenda Corte Superior, em Brasília, a qual ilustrou e presidiu com brilho após exercer as elevadas funções de Corregedor Geral e Vice-Presidente. Juiz do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos, em Washington, fez-se intérprete, nas Américas, da cultura jurídica brasileira. Sua voz, seu pensamento, sua ação, os atributos todos de sua primorosa inteligência levaram-no a pertencer às mais respeitáveis instituições culturais, como a Sociedade Internacional de Direito Social, o Instituto Latinoamericano de Derecho del Trabajo, o Centro Latino Americano de Direito Processual do Trabalho, a Academia de Letras da Bahia. Detentor de vasto conhecimento de música erudita e popular, fez da arte complemento do seu refinamento cultural. Nas décadas de 60 e 70, formou com Alcivando Luz uma parceria de muito sucesso, com várias composições clássicas nos festivais, destacando-se *É preciso perdoar* e *Ave Marias das Retirantes*. Amigo de Vinícius de Moraes e João Gilberto, musicou também poemas de Carlos Drummond de Andrade como *Amar o Perdido* e *Maria*. Nasceu em Salvador em 5 de janeiro de 1924 e faleceu no dia 20 de janeiro de 88, aos 64 anos de idade.

Com a refulgente presença de Elson Guimarães, neste sodalício, em 1988, a Bahia cobriria de luz, uma vez mais, a Cadeira 37. Promotor Público, magistrado, professor, sua tese de doutoramento intitulada *Jus Variandi no Contrato de Trabalho* o consagraria como um dos mais destacados estudiosos do direito social no país. No sacrifício portentoso das salas de audiência, entre oprimidos e opressores, amadureceu comprometido com a causa da justiça social, culminando a sua carreira com o brilho emprestado à toga na Corte Regional do Trabalho da 5ª Região. No magistério superior, deixaria também o sinal da sua portentosa inteligência como professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, que administrou com determinação e inteligência. Autor de uma dezena de livros jurídicos e de centenas de trabalhos em publicações especializadas, ressalta-se o *Curso de Direito do Trabalho*, em colaboração com Orlando Gomes –

vulto proeminente desta Casa. Integrou o Instituto dos Advogados 37
Brasileiros e a Academia de Letras Jurídicas da Bahia, que fundou e
presidiu. Transpondo fronteiras, tornou-se Membro Benemérito da
Società Nazionale Dante Alighieri, de Roma. Consagrado juslabora-
lista, instituiu nesta Academia o Prêmio Jurídico que lhe leva o nome.

Nascido em Rio das Contas, em 1914, faleceu em 1996, quando
a Editora LTr, de São Paulo, nos justos festejados dos seus 80 anos, o
brindou com a reedição do seu livro *A Participação do Empregado na
Gestão da Empresa*.

Perante vós e com a reverência de estar armado como acadê-
mico, curvo-me respeitoso e comovido diante da imagem exemplar
de Wellington Moreira Pimentel, a quem venho suceder, posto que as
regras regimentais me impõem recompor a Casa. Retorno no tempo
para o reencontro das horas edificantes do seu vocacionado magis-
tério. Percorro os corredores agitados do casarão do caco, na Praça
da República, e vejo com nitidez aqueles rostos familiares – éramos
cinco doutorandos – no convívio das salas, em vigília nos serões dos
livros para o milagre das luzes novas. Passos leves, gestos cometidos,
voz pausada e firme, sobriedade, erudição, Wellington Pimentel era
conforto para nós na cátedra que ilustrou, na sabedoria que dividiu.
Guardo do grande mestre a lembrança do homem culto e polido, ínte-
gro e solidário, tantos eram os seus atributos de inteligência e sensi-
bilidade. Professor de Direito Processual Civil na antiga Faculdade
de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alcançaria o
ápice da vida acadêmica como reitor da Universidade Gama Filho, que
projetou e muito engrandeceu.

Magistrado, deu-se ao mister de aplicar o bom direito como juiz
dos Territórios Federais, Juiz do Trabalho, Juiz do Distrito Federal,
Juiz do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, Desembargador
e Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após trinta e
três anos de Magistratura, aposentou-se e fundou escritório especia-
lizado em advocacia civil e comercial no Rio de Janeiro, exercendo
com o mesmo brilho da judicatura as atividades forenses. Chamado
a oferecer o seu concurso a várias instituições culturais nacionais e
internacionais, integrou a Association Internationale de Droit Penal
e o Instituto Ibero Americano de Direito Processual. Intensa foi a sua

38 produção intelectual. Entre as obras que publicou, destacam-se os Comentários ao Código de Processo Civil e Aplicação do Novo Código de Processo Civil às Causas Pendentes.

Nascido nas Alagoas em 1929, faleceu no dia 8 de dezembro de 2004, aos 74 anos, deixando-nos, consubstanciada nos livros, teses e estudos que publicou; nas aulas e conferências que proferiu, nas páginas de sabedoria de suas sentenças e de seus acórdãos, notável contribuição para enriquecimento do pensamento jurídico nacional.

HOMENAGENS

Como podeis ver, herdo da vida e da obra de meus antecessores um legado da inteligência e do espírito que me cumpre honrar, tanto quando eu possa desdobrar-me em livros, prolongar-me em catedrais, incessantemente entregar-me à proclamação do Direito e da Justiça.

Sob a constatação dessa responsabilidade, transpondo os umbrais desta Casa honrado e comovido diante da circunstância de suceder um de meus mais insignes professores e sentar-me ao lado três outros mestres, cujas cátedras frequentei: Othon Sidou, meu incansável orientador, Machado Paupério e Arion Romita.

Senhores: neste instante em que chego para homenagear e agradecer, curvo-me para a reverência singular do sílogeu. Há vinte e cinco anos ocupando o sólio presidencial, o professor doutor Othon Sidou, vocação destinada a rasgar novos horizontes à vida jurídica nacional, tem pregado o ideal acadêmico, construindo e ensinando a contribuir. Sob o signo de seu apostolado, fundamos em Manaus, em 1987, a Academia Amazonense de Letras Jurídicas. Mas os vínculos desse grande mestre com o Amazonas vem de antes.

Defensor das liberdades e garantias individuais, esse jurista da resistência um dia combateu na selva, em defesa do território e do patrimônio nacional. Em desobriga profissional na região, na década de 50, adotou posição corajosa no debate sobre o Pacto de Iquitos e empreendeu em Manaus destemida campanha contra a internacionalização da Amazônia.

A sua desassombrada conferência *Os corvos rondam a selva*, pronunciada pelo rádio – é um grito de brasilidade e consciência

amazônica que ainda ecoa na solidão das matas e dos rios. Dela, um 39
pequeno fragmento:

Valha a nossa ira como um protesto à altura da sobranceira nacional enxovalhada pela esperteza de algumas aves de rapina que pressentem o rico pasto que será a Amazônia para os seus apetites expansionistas só temporariamente sofreados. [...] Alienar a nossa soberania como se pretende fazer, sem o endosso categórico do povo, em decorrência de um protocolo diplomático visceralmente ultrajante, só se justifica se o Brasil mordesse o pó da mais fragorosa derrota em campo de batalha. [...] Se consentirmos, por mera cortesia ou vitanda estupidez seremos o mais indigno dos povos.

No seu ofício presidencial nesta Academia, o combativo esgrimista das honras graves verga-se sempre dadivoso para o fraterno afago e amável convívio de Regina Sidou, desvelo e bênção que excede da família ao trabalho. Atuando como inspiração cotidiana e alter ego do presidente, nossa primeira-dama assumiu em sua vida o destino de nossa instituição com zelo tamanho que só pode ser entendido como um gesto de amor que não termina.

Dirijo-me agora ao eminente professor Arion Sayão Romita, agradecendo-lhe a modéstia que proclama no gesto cordial de receber-me nesta Casa. Antes mesmo de frequentar a vossa cátedra, meu caro professor Romita, eu já partilhava dos valores de vosso espírito, acompanhando o edifício jurídico que viestes construindo, pedra por pedra, livro sobre livro, com exemplar desvelo, competência e erudição. Vossa palavra, vossos livros são manancial inexaurível de conhecimento, de doutrina, abrindo caminhos insuspeitados à experiência jurídico-trabalhista. Nas salas de aula, nos gabinetes, nas audiências, no plenário dos tribunais onde a justiça se efetiva, vossos ensinamentos nos acodem e orientam.

Nestas palavras de reconhecimento e homenagem a esses homens ilustres – de cuja companhia desfrutei nas salas majestosas dos seus livros, na afetividade dos encontros nas suas cátedras, no entusiasmo que deram aos meus sonhos – eu cumprimento, eu homenageio e efetivamente saúdo e agradeço a cada um de vós, meus nobres e diletos pares.

Filhos da floresta e das águas poderosas, chego para celebrar com humildade a grandeza desta hora. Em meio a tantas cintilações, tantas lembranças, tantas presenças queridas que carinhosamente abraço e agradeço, permitir, Senhores, um ato mais de justiça e homenagem. No quadro de sócios beneméritos deste silogeu pontifica o nome de José Bernardo Cabral – amizade que cultuo faz mais de meio século, desde quando o futuro era ainda para nós uma utopia e confundiam nossos anseios e esperanças. Jurista e político, homem da tribuna e das letras, um príncipe na cordialidade e um guerreiro na democracia, esse meu conterrâneo é uma espécie de luzeiro que um dia o Amazonas cedeu ao Brasil e nunca mais o retornou. Há tempos, Bernardo Cabral deixou de pertencer apenas à planície para pertencer ao País inteiro, porque a inteligência nacional o confirmou como homem de valores excelentes. Há poucos dias, o Dr. José Bernardo Cabral mereceu nova consagração da intelectualidade brasileira. Pelas mãos da Magnífica Reitora Malvina Tania Tuttman – distinção e honra nesta solenidade – a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO outorgou-lhe o Título de Doutor *Honoris Causa*. É o reconhecimento da academia científica à sua estatura mental, que se tem dedicado às mais relevantes questões políticas e jurídicas de seu tempo, como esta em que se debruça agora, estudioso da natureza amazônica e defensor dos nossos recursos hídricos, que interessam a toda a humanidade. Também nisso é tão dedicado, e fecundo, e sério, que parece que ele deixou de ser uma voz nos desertos políticos para assumir a pregação de apóstolo das águas.

ORIGENS

É chegando o momento de apresentar-me. É certo, Senhores Acadêmicos, que me conheceis, mas ainda sim é necessário que vos diga de onde venho e por que vim. Venho do Amazonas, onde a terra ainda guarda o poder dos primeiros dias da Criação. Basta-lhe um sopro do espírito para que a vida irrompa em multidões de furtos; basta-lhe um sonho do homem para que a vida vença na expansão da história. Venho da região das fontes congregadas, onde as águas realizam o destino generoso da terra na profissão antiga dos cardumes. Venho dos rios, das várzeas, venho dos povos anfíbios da floresta.

Venho da linha equatorial, berço do sol, que desde criança nos acostuma ao esplendor e nos consagra ao lume das estrelas. Venho do meu pai Lourenço, sindicalista dos barcos, paladino de comandantes e taifeiros, que me ensinou a lutar com a determinação das quilhas e a sonhar com a liberdade dos mastros. Venho de minha mãe Sebastiana, professora de crianças e adultos, límpida em sua vitalidade centenária dedicada à educação dos humildades, presente, aqui, nos seus 97 anos, para conduzir-me e abençoar-me. Ela me ensinou que toda iluminação do entendimento deve ser imediata repartida, sob pena de atrasarmos os movimentos de Deus. Venho dos meus irmãos Altamir, João, Justina, Lourenço, Ana, Robério, com os quais permaneço de mãos dadas nas cirandas da existência, num sentimento de unidade feliz, que aumenta mais quando percebemos que as vozes da cantiga da infância não são mais as nossas, são as de nossos netos. Venho de minha mulher Rosa, de meus filhos Cármem, Mauro, Gisele, Márcio, e de meus netos queridos: Matheus, Tatiana, Fernanda, habitantes eternos das moradas do meu coração. De cuidar deles, de temer por eles, de ter responsabilidade pelo seu destino, muitas vezes os altares procurei, altares de madeira, de mármore, de nuvens, de silêncio. Então, devo dizer, meu caro Dom Luiz, que em minha vida o amor foi precursor da fé. Eu procuro a fé porque conheço o amor. A fé que eu tenho em Deus nasceu de amar a minha família. Venho da mais antiga Universidade do País, a Universidade Federal do Amazonas, herdeira da Escola Universitária Livre de Manaós, fincada nas matas nos idos de 1909. Venho do meu Tribunal do Trabalho, torre de justiça social instalada na selva, com suas Varas postas em vigília por tudo de verdadeiro que vós, Senhores desta Casa, nos ensinastes nos domínios da ciência jurídica.

PROFISSÃO DE VOTOS

Sabeis já da minha origem, tendes minhas credenciais. É oportuno agora dizer-vos por que vim. E isso só poderei fazer validamente se for sob a forma de profissão de votos, porque esta Academia não deixa de ser uma catedral das letras, uma reunião de claustros individuais na mesma oração pelo Direito e pela Justiça. Pergunto-vos: que votos esta Casa pode pedir que seus Acadêmicos professem? Não

42 ouso sugerir-vos quais. Mas vós me dais a Liberdade só conferida aos discursos de posse para que eu professe, diante de vós, os votos de minha fé acadêmica. Apresento-vos, Senhores, os meus votos de participação, estudo e magistério.

Pela promessa de participação, tendes o meu compromisso de com boa vontade receber os encargos que me forem confiados. Estarei atento às necessidades da vida acadêmica e podereis contar comigo para o ombro a ombro das horas sérias, ainda que para isso, vindo do rio ao mar, eu tenha de transpor meridianos. E participarei com a solenidade e a postura reverencial de um acólito. Jamais se dirá que não me solidarizei com o trabalho de meus pares, com o ideal acadêmico.

Pelo voto de estudo, recebi minha declaração de que continuarei nos serões que, atravessando os livros, vão das estrelas da noite aos pássaros da aurora. Estarei em vigília permanente em torno dos temas mais sagrados da Literatura Jurídica, para capturar as luzes novas, que nascem das antigas; para reprender o meu País e o mundo nas páginas de verdadeira estatutária do reaprender o meu País e o mundo nas páginas de verdadeira estatutária do pensamento lavradas pela cultura do Direito. Como haverei de trazer sempre a minha contribuição às tertúlias ensolaradas nos campos da justiça, de mim não se dirá jamais que me ausentei dos debates porque fugi dos livros.

Professo também o meu voto de magistério. Por ele vos asseguro que, inspirado inclusive por tantos exemplos que existem nesta Academia, permanecerei na cátedra universitária até o limite de minhas energias. E quando eu não mais tiver salas de aula, e não ouvir as vozes dos pátios. Há de restar-se uma varanda e uma cadeira onde eu, repetindo a minha mãe, continuarei ensinando aos que me buscarem, recordando e repartindo os vossos ensinamentos. Então, se dirá que o meu magistério foi um decidido compartilhar, uma comunhão com o próximo na mesa posta das aulas. O que for centelha em mim há de sempre servir para cintilação nos outros.

UNÇÃO

Senhores, esta Academia é filha da reta razão, da sabedoria. Meu patrono e meus antecessores, como cultores da doutrina juslaboralista, buscaram realizar a sabedoria na prática da justiça social, seja

postulando, seja ensinando, seja sentenciando. Também palmilhei e 43
palmilho esses caminhos, como quem se orienta por grandes luzeiros.
Os nomes que homenageei são em si mesmos legendas forjadas no
culto à reta razão. Conclui-se, daí, que, sob camadas de emoções suces-
sivas, um fio interporal, envolvente e soberano perneia a estrutura
desta palavra que vos oferto como sùmula que faço dos significados
desta hora.

Sabeis de onde venho e o que pretendo. Sabeis onde tenho o meu
amor e para onde convergem as forças da minha vida. Revelei-vos o
que quero, o que me encanta, o que me sustenta. Conjuguiei diante
de vós os verbos que me são mais caros. Entreguei-vos minha palavra
como senha para compreensão do meu ser. Ao pé de vossa própria
crença, pude mesmo jurar, e jurei, com a espontaneidade de um
fascinado, os votos que cumprirei por minha integridade de homem.
Compreendo agora por que certas páginas pronunciadas podem ser
consideradas fibras da alma, pelo que carregam de testemunho , de
verdade, de realização, de entrega, de vida.

Interrogando-me ainda uma vez mais, decido tentar esclare-
cer para mim o mesmo significado desta hora. O que faz um homem
estremecer num momento como este, diante de uma homenagem
como esta com que vós me distinguis? Descubro que a causa primeira
dessa sensação, espécie de raiz que nasce do mistério, reside no fato
de que, em ocasiões como esta, o homem é levado a defrontar-se com
a imagem de si mesmo. Uma imagem resgatada por outras luzes,
homem tomando maior pelo acréscimo da generosidade de outros
homens. Então, a imagem que vejo de mim, no espelho desta noite, é a
figura que me emprestais, que poderei ser, uma dimensão totalizante
que levantastes em mim para abraçar-vos, mas sempre inapelavel-
mente sob a incidência da luz que vem de vós. Inclino-me, Senhor
Presidente, Senhores Acadêmicos, inclino-me respeitosamente para
receber a unção que me concedeis!

{ *alguma* POESIA }

Soneto de nossas bodas de ouro

LAFAYETTE VIEIRA

Eu não digo e nem ela diz que conquistamos
dez lustras de perfeita união conjugal.
Vida a dois, sem arrufos e sem reclamações,
somente existe como sonho virtual.

Nem pensar que nós dois nunca e jamais brigamos.
Todos hão de convir e crer que o ideal
De duas vidas só triunfa nos assomos
Da magna vontade de vencer o mal.

VIDA – um teorema exposto numa lousa,
cuja verdade hás de demonstrar, em suma,
A fim de que possas louvar alguma causa.

CEDER, na relação, é sempre sá procela;
porém, homem algum chegará à parte alguma
Se à mulher não ceder ou não pensar com ela.

Vôo

ALMIR DINIZ

Fiz-me pássaro e voei
sobre castelos dourados
tingidos de antigo
e sobre templos luzentes
mesclados de história,
de luxo e honraria.

Transpus caminhos aéreos
com minhas asas de vento,
abri portas seculares
de meus condados etéreos;
visitei mansões vetustas
e mansardas decadentes;
nas manhãs de minha memória,
nas vigílias que fazia,
vi nobres se duelarem,
lavando a honra com sangue,
na arena da fidalguia.

Pelas gelosias da vida
de meu passeio no tempo,
fui ao berço da nobreza
– a honrada cavalaria!
mas, mesmo ali – sutileza... –
em meio à honra e à glória,
vi vicejando, os ciúmes
o temor e a bruxaria...

Vi a virada das épocas
e a vinda de novas eras
com a mutação dos costumes
e o desuso da ternura...
e do alto dos meus cumes
vi incensarem a tortura,
a intemperança, a ousadia,
cobrindo excelsos valores
com o rigor da tirania.

Vi a luta dos sem-terra
vi a chegada da guerra,
depois a Segunda Guerra,
bombas, foguetes, ogivas
com seus rastros de misérias...
átomos, vírus e fungos,
destruição e penúria,
brutalidade, extermínio,
estupros, ondas lascivas.

Vi a queda de conceitos,
a quebra de preconceitos,
de tabus... – modernidade!
No espaço de uma centúria,
com soturna identidade
vi chegada outra idade,
trazendo da antiguidade
o que mais tinha de espúria,
com vagidos de saudade
de Gomorra e de Sodoma
das coisas da Velha Roma...
E em nome da liberdade
vi o estertor da castidade
noutra Babel de luxúria!

Voltei, pássaro, voltei
do passado ressurgido...
E encontrei no meu retorno
o desvalor como adorno
no meu tempo corrompido:
sequestros, drogas, suborno
não sei nem porque voei..

Poema para Manaus

MAX CARPHENTIER

Manaus,
se penso em ti como cidade,
recolho-me aqui, no teu triângulo fundamental,
nos vértices do Teatro, da Igreja e do Monumento.
Na cúpula do Teatro,
nós te amamos em nossa opção pela beleza.
Na torre da Igreja,
nós te bendizemos com todas as andorinhas da fé.
Nos barcos do Monumento,
nós expandimos para além do futuro
a tua vocação de água predestinada.
Hoje, melhor será que eu festeje
a tua dimensão de mulher,
ventre do meu nascimento e seio do meu repouso.
Melhor confirmar que em cada uma de tuas esquinas
há a permanente vigília de um beijo para os meus olhos.
Melhor considerar que em tuas calçadas
o céu caminha e para nos meus passos.
E sentir no vento dos buritizais o teu cheiro de fonte
inviolada.

Mulher anfíbia,
eu sou o teu amante de olhos alagados, porque todos os
teus igarapés circulam no meu coração.
O teu rio tem sede de ti, e eu me afogo em tua luz, e não
me basta.
Hoje, elevemos as nossas flautas índias na ação de
graças
dos pássaros reunidos, na festa verde dos confins
de outubro.
E cerquemos os tesouros de Deus com uma procissão
de canoas, para agradecer por ti eternamente.

Bilhete

NUNES PEREIRA

Disse do Verso um escultor, enfermo,
– n’uma tristeza intermina, infinita –,
à Predilecta, de um bilhete ao termo:
– “Faz tanto mal uma mulher bonita!”

Longe de amigos, n’um recanto ermo,
eis que febre tropical, maldita,
subitamente esta semana enfermo,
às mãos entregue fatal Desdita.

N’uma vermelha, asphixiante tarde
à custo offega o meu desnudo peito;
meu débil corpo se contorce e arte.

Chegas! “Que pena!” Que dizer sentido!
...Quando partiste abandonei o leito.
– Melhor? Querida, restabelecido.

Balada da lua de lata

ELSON FARIAS

Lua de prata e de lata,
lava de luz clara a rua,
luz que apaga
a luz da lua imitada.

Canta o cantor sua amada
e a noite se faz mais larga,
flui a rua
arcaica na serenata.

A todos a lua é dada,
do sol ao velho argonauta,
das estrelas
ao mais ousado astronauta.

Lua de prata e de lata.
Certa noite foi o poeta
com a noiva
namorar sob a latada,
a praça antiga onde as sombras
da morte vagavam na alta
madrugada,
e se fez lua encantada.

Fez-se assim fria mortalha
do amor fugaz que se acaba
finda a noite
e não deixa a marca em nada.

Lua de prata e de lata,
a carruagem de fogo
fez Elias
subir aos céus rumo à clara
mansão de Deus onde os anjos
guardam do pai a morada,
ampla casa
da eterna graça onde o nada
fez-se carne, orvalho, terra,
fez-se lágrima do mundo,
com a chuva
inventou o mar profundo.

Lua de prata e de lata
dos sem teto e cobertor,
foste tema
de muitas juras de amor.

Foste testemunha muda
de segredos delatados,
lua lata
dos ladrões e namorados.

Mas és em verdade a benção,
consolo do coração,
lua larga
destrono da solidão.



{ ENSAIOS }

— Direitos Humanos e o programa Bolsa Família na formação continuada de professores

ROSA MENDONÇA DE BRITO
GISELE DE BRITO BRAGA

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA COMPLEXA ARTICULAÇÃO¹

Falar em ou de Formação e Educação é, ao mesmo tempo, difícil e desafiador. Difícil porque envolve uma gama de conhecimentos; desafiador porque trata de aprender, compreender e interpretar o mundo e o homem; ter presente as várias visões de mundo e os princípios que as informam porque, se na relação com o mundo é o homem que confere sentido às coisas, nela o real e o ideal se implicam reciprocamente porque os homens nascem imersos num mundo não só de outros homens e das coisas ao redor, mas também, de conhecimentos e relações com que se tecem as tramas e a lógica de uma cultura expressa em linguagem determinada. Nascem eles marcados pela simultaneidade de seres particulares e seres genéricos numa espontânea e muda unidade vital.

Decorrente disso, apreender e compreender o mundo, o Eu e o Outro, ou seja, apreender e compreender a realidade, depende dos juízos de fato e juízos de valor que elaboramos a respeito desta mesma realidade. Contudo, o valor por excelência, aquele que podemos chamar de valor-fonte, não pode deixar de ser a pessoa humana,

1 Parte do texto publicado no livro **Construindo conhecimentos no processo educativo** com o título “Pedagogia e Educação”, de autoria de Rosa Mendonça de Brito, 2011, p. 15 a 20.

56 e é dele que devemos partir para alcançar o fundamento próprio e peculiar da formação, ou seja, o seu valor fim, a Educação.

Uma consequência da Educação assim concebida seria a recuperação do conceito de educador para além dos papéis em que atua: professor transmissor de conhecimentos, administrador, supervisor e orientador, pois a dimensão a ser recuperada é, sem sombra de dúvida, a da Educação. Educação não apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas, especialmente, um processo de construção dos mesmos, tendo em vista os problemas que a realidade nos coloca para resolver. Por conta disso, o processo educativo deve ser desenvolvido a partir dos valores instituídos pelo homem na experiência social, reelaborados à luz da razão que a vida em toda a sua riqueza nos fornece.

O valor Educação tem sede na pessoa humana e é pressuposto de sua dignidade e condição de sua realização material e espiritual. Entendida como o processo que visa a promover o desenvolvimento do indivíduo por meio do desencadeamento de todas as suas potencialidades, só pode cumprir o seu papel se for auxiliada diretamente pela formação pedagógica porque, em última análise, a pedagogia é a revelação das intencionalidades da Educação, ou seja, encontra-se a serviço das práticas educativas, da prática social dos educadores e educandos.

Ora, se a Educação é processo dialógico onde os homens constroem-se em reciprocidade para, no consenso, construir seu mundo, o mundo do convívio e da comunhão, numa relação face a face, onde a lógica das demonstrações necessita converter-se na lógica processual da livre conversação, numa pedagogia da palavra escuta, do acolhimento à palavra que se faz viva na interlocução entre educadores e educandos no processo de formação pedagógica em que os mesmos se constituem como alteridades distintas. Vemos a Educação como fenômeno primordial e básico da vida humana, congênere e contemporâneo da própria vida em todas as suas fases e situações porque é ela que possibilita ao homem, como um ser inacabado, construir-se ao construir seu mundo com inteligência e liberdade.

Ensinar a tomar em suas mãos a tarefa de organizar e conduzir a própria vida nas condições em que ela se desenvolve é o que denominamos de Educação, tarefa intransferível no sentido de que ninguém

educa ninguém, mas tarefa solidária no sentido de que os homens em sociedade se educam e organizam as condições e situações da Educação. Nesta perspectiva, a formação de professores entendida como preparação para a condução do processo educativo tem a ver com uma determinada concepção de mundo, direção política e teórica e abrange basicamente três aspectos: o teleológico, o ontológico e o mesológico. Teleologicamente detém-se na análise dos fins e objetivos educativos; ontologicamente estuda o ser da educação (o que é), sobre quem atua e quem a realiza; e mesologicamente aborda o problema dos meios e das formas mais indicadas e adequadas para a realização da obra educativa.

Nessa perspectiva, a pedagogia (inerente a formação de professores) assume três funções básicas: ciência descritiva, empenhada em descrever e compreender em detalhes o fenômeno educativo a fim de proporcionar ao educador ampla e profunda visão de todo o seu mecanismo; ciência normativa, que proporciona as diretrizes e os princípios necessários ao fazer educativo; ciência tecnológica, voltada para o desenvolvimento do instrumental indispensável à consecução do trabalho educativo.

Nos dias de hoje, no entanto, apesar de se falar e escrever bastante sobre novas formas de fazer educação, o que verificamos no “processo educativo brasileiro”, digo, no “processo informativo brasileiro”, é que a Educação está fundada numa formação pedagógica da desautorização com eixo central na negação, desde as primeiras séries escolares, daquilo que é produzido pelo aluno no que se refere ao pensar, ao sentir, ao imaginar, ao decidir, ao agir, em síntese, negação do processo de construção do aluno e, conseqüentemente, negação de seu processo de autoconstrução através de um longo e sofisticado processo de anulação da pessoa do aluno, que o transforma em objeto em vez de sujeito.

Nesta perspectiva, a pessoa humana é a grande vítima deste século; a falência da ética nas relações entre as pessoas leva a desconsiderar a existência do outro como sujeito, como pessoa humana porque ser sujeito não é um dado, é uma construção. Na relação educativa, ambos os agentes, educador e educando, se fazem sujeitos continuamente. Educado é o sujeito que se percebe “não pronto”, no sentido de acabado, mas “pronto”, no sentido de aberto, de ter capacidade de, por si, elaborar uma leitura do mundo e de expressar-se nele em respostas aos desafios

58 das mais diferentes ordens, apresentados pela dinâmica social.

Ninguém pode substituir-nos em nossa necessária experiência porque é a experiência vivida, mesmo perigosamente, que torna os homens capazes de trabalhar e de viver como homens e não como componentes de um rebanho, dobrado pela obediência, domesticado a ponto de perder sua dignidade. O papel primordial da Educação é estar com o indivíduo, é ajudar a tornar-se pessoa humana. Para isso, como nos ensina Freinet (2017), é preciso que a formação pedagógica do professor possibilite a segurá-lo pela mão nas passagens mais difíceis, baixar para ele os galhos que não consegue alcançar, responder aos seus inquietos apelos e dificuldades e levá-lo pelos caminhos que não devem ser de calvários, mas caminhos da vida porque a educação não é uma fórmula de escola, mas sim, uma obra de vida.

Diante disso, como explicar a persistência de uma pedagogia que permanece indiferente às diferenças ou que, na melhor das hipóteses, não as leva em conta senão de modo marginal. Será que além da formação burocrática que nos ensina a subir pela escada, não haveria a possibilidade da utilização, segundo a imagem de Victor Hugo, de uma pedagogia das águias que não sobem pela escada? Segundo entendemos, isto levaria a adaptação da ação pedagógica ao aprendiz para que cada um vivencie situações fecundas de aprendizagem e para que as desigualdades diante da escola fossem atenuadas e o nível de ensino elevado.

Será que, se cada um de nós, fizesse todos os dias um pouco do que preconizamos teoricamente, a nossa profissão não seria enriquecida e facilitada? Todos nós que atuamos no campo da Educação podemos perceber, se quisermos olhar sem vendas nos olhos, que não são apenas os condicionamentos econômicos e institucionais os responsáveis pela preconizada má qualidade da educação, mas especialmente, os modos de pensar e de ser de educadores e educandos que inviabilizam a criação de um outro projeto educativo que não nos amarrem a modelos e soluções produzidos por outros.

Será que não podemos desenvolver neste novo século uma concepção de educação que possibilite uma atitude ávida de indagação, questionamentos e de respostas para que a relação entre eles – educador/educando – possa ser apreendida em toda a sua complexidade

histórica, filosófica, sociológica, antropológica, psicológica e econômica? Como tantos outros pensadores e educadores, acreditamos que sim. Outros paradigmas, outras tendências estão aí para nos orientar. Só precisamos colocar em prática o que teoricamente dizemos: unir teoria e prática, dizer e fazer. 59

A CONQUISTA DOS DIREITOS HUMANOS

A questão dos Direitos Humanos perpassa toda a história da humanidade, mas foi na Grécia Antiga, quando do estabelecimento de princípios éticos fundamentais para a convivência humana que ela se tornou mais visível. A partir de então esses direitos foram tratados a partir de diversos pontos de vista e de diversas maneiras. Com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa de 1789) e a Constituição Americana de 1791, o problema passou a ser visto e discutido como uma questão mundial.

Se olharmos a história do século XX é possível dizer que ele encerra uma época de grandes conquistas: das mulheres, das crianças, dos negros, dos homossexuais, mas, também, momentos de barbáries: guerras atômicas, holocausto judeu, atrocidades stalinistas, apartheid sul-africano, brutalidades das ditaduras militares latinas. O exemplo mais contundente é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a morte de milhões de pessoas, especialmente de jovens; a desestruturação social e cultural de nações.

Decorrente da barbárie instalada a partir da Segunda Grande Guerra, foi criada em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo era promover a paz e a conciliação dos interesses e conflitos entre países e povos. Sua primeira tarefa foi a elaboração de um documento voltado para a ordenação dos direitos humanos, flagrantemente violados até então. Após dois anos de trabalho da Comissão encarregada de elaborar o documento (presidida por Eleanor Roosevelt, ex-primeira-dama americana), foi promulgada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo propósito foi e ainda é ser, senão um pacto universal, pelo menos uma referência moral para todos os países signatários no que se refere ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Em seu preâmbulo está afirmado o reconhecimento da

- 60 dignidade inerente a todos os membros da família humana e que os seus direitos iguais e inalienáveis constituem fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Na Carta, levando em consideração a dignidade da pessoa humana, os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Por fim decreta:

Art. 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade....

Art. 26º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o tipo de educação a dar aos filhos.

Apesar de nem todos os Estados (não signatários) serem obrigados juridicamente a respeitá-la, ela tem importância crucial para a

Humanidade. Independentemente de seus objetivos não terem sido alcançados plenamente até o momento, eles continuam sendo fundamentais para orientar o combate às violações dos direitos das pessoas na maioria dos lugares do planeta, inclusive no Brasil. A pesquisa realizada constatou que, apesar de se tratar de patrimônio histórico da humanidade, não apenas a parte da população amazonense consultada, mas também professores e gestores de escolas, nunca a manusearam, nunca a leram, por isso mesmo, nunca possibilitaram a sua inserção nos currículos ou em estudo e reflexões envolvendo o conhecimento de seus princípios fundamentais, indispensáveis a qualquer convivência social humana.

É nosso entendimento que a construção de relações sociais mais justas, solidárias e democráticas, que respeitem as diferenças físicas, psíquicas, ideológicas, culturais e socioeconômicas de seus membros passa necessariamente pela incorporação, nas práticas cotidianas e, especialmente, nas pedagógicas, de princípios e valores já consagrados, mas constantemente desrespeitados. Será que a utilização dos princípios contidos na Declaração não seria um caminho frutífero para que as pessoas e as instituições revertam o quadro de prevalência de valores relativistas que promovem o individualismo e a anomia social e promovam uma educação para ética, a cidadania, a confluência democrática entre os direitos e liberdades individuais e os deveres para com a comunidade da qual é parte?

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

Criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem como objetivos, conforme texto da Lei, estabelecer transferência de renda com condicionalidades e unificar os programas já existentes.

Art. 1º – Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional

de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º – Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I – o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II – o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;

III – o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

IV – o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade;

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.

Como é possível verificar, o PBF tem como função estimular a emancipação sustentada das famílias que recebem o benefício e não se constitui em direito adquirido, ou seja, o PBF é um instrumento de política pública de proteção social adotado pelo governo brasileiro com o objetivo de atender famílias pobres para que elas tenham acesso aos mínimos sociais preconizados pela Constituição Federal de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos últimos anos, vem se constituindo no mais abrangente programa de transferência de renda do mundo (Brasil, 2010).

É sabido que os programas e ações sociais elaborados e execu- 63
tados pelos governos antes da promulgação da Constituição de 1988
que visavam oferecer algum tipo de benefício à população pobre do
país, eram caracterizados como mera assistência social e não tinham
força de lei. A partir da Constituição, todas as ações antes consideradas
como “benefícios”, passaram a ser concebidas como políticas públicas
e como direitos sociais. Com a criação do Programa Bolsa Família

[...] buscou-se estabelecer um novo marco para a política social
do país que se distinguisse da tradição assistencial e fragmen-
tada. O objetivo era integrar e direcionar as políticas para adqui-
rir escala, massa crítica e arcabouço institucional adequado de
modo a incorporar os avanços obtidos sem paralisar o paga-
mento dos benefícios para as famílias que realmente precisas-
sem. Buscava-se, também, otimizar os mecanismos de gestão
para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma
articulação de iniciativas de diferentes pastas bem como um estí-
mulo para que a comunidade participasse da gestão. (Santana,
2007, p. 4).

Através do repasse de renda, a expectativa do Governo era ter
como resposta a inclusão dos direitos sociais primordiais para esse
segmento social, até então totalmente marginalizados no que se refere
ao direito à alimentação, à educação, enfim, à melhoria das condições
de vida, ainda que mínimas. Essa nova concepção foi ratificada pela
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, ao modificar
o art. 6º da Constituição Federal para definir como direitos sociais
“a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a
segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância,
a assistência aos desamparados”.

Entende-se que o alcance dos direitos sociais propugnados na
Carta Magna, não foram totalmente concretizados com o Bolsa Famí-
lia, e só atendem em parte, as determinações da Declaração Universal
dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217A, da
Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. No
momento da criação do Programa sabia-se que mais de 87.123.294 de
pessoas viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza no país.
Número inaceitável principalmente se levarmos em conta que o Brasil

- 64 possui significativa diversidade de riquezas naturais e se encontra entre as dez primeiras economias mundiais.

Dentre os objetivos básicos a serem atingidos em relação aos usuários, destacam-se:

[...] a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a inter-setorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Brasil, 2004, s. p.)

É evidente e consensual que o PBF por si só, não garante a erradicação da pobreza, mas é fato que ele é um fator importante para minimizá-la e representa significativo avanço em comparação com a adoção de políticas assistencialistas porque não se restringe a repassar uma determinada renda para combater a fome, mas acima de tudo, propiciar uma caminhada rumo à conquista da cidadania. Em todo o Brasil, já são mais de 13 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa que tem promovido inclusões sociais, transferência de renda e a garantia de serviços essenciais.

Embora haja comprovação positiva de seus resultados, ainda são muitas as controvérsias a respeito da sua importância. Dados estatísticos do Cadastro Único, de pesquisas, entre as quais as empreendidas pelos alunos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, no Amazonas, análise e reflexões de estudiosos do assunto confirmam que o PBF possibilitou a saída de milhões de famílias da situação de extrema pobreza, assim como, a saída da situação de pobreza de outros tantos milhões de beneficiários. A despeito de falhas na execução, a sua importância, tanto para a educação, quanto para a saúde das pessoas beneficiadas e, conseqüentemente para a sociedade brasileira, não pode ser contestada.

Não obstante os esforços empreendidos, o governo não conseguiu possibilitar, ainda, as condições para que muitas dessas famílias alcançassem maior autonomia para provisão de meios de sobrevivência e, com isso, deixar de depender dessa transferência de renda. Por conta disso, se faz necessário incentivar a emancipação das famílias atendidas

pelo programa para que esta conquista seja por elas alcançada.

Entendemos ser consensual que apesar dos índices positivos em relação a melhorias advindas para os pobres a partir da criação do Bolsa Família, ainda é crítica a situação de grande parte da população brasileira.

Dados oferecidos pelo governo demonstram que em 2009, apenas 41,8 % dos domicílios dos beneficiários no país, viviam em condições sanitárias consideradas adequadas. Por isso mesmo torna-se necessário a combinação de ações que possibilitem levar à população amplo acesso à educação e a serviços de saúde de qualidade, bem como de promover capacitação profissional e emancipação das famílias. Ademais, é imprescindível a garantia de direitos básicos, sobretudo os direitos humanos fundamentais.

Um ponto de grande relevância na execução do Programa que entendemos ser importante ressaltar é a questão das responsabilidades na sua gestão e execução, aspecto que poucas pessoas conhecem e que, por isso mesmo, costumam responsabilizar o Governo Central pelos descaminhos, isto é, pelas concessões indevidas que são de inteira responsabilidade dos municípios, conforme expressa o texto da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Artigo 8º – A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersectorialidade, a participação comunitária e o controle social. (Brasil, 2004, s. p.)

Como é possível verificar é no espaço concreto das cidades, dos bairros, das comunidades que o Programa se realiza. Por conta disso, um olhar sobre a qualidade da sua gestão deve, necessariamente, passar pela preocupação com a qualidade da gestão local.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos estudos e pesquisas realizadas durante o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, no período de novembro de 2015 a maio de 2017, ficou evidenciado que a pobreza e as desigualdades anulam e suprimem os direitos humanos fundamentais

66 previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e na Carta Magna Brasileira de 1988.

A formação continuada de professores levada a efeito pelo Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social tratou enfaticamente das questões dos Direitos Humanos e do Programa Bolsa Família visando conscientizar e instrumentalizar os professores que atuam com alunos amparados pelo Programa Bolsa Família e vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, possibilitando aquisição de conhecimentos, instrumentos legais e acordos internacionais que objetivam a garantia de alguns direitos fundamentais que possibilitam ao indivíduo a manutenção da sua dignidade humana.

As falas avaliativas dos professores cursistas trazidas ao texto a seguir, demonstram o aprendizado realizado durante o curso e o desconhecimento sobre os direitos humanos fundamentais tanto por parte de professores e gestores, quanto por parte de alunos e comunitários, muitos dos quais jamais haviam ouvido falar da existência de instrumentos legais ou de pactos internacionais que visam garantir ao ser humano os direitos fundamentais para a sua sobrevivência. Trazem, também, entendimentos sobre o papel do Programa Bolsa Família, do processo educativo e de justiça social. Vejamos o que dizem:

Observei que muitas pessoas não são sabedoras de seus direitos, desconhecem as leis, os textos que contextualizam a pobreza e a luta pelos direitos. É triste observar o quanto esses direitos são violados, por meio da violência, por meio da exclusão e da discriminação, crimes que são recorrentes e continuam sendo praticados. Como as pessoas entrevistadas tiveram dificuldades em responder as questões referentes à Declaração dos Direitos Humanos.

O curso trouxe para mim conhecimentos que ainda não tinha a respeito do Programa Bolsa Família. Verifiquei que muitos ainda não têm conhecimentos dos seus direitos como pessoas, o que devem fazer quando forem constrangidos e violentados nos seus direitos. Penso que as escolas precisam ter mais abertura sobre isso e fazer fóruns, seminários e palestras, levando os alunos a refletirem sobre sua condição de homens livres.

O conteúdo que mais chamou minha atenção foi o que se refere aos Direitos Humanos e Justiça. Durante a entrevista realizada na Escola Ana Neri, pais e professores criticaram os direitos

humanos dizendo que os Direitos Humanos foram criados para dar direitos para bandidos e não para o cidadão de bem. Aprendi mais a respeito dos Direitos Humanos e também da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois pouco sabia sobre ela.

O curso nos levou a compreender o papel estratégico da educação em Direitos Humanos no enfrentamento e superação da pobreza e na construção de uma sociedade igualitária, fraterna e justa para todos. Pude compreender os Direitos Humanos como conquista da organização social e da luta política de sujeitos coletivos.

Durante o curso meus olhos se abriram para uma realidade que estava alheia, a dos Direitos Humanos. Percebi a superficialidade dos conhecimentos que tinha e consegui aprofundar meu aprendizado através das leituras dos textos e da aula presencial. Antes conhecia a Declaração Universal dos Direitos Humanos apenas de ouvir falar, nunca tinha tido a oportunidade e nem mesmo curiosidade em me debruçar para conhecê-la melhor.

O curso me fez refletir sobre a relação existente entre educação e Direitos Humanos, também me fez pensar e considerar que a escola deve se constituir como um local onde os indivíduos possam adquirir consciência de si como sujeitos de direitos, bem como possam ter esses direitos assegurados.

Antes o programa era visto como algo ruim, assistencialista, hoje temos a noção de que ele é importante para o país, para as pessoas mais pobres.

Antes da Pós tinha uma visão que o Programa era para pessoas que não queriam trabalhar. Hoje sei da importância do programa na vida dos beneficiários e que é um direito dos mesmos. Sem nenhuma dúvida, passamos a ter uma nova visão do PBF. Não é só transferir renda, mas sim, levar cidadania às pessoas mais pobres do nosso país.

Entendo que o Bolsa Família, embora seja um valor irrisório transferido às famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, significa para elas uma oportunidade de adquirir algum alimento para seus filhos, um remédio, um material escolar. Ele não é uma caridade, nem um presente do governo, mas se trata de uma renda oriunda de impostos, que já tiveram a participação, mesmo dessas famílias carentes que o recebe. Com este curso, fiquei mais confiante de que o programa, de fato, atenda quem precisa, pois ouvia dizer que muitas famílias que não precisam, recebem o benefício.

Acredito que todas as pessoas que trabalham em escolas (gestores, pedagogos, professores, secretários, administrativos, auxiliares de serviços gerais, porteiros, merendeiras e outros) deveriam ter acesso obrigatoriamente a cursos de formação para o entendimento do Programa Bolsa Família. O PBF está garantindo um dos principais direitos das crianças menos favorecidas que é o acesso à educação, tornando o processo mais eficaz por oferecer o controle que diminui o número de faltas e combate à evasão escolar.

O programa influencia, de maneira positiva, na aprendizagem das crianças.

O benefício está sendo um investimento na vida escolar dos alunos, tornando o processo educacional mais eficaz e contribuindo para o desenvolvimento individual dos mesmos, trazendo números significativos para educação. Assim, o programa está contribuindo de forma positiva para o incentivo ao sucesso escolar. Apesar do programa de transferência de renda ser necessário, na verdade, não é suficiente para acabar com a pobreza e desigualdade social. Lamentavelmente, o baixo valor do benefício não é suficiente para retirar uma família da pobreza. Estudos apontam que houve uma queda na desigualdade social com o benefício do BF, porém sabemos que ainda há muito que ser feito.

“Apesar de trazer comigo muitos vícios de uma formação tradicional e conservadora, certamente não sou mais o mesmo depois dessa especialização. Doravante, a crítica social e pedagógica serão minhas companheiras de todo momento na interpretação da realidade e na prática do dia a dia da escola. O curso foi marcante!

Acredito que a Educação em Direitos Humanos necessita ser levada a sério, e com toda certeza há a necessidade de se estabelecer essa temática para todos os níveis e modalidades de ensino pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Diretrizes Nacionais Curriculares.

Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais afirmarem que uma das finalidades da educação é combater a pobreza, as pesquisas demonstraram que na prática isto não vem ocorrendo. Por outro lado, os currículos escolares são inteiramente omissos quanto a questão, inclusive os currículos de Formação de Professores em nível superior. Por conta disso, se fazem necessárias mudanças urgentes na prática

usual de formação de professores, seja ela inicial ou continuada, para 69
que o problema seja resolvido e a escola passe a realizar um processo
ensino/aprendizagem que possa ser realmente chamado de educativo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade, Campinas, n. 113, p. 85-104, 2010.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Construindo conhecimentos no processo educativo**. Manaus: AAL; Edições Governo do Estado, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 out. 1988. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

BRASIL, Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa família. Brasília: Presidência da República, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html.

FREINET, Celestin. **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: Marins Fontes, 2017.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTANA, Jomar Alice. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**. Belo Horizonte, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da educação (ldb): trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2008c.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Portal dos Livros, 2004.

NÓVOA, Antônio. **Para o estudo sócio histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Pannonica, p. 109-119, 1991.

YANNOULAS, S. C. **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Brasília: Liber, 2013.

— Cruz e Sousa: o poeta do Desterro

JÚLIO ANTONIO LOPES

João da Cruz e Sousa nasceu no dia 24 de novembro de 1861 na cidade de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, Santa Catarina. Sua certidão de batismo, no entanto, é de 4 de março de 1862.² Era filho do pedreiro Guilherme da Cruz e da lavadeira Carolina Eva da Conceição. Tinha um irmão chamado Norberto, sobre o qual não se guardaram notícias. Cruz e Sousa é exemplo de superação e de uma vida tocada pelo destino. De superação porque seus pais, negros e escravos alforriados, quando a mácula da escravidão infelicitava o Brasil, não possuíam condições, evidentemente, de dar a ele e ao seu irmão uma vida melhor. E de destino porque foi adotado, ainda criança, pelo Marechal de Campo Guilherme Xavier de Sousa, herói da Guerra do Paraguai, daí o Sousa de seu nome, e por sua esposa, dona Clarinda Fagundes de Sousa, que lhe deram esmerada educação. Dona Clarinda, inclusive, ensinou-lhe as primeiras letras. O jovem estudou, posteriormente, no Ateneu Provincial Catarinense, lugar da elite branca, onde aprendeu matemática e ciências naturais, francês, inglês, grego e latim, destacando-se entre seus companheiros de escola. Ali, foi aluno do famoso naturalista alemão Fritz Müller, amigo e colaborador de Charles Darwin e Ernst Haeckel, que, fascinado com a inteligência do garoto, dizia ser ele a prova viva de suas teses antirracistas, motivo pelo qual o chamava de “discípulo amado”. É que, na época, havia a crença desarrazoada de que o homem negro seria incapacitado às atividades do intelecto, o que a figura de João da Cruz teimava em contradizer. Aos oito anos o prodígio já compusera versos e os declamava em honra de seu pai, que voltava do front. Parecia não haver dúvidas

2 PAULI, Evaldo. **Cruz e Sousa, poeta e pensador**. São Paulo, Editora do Escritor, 1973.

de que João da Cruz, nome que lhe foi dado em razão do santo do dia 71 de seu nascimento, havia mesmo sido abençoado por Deus e, o futuro, esse desconhecido, ensaiava escancarar-lhe as portas da felicidade.

Ledo engano. Apesar do berço adotivo e do talento, Cruz e Sousa foi, em verdade, uma alma atormentada. Desde o início, pelo impacto de ser negro em uma sociedade predominantemente branca e preconceituosa. Em certa ocasião, nomeado para o cargo de promotor de justiça de Laguna, pelo Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, presidente da Província, foi impedido de assumir pela ação de políticos locais, que não admitiam um homem de cor “em tão alevantada função”, a despeito de todas as suas qualificações. O segundo fator de perturbação do poeta, foi emocional e familiar. Seu primeiro namoro, com a negrinha Pedra, não durou muito. Já adulto, apaixonou-se por uma atriz branca, mas não foi correspondido. Perdeu o pai, perdeu a mãe e, mais adiante, a sua esposa Gavita Rosa Gonçalves ficou louca e precisou ser internada. Amor de sua vida, Cruz e Sousa a retirou do nosocômio e a levou para casa, passando a dela cuidar com todo o desvelo. Como se não fosse o bastante, seus filhos começaram a morrer, atingidos pela tuberculose. Raul, Guilherme e Rinaldo. João da Cruz Sousa Filho, nascido após a morte do pai, faleceu aos 17 anos, em 1915. Gavita deixaria este mundo em 1901. Por fim, para completar este quadro ruinoso, Cruz e Sousa não tinha um emprego estável. Inquieto, não parava em lugar nenhum. Já fora tanoeiro, caixeiro, professor particular e jornalista. Por um bom tempo arranjou trabalho como ponto na Companhia Dramática Julieta dos Santos, com a qual partiu em excursão, de alguns anos, pelo país. Fundou e dirigiu alguns jornais e, também, colaborou em revistas e outros periódicos. Tudo fumaça. Ele vivia endividado. Mal lhe sobrava o do cafezinho. Ao fim de sua vida exercia a função de arquivista da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde recebia um salário modestíssimo.

Não obstante as dificuldades financeiras, Cruz e Sousa, dentro de suas possibilidades, procurava andar sempre bem vestido, com os sapatos engraxados, de bengala, chapéu, cabelos e barba aparados. Para Nestor Vítor, seu grande amigo e editor póstumo, Cruz e Sousa, ao andar sozinho pelas ruas, tinha “um ar solene, principesco” e dava a impressão de ser “um preto estrangeiro, moço, chegado recente-

72 mente de viagens, bem posto, com uma pontazinha de insolência, mas simpático”. A imagem mais antiga do poeta é de seus 21 anos, datada de 1883, embora a mais difundida seja a que ilustra a edição de suas *Obras Completas*. Por sua elegância e pela genialidade literária foi apelidado de Cisne Negro e também exaltado como o Dante Negro, em comparação ao florentino, autor da *Divina Comédia*. Cruz e Sousa não gostava. Achava que era um estigma. Costumava dizer: “Ninguém fala: Oh, como vai, grande poeta branco!”. Alguns invejosos acusaram-no de alienar-se da causa abolicionista, o que era tanto uma mentira quanto uma cruel injustiça. Embora a questão social não fosse objeto da pauta simbolista, Cruz e Sousa fez várias conferências contra a escravidão, como aquelas que proferiu na Bahia e no Ceará no ano de 1884, registradas, dentre outras, por seus biógrafos. Em *Tropos e Fantasia*s, no texto *O Padre*, critica os religiosos jesuítas, “que defendiam os índios, mas tinham escravos negros”. Há textos seus abolicionistas em *Evocações*, naquele intitulado *Dor Negra*, assim como em *Consciência Tranquila*, presente em *Outras Evocações*. Como lembra Evaldo Pauli, há pelo menos quatro sonetos de Cruz e Sousa em que o pano de fundo é abolicionista. São eles: *25 de março*; *Escravocratas* e *Dilema*, do livro *Cambiantes*; e *Auréola Equatorial*, de *Outros Sonetos*. Cruz e Sousa foi, igualmente, muito ativo como jornalista. Fundou, em Santa Catarina, o jornal *O Moleque* e dirigiu a *Tribuna Popular* e, neste, combateu a escravidão, escrevendo ainda em *A Regeneração*, *Despertador*, *Jornal do Comércio*, *Poliantea*, *Colombo* e *O Artista*. No Rio de Janeiro, trabalhou na *Folha Popular*, passando a divulgar o seu trabalho, de igual modo, em *Novidades*, *Debate*, *República*, *O País*, *O Tempo*, *Cidade do Rio*, *O Mar*, *Arte* e *Revista Ilustrada*. Se restasse alguma dúvida de seu compromisso com o abolicionismo, basta lembrar de sua amizade com um dos maiores líderes do movimento no país, o imortal José do Patrocínio.

O primeiro livro de Cruz e Sousa, em parceria com Virgílio Várzea, foi *Tropos e Fantasia*s, publicado em 1885. Somente oito anos depois, isto é, em 1893, viriam *Missal*, poesia em prosa; e *Broquéis*, poesia, obras inaugurais do Simbolismo no Brasil, mas que foram execradas por críticos como José Veríssimo e Artur Azevedo. Veríssimo, por exemplo, chegou a dizer que “*Missal* é um amontoado de

palavras tiradas ao acaso, como papelinhos de sorte, e colocadas uma após outra na ordem que vão saindo, com raro desdém da língua, da gramática e superabundante uso de maiúsculas”. E Azevedo, embora apreciase o ritmo da poesia, não conseguia ver em *Broquéis* o significado das ideias. “O que quer dizer sonho branco de quermesse?”. Veríssimo, após a morte de Cruz e Sousa, porém, rendeu-se: “A poesia de Cruz e Sousa foi o ponto culminante da lírica brasileira em quatrocentos anos de existência”. Em *Broquéis* há Antífona, que é a profissão de fé do simbolista Cruz e Souza:

Ó Formas alvas, brancas, Formas claras
De luares, de neves, de neblinas!
Ó Formas vagas, fluidas, cristalinas...
Incensos dos turíbulos das aras
Formas do Amor, constelarmante puras,
De Virgens e de Santas vaporosas...
Brilhos errantes, mádidas frescuras
E dolências de lírios e de rosas ...
Indefiníveis músicas supremas,
Harmonias da Cor e do Perfume...
Horas do Ocaso, trêmulas, extremas,
Réquiem do Sol que a Dor da Luz resume...
Visões, salmos e cânticos serenos,
Surdinas de órgãos flébeis, soluçantes...
Dormências de volúpicos venenos
Sutis e suaves, mórbidos, radiantes...
Infinitos espíritos dispersos,
Inefáveis, edênicos, aéreos,
Fecundai o Mistério destes versos
Com a chama ideal de todos os mistérios.
Do Sonho as mais azuis diafaneidades
Que fuljam, que na Estrofe se levantem
E as emoções, todas as castidades
Da alma do Verso, pelos versos cantem.
Que o pólen de ouro dos mais finos astros
Fecunde e inflame a rima clara e ardente...

Que brilhe a correção dos alabastros
 Sonoramente, luminosamente.
 Forças originais, essência, graça
 De carnes de mulher, delicadezas...
 Todo esse eflúvio que por ondas passa
 Do Éter nas róseas e áureas correntezas...
 Cristais diluídos de clarões álares,
 Desejos, vibrações, ânsias, alentos
 Fulvas vitórias, triunfamentos acres,
 Os mais estranhos estremecimentos...
 Flores negras do tédio e flores vagas
 De amores vãos, tantálicos, doentios...
 Fundas vermelhidões de velhas chagas
 Em sangue, abertas, escorrendo em rios...
 Tudo! vivo e nervoso e quente e forte,
 Nos turbilhões quiméricos do Sonho,
 Passe, cantando, ante o perfil medonho
 E o tropel cabalístico da Morte...

O Simbolismo foi um movimento literário originado na França, no final do século XIX, muito próximo, em termos de escola, do Romantismo, e contemporâneo do Realismo, Naturalismo e Parnasianismo. Ele exprime, como ensina Alfredo Bosi,

o desgosto das soluções racionalistas e mecânicas, próprios da sociedade burguesa industrial em ascensão, recusando-se em limitar a arte ao objeto, à técnica de produzi-la, a seu aspecto palpável, defendendo, ao invés disso, ir além do empírico e tocar, com a sonda da poesia, um fundo comum que susteria os fenômenos, chame-se Natureza, Absoluto, Deus ou Nada.³

Charles Baudelaire foi o precursor, com o livro *As flores do mal*, e os nomes mais expressivos os de Mallarmé, Stefan George, Rimbaud e Verlaine. Ao contrário da Europa, no Brasil os simbolistas foram mal recebidos. Os parnasianos dominavam a cena cultural. Seus textos eram objeto de adoração e vários jornais faziam questão de publicá-los.

3 BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2ª edição, 1975, p.293.

Por outro lado, os simbolistas eram vistos como transgressores, sua arte era marginalizada, seus adversários os chamavam de nefelibatas, ou seja, que viviam com a cabeça nas nuvens, como também de decadentistas e malditos, posto que estariam na “contramão da modernidade burguesa” e tratavam, com ênfase, de temas pouco digeríveis como “a estética do feio, o caráter ilusório do real”, a morte, a loucura e outras coisas do gênero. 75

Cruz e Sousa, que flertara com o parnasianismo, então se envolve totalmente com o Simbolismo, tomando-se não apenas o principal nome no país, mas também um dos três grandes vultos da escola em todo o mundo, ao lado de Mallarmé e Stefan George, como o consagrou o sociólogo francês Roger Bastide. Na opinião de Ventura Garcia Calderon, intelectual peruano e Ministro Plenipotenciário em Paris, “Cruz e Sousa é comparável a Baudelaire sem que o mundo saiba, pois escreve em português. É um dos maiores poetas do simbolismo universal e o maior poeta da América do Sul”. Para Sílvio Romero, Cruz e Sousa era “a muitos respeitos, o melhor poeta que o Brasil tem produzido. É o nosso simbolista puro, o rei da poesia sugestiva!”. Agrippino Grieco fazia coro: “Admirável Cruz e Sousa! Ele e Castro Alves são para mim as duas estupefações de nossa poesia. Seus contemporâneos europeus, flores de civilizações avançadíssimas, surgiram depois de numerosas gerações cultas haverem trabalhado por eles, para eles. E este filho de escravos de Desterro? Sim, a posteridade não poderá deixar de pertencer ao homem que compôs os versos prodigiosos de Supremo Verbo”. E Andrade Murici completava: “Cruz e Sousa deve ser lido como um Oriental, um poeta bíblico, *As Mil e uma noites...* do padrão do classicismo português, ele transbordou irreprimivelmente”. Sua produção foi estupenda, para o pouco tempo que viveu: quase mil páginas. A maioria dos estudiosos considera o conjunto da obra de Cruz e Souza riquíssimo pela diversidade que encerra: “a preocupação com a forma, um pouco como os parnasianos; o culto da noite, o pessimismo e a morte, que o torna vizinho dos românticos; a poesia eivada de meditação e filosofia, que revela traços realistas; e o Simbolismo, mesmo, em sua completa expressão”.

Todas as características do Simbolismo avultam na obra de Cruz e Souza: o subjetivismo; a linguagem vaga, que sugere em vez

76 de nomear; as metáforas, comparações, aliterações, assonâncias e sinestesias; o cultivo do soneto e outras formas de composição poética, o antimaterialismo e o antirracionalismo; o misticismo, a religiosidade; o interesse pela profundidade da mente humana e da loucura; o pessimismo e a dor de existir; o estado contemplativo, o interesse noturno pelo mistério e pela morte.⁴

Além de Tropos e Fantasias, Missal e Broquéis, publicados em vida, outros livros de sua autoria são Evocações (1898), Faróis (1900), Últimos Sonetos (1905), organizados por Nestor Vitor, bem como Outras Evocações, O livro derradeiro, o qual tem como subtítulos Cambiantes, Outros Sonetos, Campesinas e Dispersas (1961).

Cruz e Sousa, tal como os filhos e sua mulher, foi acometido de tuberculose. Tentando curar-se, viajou para a localidade de Sítio, antigo município de Antonio Carlos, hoje Barbacena, em Minas Gerais, esperançoso de que os novos ares lhe trouxessem de volta a saúde. Mas não resistiu.

Morreu em 19 de março de 1898, muito moço, aos 36 anos e na miséria. Seu corpo foi remetido ao Rio de Janeiro, na mesma condição dos indigentes, de trem, envolto em saco de estopa e no vagão destinado ao gado e aos cavalos. No Rio, José do Patrocínio providenciou-lhe os funerais. Seu corpo foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, mas em 2007, seus restos mortais foram reivindicados por sua terra natal e enviados a Florianópolis, a Desterro de sua infância, e hoje descansam no Museu de História de Santa Catarina, no lugar que ganhou o nome de Palácio Cruz e Sousa.

Em que pese todo esse brilho, todos esses atributos, Cruz e Sousa não foi lembrado para integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), que acabara de ser fundada. Vários motivos teriam colaborado para isto. Muito se cogitou a respeito. Teria sido a cor de sua pele? Pouco provável, eis que Machado de Assis, um dos fundadores da instituição, era mulato e havia outros mestiços entre seus integrantes. Quem sabe a circunstância de ser egresso de uma cidade que não fazia parte do circuito cultural do país e nem era o seu epicentro, como o Rio de Janeiro? Certamente influenciou, pois “quem não é visto, não

4 CEREJA, William; COCHAR, Thereza. **Literatura brasileira em diálogo com outras literaturas e outras linguagens**. Editora Atual, 2009.

é lembrado”, diz a máxima popular. Mas isto, de igual sorte, não foi 77 determinante, até porque, quando publicou seus primeiros livros, Cruz e Sousa foi alvo de vários críticos importantes na época, o que prova que era, sim, conhecido. Contou, mesmo, na ocasião, ao que parece, o fato de ele representar, quase que sozinho, uma escola à margem das correntes literárias daquele momento, sem falar quer era combatida pelos parnasianos, como já se registrou, com grande poder de influência na Academia. Ledo Ivo, membro da ABL, no centenário da morte de Cruz e Sousa, escalado para falar a seu respeito, fez um belíssimo discurso, cujo trecho mais expressivo reproduzo a seguir, para perpétua memória do fato:

Cruz e Sousa é hoje um dos nossos poetas nacionais, ao lado de Castro Alves, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, A sua voz é uma das mais altas no silêncio das noites estreladas. Rendida a essa condição gloriosa de Cruz e Sousa, e associando-se às comemorações que assinalam o centenário de sua morte (1898), a Academia Brasileira de Letras ora o festeja, reverente e arrependida por não ter feito dele um dos nossos.⁵

Na mesma ocasião, um notável conferencista catarinense, Nereu Corrêa, traduziu melhor do que ninguém o que foi esse cometa que passou reluzente pela literatura nacional e cujas chamadas ainda iluminam nossos tempos:

Grande e desventurado poeta! Transcorridos cem anos do teu nascimento, e cinquenta e nove da tua morte, todo o Brasil se confrange diante da tua luta, e se extasia diante da tua arte. Compreendemos e sentimos aquilo que nem todos os teus contemporâneos souberam sentir e compreender: a grandeza do teu drama humano e a angustiada beleza do teu sonho de artista. E artista não foste para a tua época, que não te merecia; foste-o também para as gerações do futuro, que celebram a tua glória, de hoje e de sempre, porque a tua arte traz a marca da eternidade.⁶

5 IVO, Ledo. **O ajudante de mentiroso**. São Paulo: Ed. Educam, 2000.

6 CORRÊA, Nereu. Discurso proferido na Academia Catarinense de Letras em 24.11.1961 e publicado no livro *O canto do cisne negro e outros estudos*, 1964.

Alphonsus de Guimaraens, Emiliano Pernetá, Mario Pederneiras e Pedro Kilkerry são simbolistas brasileiros que seguiram o caminho aberto pelo poeta do Desterro.

Cruz e Sousa é patrono da Cadeira de nº 15 na Academia Catarinense de Letras e da Cadeira de nº 23 na Academia Amazonense de Letras, ocupada sucessivamente pelo etnólogo Nunes Pereira, pelo poeta Alencar e Silva e pelo autor do presente trabalho, o qual tomou posse em 14 de dezembro de 2012, saudado pelo acadêmico J. Bernardo Cabral, estando o silogeu sob a presidência do acadêmico Arlindo Porto.

— Reescrevendo *E O Vento Levou...*: a morte do Grão-Pará e o parto do Império do Brasil

MÁRCIO SOUZA

Em julho de 1936, quando a guerra já varria a velha Europa, é lançado nos Estados Unidos o romance *E O Vento Levou* (*Gone With the Wind*). Em poucos dias o livro vai para as listas dos mais vendidos e se toma um dos maiores êxitos editoriais de todos os tempos, hoje com quase nove milhões de exemplares vendidos. Uma das publicações mais rigorosamente críticas, o *New York Times' Book Review* assim registrou o aparecimento da romancista Margaret Mitchell.

Este é fora de dúvidas o mais marcante dos primeiros romances já escritos por um autor americano. É também um dos melhores. *E O Vento Levou...* não é exatamente um grande romance. Mas já faz um longo tempo que ao público leitor americano não se oferece tamanho banquete de excelente arte de narrar.

Pelo menos quatro dentre as personagens deste livro atinge uma qualidade de criação rara de ser encontrada em páginas impressas. Muitas coisas acontecem neste livro: ele é repleto de movimento, mas os combates estão fora de cena.

Assim também as grandes figuras que a guerra produziu; elas são apenas nomes que se pronunciam, e as coisas que acontecem com Scarlett o'Hara e Ashley Wilkes, a sua esposa Melanie e a Rhett Butler, são as coisas que acontecem a muitas vidas daquele tempo e lugar.

Nas mentes do mundo inteiro, *E O Vento Levou...* não é um fenômeno literário, é um dos mágicos produtos de Hollywood em 1939, um ano de dezenas de filmes admiráveis. A poderosa adaptação cinemato-

- 80 gráfica do romance de Margaret Mitchell transformou um caudaloso folhetim em ícone cultural.

Consta que ao ser procurado com a proposta de produzir *E O Vento Levou...* por David O. Selznick, Louis B. Mayer, o grande Mogul da MGM retrucou.

– Quem está interessado em ver mais um filme sobre a guerra da secessão?

Uma pergunta semelhante talvez surja nas mentes dos aqui presentes.

– Quem estará interessado em ver uma versão brasileira de *E O Vento Levou...*?

Permitam-me, no entanto, insistir na metáfora. Algumas vezes um passeio sem compromissos pelo reino da ficção ajuda a esclarecer certas obscuras e enigmáticas contingências do passado. Mas talvez tudo isto não passe de excesso de pretensão de um romancista.

De qualquer modo, *E O Vento Levou...* é o retrato de uma civilização extinta. A civilização que aqui vamos evocar, também está extinta. Recriando com desavergonhada nostalgia, e de forma idealizada, a desaparecida sociedade escravagista do sul dos Estados Unidos, o livro tem como eixo a personalidade cambiante e oportunista de Scarlett o'Hara, uma bela mulher ligada ao mundo das plantações de algodão, mas que acaba por encarnar a aceitação, pelo sul derrotado, da nova realidade trazida pelo vitorioso capitalismo industrial *yanque*. *E O Vento Levou...* é o grande painel de uma época afogada em sangue e uma espécie de rito de passagem em forma de entretenimento.

A história se passa numa fazenda de algodão no norte da Geórgia, imediatamente antes da eclosão da guerra da secessão. Boa parte da ação acontece também em Atlanta e seus arredores, a emergente metrópole do Sul, uma espécie de ponto de convergência plantado em plena lama rubra a crescer como ponto de intersecção das ferrovias que vão para o norte e o sul, e para o leste e o oeste. Quando a guerra começa, Atlanta transformava-se no centro nervoso do Sul, com uma participação mais ativa que a tradicional Charleston ou outras cidades confederadas tradicionais, como Savannah ou Augusta.

É neste cenário que Scarlett o'Hara protagoniza o drama. É uma heroína cheia de muitas qualidades, mas sem quaisquer virtudes. Ela

personaliza a nova mentalidade americana, capaz de atravessar com 81 desenvoltura todas as suas mais íntimas relações amorosas com o mesmo cálculo gelado das relações capitalista que a levam à ressurreição econômica. Menina mimada e volúvel, ela assiste impotente à destruição de sua civilização. Numa das primeiras cenas ela recusa comida por mera vaidade, para na metade da história ser obrigada a arrancar tubérculos do chão crestado e mastigá-los para saciar a fome. Mas Scarlett não é uma heroína qualquer e a fragilidade era apenas uma aparência. Na verdade, ao tomar contato com a dura realidade e ao ser tragada pelo turbilhão da guerra fratricida, Scarlett sobrevive não porque tenha bons modos, mas justamente porque não os tem. É uma personagem feita quase só de coragem, com a vitalidade de uma filha da terra que já não necessita cultivar princípios, e que vai sobreviver porque sabe usar como ninguém o novo caráter dominador, egoísta, brutal e ambicioso. Embora apaixonada pelo aristocrático Ashley, este enfatuamento não passa de uma fixação nostálgica, pois o seu par verdadeiro é Rhett Butler, um sulista moderado, que percebeu por antecipação o inexorável e enfrenta a derrota e a nova ordem com doses de cinismo e realismo.

Mas o que realmente se passou nos Estados Unidos, o que foi a Guerra da Secessão?

Por volta do final do século XVIII o velho Sul dos Estados Unidos foi alcançado pela Revolução Industrial. A máquina de descaroçar algodão de Eli Whitney acelerou de tal forma a colheita e a separação da lã do caroço que, em 1794, um grupo de escravos conduzindo uma descaroçadeira produzia 50 vezes mais que o mesmo número fazendo o serviço à mão. A milagrosa máquina jogou os preços no chão e os lucros no espaço, atendendo com eficiência a crescente demanda mundial por algodão. Em 1860, por exemplo, 55% dos lucros obtidos pelos Estados Unidos com exportação eram oriundos das vendas de algodão beneficiado, o que significava algo em torno de US\$ 190 milhões de dólares por ano. Movidas por um mercado ávido, as gigantescas economias de escala que eram as fazendas (plantations) acabaram por dominar a economia sulista, deprimindo a iniciativa industrial e até mesmo determinando o perfil demográfico da região. Durante quase todas as primeiras décadas do século XIX o sul

82 profundo empalideceu as propriedades do litoral atlântico e arrastou mão de obra e investimentos. Milhares de pequenas fazendas floresciam, mas eram as grandes fazendas de algodão que comandavam o desenvolvimento econômico e social, baseadas nos músculos de mais de três e meio milhões de escravos que cuidavam da terra, plantavam, cultivavam, colhiam e despachavam o algodão para todos os quadrantes da terra. Somente a Inglaterra costumava importar anualmente um milhão de toneladas do produto.

As grandes fazendas de algodão, tal qual os imensos latifúndios brasileiros, existiam de forma autossuficiente e tendiam ao isolamento. Elas mantinham seus próprios rebanhos, a produção de laticínios e hortaliças, bem como matadouros e defumadouros. Os proprietários viviam como senhores feudais, mandando e desmandando no interior de seus imensos territórios. Festas e recepções elegantes, com muita ostentação e alguma extravagância, eram periodicamente organizadas pelos fazendeiros, que acabaram desenvolvendo um elaborado sistema de etiqueta social. O mundo do sul profundo se circunscrevia nas fronteiras dessas grandes propriedades, entre a criação de magníficos cavalos, a prática de artes marciais da moda e o tedioso ócio que só era quebrado com a passagem dos Show Boats, imensos barcos movidos à roda que navegavam pelo Mississippi e onde era possível perder somas vultosas e assistir espetáculos burlescos e dramalhões moralistas.

Embora hegemônicos economicamente e politicamente, os fazendeiros eram uma pequena minoria. Na segunda metade do século XIX a produção do algodão cresceu muito, mas os preços caíram. Era a concorrência de outras áreas produtoras e o resultado da inflexibilidade dos fazendeiros em estabelecer mudanças no sistema econômico. Alguns fazendeiros menores ainda tentaram a diversificação econômica e estimularam a imigração de mão de obra nortista, mas os grandes fazendeiros desprezaram solenemente esses esforços e se aferraram no sistema escravista como uma questão de poder. Em 1860, o sul já não conta com uma representação expressiva no Congresso e luta ingloriamente para manter vigente o sistema de mão de obra escravo, importando escravos de Cuba.

Quando a guerra eclodiu em 1861, os escravos em sua maioria trabalhavam nas fazendas de algodão, enquanto que 75% das famílias

confederadas e 90% dos homens recrutados para lutar no exército rebelde não eram donos de escravos e nada tinham a ganhar com a secessão. O radicalismo político dos fazendeiros de algodão foi de tal forma poderoso que arrastou 11 estados e o Velho Sul para o abismo. A vitória do Norte industrializado, conduzido por uma elite política senhora de um projeto nacional democrático, abolicionista e modernizador, que deu nova significação aos ideais da Revolução Americana, proporcionou aos Estados Unidos um cenário político e econômico que o transformou em superpotência.

Evidentemente que na América Latina não aconteceu nada de parecido com a Guerra da Secessão americana, elemento primário do enredo de *E O Vento Levou...*, porém, em cada um dos países latinos ocorreu em determinado momento de sua história um confronto entre modelos de sociedade, de choques entre propostas avançadas, modernas e posições atrasadas e retrógradas. O exemplo da guerra da secessão, em que um povo não apelou para a conciliação e foi capaz de derramar sangue para decidir princípios, sempre causa uma impressão forte. Especialmente num país como o Brasil, onde o mito da história incruenta serviu durante muito tempo para mascarar os nossos desacertos. Agora, porém, já se sabe. Aqui muito sangue também foi derramado e princípios também estiveram em jogo. O que eu quero dizer é que cada país da América Latina teve o seu *E O Vento Levou...* que merece. É sobre o nosso próprio *E O Vento Levou...*, ocorrido entre 1823 e 1840, que desejo falar.

Para que se compreenda a questão, um fato deve ficar claro desde já: em 1822 a Amazônia não fazia parte do Brasil. Sequer se chamava Amazônia.

Na verdade, os portugueses construíram duas colônias na América do Sul. Pode-se mesmo acreditar que esta não foi uma decisão administrativa dos portugueses, mas uma consequência das limitações tecnológicas. Naqueles tempos de navegação à vela, a transposição do cabo Branco era praticamente impossível e perigoso. Assim, para os que vinham do Atlântico Norte, as rotas mais propícias eram aquelas que seguindo as correntes, levavam diretamente ao Atlântico Sul e ao litoral do Brasil, ou as que levavam ao Caribe e ao estuário do Rio Amazonas. Uma viagem do Rio de Janeiro para Lisboa em 1790

84 durava noventa dias. Uma viagem de Belém a Lisboa na mesma época durava trinta dias. Uma viagem entre o Rio de Janeiro e Belém podia durar até cinco meses.

O certo, então, é que tínhamos duas colônias de língua portuguesa na América do Sul. Uma descoberta por Cabral em 1500, batizada com o nome de Brasil e administrada por governadores gerais e vice-reis, com capital no Rio de Janeiro e um território que ao norte começava nos limites do atual estado do Piauí, descendo por uma estreita faixa pelo litoral nordestino, passando por Goiás, Minas Gerais e estendendo-se até as margens do rio da Prata, hoje o Uruguai. A outra colônia, inicialmente conhecida como Grão-Pará e Maranhão e mais tarde como Grão-Pará e Rio Negro, foi descoberta por Vicente Yáñez Pinzón, em 1498, logo após terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o rio Amazonas de Mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630. Esta colônia tinha em seu território o equivalente a reunião dos atuais estados do Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e parte do Acre. A capital era Santa Maria de Belém e era administrada por governadores militares e administradores diretamente ligados a Lisboa. Essas duas administrações coloniais se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexar a colônia nortista. Uma nota curiosa: os habitantes da colônia do Sul eram chamados de brasileiros, os do norte de portugueses-americanos.

A independência do Brasil, em 1822, pouco reflexo teve no território do Grão-Pará. Alguns adeptos da ideia da independência, como Felipe Patroni, e o cônego Batista Campos desejavam cortar os laços com a Metrópole, mas estavam completamente isolados no Rio de Janeiro, mantendo contatos e trocas de correspondência apenas com as lideranças do nordeste.

A notícia da proclamação do príncipe Pedro de Alcântara, herdeiro da casa de Bragança, trouxe muita desconfiança, embora o gesto tenha aguçado o desejo de repetir o feito na progressista colônia ao norte. Um jornal, editado por Patroni, o primeiro a circular na Amazônia, *O Paraense*, pregou o corte dos laços com Portugal, mas apenas por alguns meses de 1822, sendo fechado e seu proprietário perseguido. Em março de 1823, o cônego Batista Campos consegue

eleger para a legislatura de Belém uma maioria de brasileiros, mas os portugueses anulam as eleições. Em abril, um levante propondo a adesão ao Império do Brasil é esmagado e seus participantes deportados para Lisboa, onde são condenados à morte. Finalmente, em agosto, aporta em Belém o Brigue Maranhão, comandado por John Pascoe Greenfell, mercenário inglês sob o comando do almirante Cochrane e a soldo do Império do Brasil. Greenfell, que estava com 21 anos, inaugura o modelo de relação que o governo central do Brasil teria com a Amazônia a partir de então: o blefe. No dia 11 de agosto, depois de espalhar o boato de que a esquadra de Cochrane estava fundeada nas proximidades, Greenfell enviou um ultimato aos governantes portugueses, para que depusessem as armas ou aderissem ao Império do Brasil. Caso recusassem, Belém sofreria um bombardeio naval. 85

A maioria dos portugueses e quase toda a burocracia colonial aderiram incondicionalmente e os nacionalistas se viram aliados do poder. Da mesma forma que no recôncavo baiano e em Pernambuco, a administração de José Bonifácio preferia apostar nas lideranças conservadoras, geralmente portugueses de fortuna adquirida na colônia, que apoiar líderes brasileiros não exatamente afinados com o espírito da casa de Bragança. De 1823 para frente o que vai se ver é o constante embate entre as correntes conservadoras e nacionalistas, os primeiros com o Partido Caramuru e os segundos com a Sociedade Filantrópica. As refregas políticas invariavelmente acabavam em choques armados.

Aqui é pertinente uma pergunta. Por que a violência tornou-se a única via possível? Onde estava o espírito conciliador ciosamente cultivado pelas nossas elites? A melhor explicação está na profunda diferença entre as duas colônias, tão distintas que eram em estratégias, na cultura, na economia e até na visão de mundo.

A verdadeira fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão se deu em 31 de julho de 1751, com a assinatura do decreto pelo Marquês de Pombal. Para governar o novo estado, Pombal nomeia seu irmão Xavier de Mendonça Furtado, que imediatamente põe em prática uma série de medidas, como a criação da capitania do Rio Negro, a criação do Diretório dos índios, a transformação das povoações e aldeias indígenas em vilas portuguesas, a liberdade legal concedida aos índios e

86 a cassação dos poderes temporais da Igreja Católica. A economia da primeira fase da colônia, que era baseada na extração de drogas do sertão – extrativismo primário –, transforma-se radicalmente, fundamentando-se na produção manufaturada e na agricultura de pequenas propriedades. A exportação e o consumo local de produtos de borracha alimentava uma indústria florescente, que produzia artigos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos. Baseava-se também numa vigorosa indústria naval que chegou a produzir mais da metade da frota portuguesa no final do século XVIII. Esta indústria localizava-se em cidades das imediações de Belém, onde ainda estão presentes os sinais da arte portuguesa de construir embarcações. Os mais belos barcos regionais, que lembram os bergantins do século XVII, continuam a ser fabricados nas tradicionais cidades paraenses a singrar os rios do grande vale. Quanto à agricultura, a política de pequenas propriedades permitiu a introdução de culturas como as do algodão, anil, tabaco e café, além do rápido crescimento da economia do cacau no Baixo Amazonas. O programa agrícola foi reforçado pela vinda de colonos portugueses, culminando com a chegada das famílias oriundas da antiga província de Mazagão. Em 1772, com a expansão e o crescimento dos territórios do oeste, o estado passa a se chamar Grão-Pará e Rio Negro.

O Grão-Pará desfrutava de uma cultura urbana bastante desenvolvida, com uma capital de belo traçado e edifícios requintados, onde se pode encontrar exemplares pioneiros da arquitetura neoclássica, obra de Antônio José Landi, o arquiteto de Bolonha contratado por Lisboa para embelezar a cidade de Belém e fazer da miserável aldeia de Barcelos, sede da capitania do Rio Negro, uma cidade habitável. A obra de Landi, um sopro de ar inovador numa época exclusivamente barroca, ainda não foi devidamente avaliada. A vida social de Belém era bastante austera, mas as noites tropicais eram inundadas de música e canto, que vinham das casas particulares e das bandas a animar as praças repletas de transeuntes. É desse período à obra de Tenreiro Aranha, o primeiro escritor de língua portuguesa nativo da região, que também produziu uma interessante obra dramática, que ele mesmo encenou em concorridas e controvertidas produções. Aliás, o teatro era uma das paixões do povo de Belém, e foi ali naquela cidade que

algumas das ousadas peças de Gabriel Malagrida, missionário jesuíta, 87 naturalista e místico espanhol que teria a duvidosa honra de ser o último herege a ser queimado na fogueira pela Inquisição, foram encenadas e vistas pela primeira e única vez. A Casa de Ópera de Belém é de 1775 e é no Grão-Pará e Rio Negro que a profissão de ator, por decreto oficial, deixa de ser considerada infame, seguindo uma ordenação de 1771, outorgada pelo rei Dom José I, de Portugal. Vale observar que a Casa de Ópera funcionou até 1812, entrando em decadência depois dos fatos de 1823. Uma das originalidades da sociedade nortista era o papel da mulher. Num olhar superficial, a condição da mulher não parecia distinta do que sucedia em outras partes, mesmo daquelas sociedades que se consideravam mais civilizadas. No entanto, algo de particular existia ali, como a intensa participação das mulheres na política, nos anos que ensanguentaram o Grão-Pará. No dia 16 de abril de 1833, é fundada em Belém uma organização secreta feminina como nunca houve em outras partes do Brasil. Era a Sociedade das Novas Amazonas, que tinha como finalidade a formação de mulheres com virtudes políticas capazes de dar provas de amor à pátria e adesão à liberdade. Inspiradas nas lendárias amazonas guerreiras, as Iluminadas, como se intitulavam, chegaram a somar mais de mil seguidoras e foram muito influentes. Assim, homens como Tenreiro Aranha, Patroni e o cônego Batista Campos não surgiram do nada, eles foram caudatários de uma civilização própria, em que a tradição cultural ibérica aparece recriada não apenas pelo mundo amazônico, mas absorveu fontes inesperadas, com os ideais da Revolução Francesa e a filosofia da Ilustração. Deu-se que em 1808, em represália à invasão francesa em Portugal, os nortistas reuniram uma armada e invadiram a Guiana Francesa. Em Caiena funcionava uma delegacia da Revolução, dedicada a traduzir e editar em espanhol e português, as obras de agitação e textos filosóficos, que eram infiltrados nos países vizinhos. As administrações coloniais espanholas e portuguesas temiam tanto esse trabalho, que em Belém, se alguém fosse flagrado portando um desses textos, como, por exemplo, um exemplar da Declaração dos Direitos do Homem, era preso e sumariamente fuzilado. Por ironia histórica, é naquele antro de subversão, no exato covil onde se destilavam esses “mortíferos venenos”, que os nortistas vão se meter e viver durante anos de

88 ocupação, até a assinatura do Tratado de Fontainebleau, em 1814, anos de convívio promíscuo que deram a eles, oficiais e jovens burocratas, acesso a verdadeiras bibliotecas revolucionárias que foram sendo pouco a pouco transferidas para Belém, transportadas nos navios de guerra e sob a proteção daqueles que deveriam confiscá-las.

Talvez por tudo isso, os intelectuais do Grão-Pará tivessem consciência de que não havia salvação fora da adesão ao Império do Brasil. Se continuassem portugueses, numa tentativa de fazer um Canadá Português, sofreriam um retrocesso. A administração do Ultramar nunca mais seria como antes, nunca mais Portugal teria um Pombal e os portugueses estavam ficando ressentidos e revanchistas como consequência de tantos reveses: invasão francesa e transferência da Corte para o Rio de Janeiro; recessão econômica e a independência do Brasil. Havia o risco também de passarem para outras mãos, se tornarem colônia inglesa, ou francesa...Imaginem uma imensa Jamaica equatorial encravada ao norte, fazendo par com a Guiana francesa.

Homens como o cônego Batista Campos sabiam do risco em aderir a um regime monárquico, e ainda por cima com um Imperador português de temperamento brusco no comando, quando o ideal é que o regime fosse republicano. Além do mais, estavam se juntando a um país que tinha uma economia completamente diferente, em certos aspectos, mais atrasada. A questão é que a economia do Grão-Pará tinha uma participação alta de mão de obra assalariada, de gente livre. Os escravos eram minoria, sem peso algum na produção de bens. Já a economia do Império do Brasil não podia funcionar sem escravos. No Grão-Pará a cultura não estava marcada pela relação senhor e escravo, pela sordidez do cativeiro, de tal forma que a maioria do povo sequer tinha entrado na cadeia produtiva, trabalhando para seu próprio sustento. E nem precisavam se esforçar muito, tamanha a exuberância da natureza. Já no Brasil, não havia massa de gente que não fosse escrava, e todos trabalhavam para algum fazendeiro, porque o sistema era de latifúndios, tal qual no sul dos Estados Unidos, comandados por grandes senhores, gente poderosa que mandava mais que El Rei em seus domínios. No Brasil a indústria era pequena, medíocre e desprezível – produção de estearina, olarias, marcenarias –, e se dizia até que não era vocação do país. No Grão-Pará, nas pequenas fazendas,

todos iam juntos lavrar a terra, os proprietários e os empregados, coisa 89
impensável no Brasil. Das colônias portuguesas, o Grão-Pará era a
única a possuir uma pauta de exportações onde os produtos manu-
faturados suplantavam a matéria-prima.

Em compensação, a colônia chamada Brasil dependia ampla-
mente da agricultura e da agroindústria, tendo, portanto uma forte
proporção de mão de obra escrava. Em meados do século XVIII, tanto
o Grão-Pará quanto o Brasil conseguem criar uma forte classe de
comerciantes, bastante ligados à importação e exportação, senhores
de grandes fortunas e bastantes autônomos em relação à Metrópole.
Mas enquanto os comerciantes do Rio de Janeiro deliberadamente
optaram pela agricultura de trabalho intensivo, como o café, basean-
do-se no regime da escravidão, os empresários do Grão-Pará intensifi-
caram seus investimentos na indústria naval e nas primeiras fábricas
de beneficiamento de produtos extrativos, especialmente o tabaco e a
castanha-do-pará. O que as lideranças nortistas queriam, na falta de
outra opção, era ocupar o espaço político pós-colonial, fazer com que
os líderes brasileiros tivessem neles os seus interlocutores, quando
chegasse a hora.

Isto não foi o que aconteceu. A anexação da Amazônia acabou
sendo pela força, por que exigia um projeto de nação e uma visão de
política continental, coisa que nem os nortistas e nem os brasileiros
tinham. E entre 1823 a 1840, o que vai se ver é um processo de provo-
cação deliberada por parte do Rio de Janeiro e a fúria crescente da
parte do Grão-Pará. O resultado foi uma severa convulsão social e a
consequente repressão.

O mais importante historiador do período, Domingos Antonio
Rayol, Barão de Guajará, resume as responsabilidades dos homens de
seu tempo e demonstra que os protagonistas a digladiarem em lutas
tratando cada um de desmoralizar por sua vez o princípio de autori-
dade, arrastando as massas populares aos movimentos tumultuários,
apagando nelas a noção dos deveres sociais, cavando o abismo em
que mais tarde uns e outros se precipitaram, com irreparável dano e
ruína geral da Província”.

Entre 1823 e 1840 a região norte sofre a intervenção política e
militar do Império do Brasil, perde suas lideranças históricas e deixa

90 de ser uma administração colonial autônoma para se transformar numa fronteira econômica. A derrota do Grão-Pará e sua destruição pelo Império do Brasil, se me permitem a comparação um tanto audaciosa, foi de certo modo como se o Sul tivesse vencido a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Dezesete anos de guerra civil levaram a Amazônia a perder 40% dos seus habitantes.

A anexação destruiu todos os focos de prosperidade. Entre os políticos do Império do Brasil e as lideranças nortistas, nenhum diálogo foi possível. E o vento levou o Grão-Pará.

O Brasil é fruto de paradoxos históricos como este que acabamos de resumir. Evidentemente que paradoxos não são exclusivos de nossa história, mas o problema é que a eles se colam os efeitos de uma perversa dicotomia, como se o país se configurasse por um eterno embate entre áreas endemicamente pobres e áreas historicamente ricas, entre regiões intrinsecamente modernas e outras atavicamente arcaicas. Neste falso pressuposto, o Norte e o Nordeste representam o arcaico, o atraso, um fardo que o Centro Sul moderno precisa financiar, empurrar e suportar. Por tudo que vimos até agora, esta oposição arcaísmo-modernidade não estaria sendo vista do avesso?

Certamente no caso da Amazônia o rótulo de região atrasada tem sido foco de desastres. É aqui que reside o problema. Especialmente porque se há uma região brasileira que melhor conheça a experiência da modernidade, esta é a Amazônia, como prova a sua própria história. Nos 500 anos de presença da cultura europeia, experimentou os métodos mais modernos de exploração. Cada uma das fases da história regional mostra a modernidade das experiências que foram se sucedendo: agricultura capitalista de pequenos proprietários em 1760 com o Marquês de Pombal, economia extrativista exportadora em 1890 com a borracha, e estrutura industrial eletroeletrônica em 1970 com a Zona Franca de Manaus. Os habitantes da Amazônia, portanto, não se assustam facilmente com problemas de modernidade, o que vem provar que a região é bem mais surpreendente, complexa e senhora de um perfil civilizatório insuspeito pela vã ingenuidade. Não é por outro motivo que a Amazônia continua um conveniente mistério para os brasileiros. Portanto, vamos com calma quando aplicarmos esses rótulos.

Experiências de modernidade já foram feitas na região. Mas os tecnocratas e o governo central foram incapazes de favorecer a aceitação de experiências locais no processo de integração econômica, porque de uma área atrasada nada se espera. 91

Isto aparece claramente com o projeto agropecuário da ditadura militar. O estímulo para a criação de gado tornou-se uma catástrofe para a Amazônia porque o modelo agropecuário foi imposto a um estado, o Acre, onde não havia tradição de criação de gado, e que por causa disso perdeu sua cobertura florestal tradicional. Enquanto os tecnocratas de Brasília mandavam boi para os sertões do Acre, os nativos se perguntavam: por que não usaram as zonas tradicionais de pasto? Sim, pastos naturais como os existentes no Baixo Amazonas, na região de Óbidos, Alenquer e Oriximiná, ou em Roraima, cuja superfície é superior a de todos os pastos europeus reunidos? Esse é exatamente um caso em que a integração econômica foi feita em detrimento da história e da tradição locais. E, no entanto, a arrogância não ficou apenas com os tecnocratas do governo militar, um contingente imenso de salvadores da pobre e atrasada Amazônia estabeleceu suas agendas baseadas em conclusões apressadas.

Por exemplo, as propostas de neo-extrativismo de Chico Mendes tomadas como solução universal para a questão amazônica. Para começo de conversa, elas se destinavam apenas a dois ou três municípios do Acre.

Chico Mendes era de Xapuri, quase na fronteira com a Bolívia. Em Cruzeiro do Sul, alguns quilômetros para o norte, não serviam mais. Era, portanto absurdo focalizar-se nelas e apresentá-las como soluções de uso geral na região, como fizeram alguns ecologistas e certos movimentos de defesa da região. Nos parâmetros políticos de 1985, quando a ideia foi gerada, a luta por tais reservas extrativistas estava perfeitamente explicada. No entanto, este foi um conceito que muito foi alargado desde então, a ponto de se tomar uma das mais usadas medidas “de preservação” do governo Sarney e, em termos políticos amplos, como espécie de proposta geral para a região, pois o “futuro” da Amazônia estaria em sua total regressão a economia extrativista

O extrativismo foi o subsistema econômico engendrado pelo chamado ciclo da borracha. O seu impacto acabou por imprimir a face social da Amazônia, criando uma peculiar cultura, determinando sua estrutura de classes e até mesmo as formas de ocupação do espaço geográfico. Estou convencido de que Chico Mendes, como todo nativo da região, conhecia muito bem o caráter da velha sociedade extrativista, especialmente o caráter dos proprietários extrativistas, incapazes de enfrentar o modelo agropecuário e defender suas propriedades. As reservas extrativistas foram uma brilhante solução tática para preencher esse vazio político. Era uma forma de mobilizar os seringueiros para a defesa da propriedade extrativista, já que os proprietários estavam enfraquecidos, postos à margem pelo modelo econômico agropecuário e especulador.

Uma economia como a extrativista, que sequer formou uma oligarquia firme em seus propósitos, não pode servir de modelo de restauração salvadora. Os proprietários extrativistas foram saindo de cena, consumindo o melhor de sua energia e capacidade criadora no exercício de sobreviver a qualquer custo. Durante o tempo em que estiveram parasitando a natureza da região, os extrativistas relacionaram-se com os grupos hegemônicos do país através de uma lamentável sublimação política. Fingiam que tinham o poder, encenavam os seus desejos e, no final, acabavam por conciliar, seguindo a reboque com a sensação do dever cumprido.

Chico Mendes não estava fazendo nenhum tipo de apologia restauradora de uma página negra da história regional, ao propor a luta pela transformação dos seringais acreanos em reservas. Ele sabia que tais reservas eram soluções muito localizadas, que não respondiam sequer ao problema do Acre, quanto mais de uma área continental, diversificada, como a Amazônia brasileira. Falar, portanto, que o destino da Amazônia é a regressão ao extrativismo, mesmo a um extrativismo idílico, socializado e místico, é mais uma vez atropelar a própria Amazônia. De qualquer modo, vamos supor que fosse possível fazer da Amazônia uma imensa reserva extrativista, um enorme playground para todos os diversos pirados da terra. Bem, este é o sonho nada pirado da poderosa indústria farmacêutica internacional, dos grupos econômicos que trabalham com a biotecnologia, com a enge-

nharia genética e a Etnobiologia. Assim, mais uma vez deseja-se que a Amazônia ofereça o que tem, mas que fique em seu lugar, como território primitivo, de gente primitiva, que não deve jamais ter acesso a essas tecnologias e ao controle econômico de seus produtos. 93

O certo é que se o extrativismo na Amazônia não está morto, deve ser definitivamente erradicado por qualquer plano que respeite o processo histórico e a vontade regional. Mesmo porque a Amazônia não deve ser reserva de nada, nem celeiro, nem estoque genético ou espaço do rústico para deleite dos turistas pós-industriais.

Infelizmente o modelo econômico brasileiro insiste em destruir riquezas que sequer foram computadas, movido por puro imediatismo econômico. Mas não se deve agravar mais a região impondo-se soluções aparentemente ditadas pelo espírito da solidariedade. Especialmente porque contra os abusos é possível resistir, mas não há nada que se possa fazer contra a solidariedade.

Se o Império do Brasil não tivesse tido que se haver com o Grão-Pará, ou, como disse José Honório Rodrigues, se não tivesse passado o tempo inteiro reprimindo revoltas populares, podemos estar certos de que o processo de formação da sociedade brasileira teria chegado a outro resultado. Na realidade, o Grão-Pará foi reinventado em Amazônia pelo Império do Brasil, que propôs para a região derrotada uma nova e conveniente imagem, que ainda não se ajustou totalmente e às vezes causa desconforto.

Os nativos da Amazônia sempre se espantam ao ver que, talvez para melhor vendê-la e explorá-la, ainda apresentam sua região como habitada essencialmente por tribos indígenas, quando existem há muito tempo cidades, uma verdadeira vida urbana, e uma população culta que teceu laços estreitos com o mundo desde o século XIX. Aliás, nisso residem as maiores possibilidades de resistência e de sobrevivência da região. Com efeito, os povos indígenas da Amazônia há muito se conscientizaram de que nada conseguirão se não se apoiarem nessa população urbana que é única e que se expressa nas eleições e exerce pressão sobre a cena política. É pela participação política dessa Amazônia urbana, reforçando o jogo das forças políticas avançadas na construção da democracia, que o problema da própria exploração econômica da Amazônia poderá encontrar uma solução. Portanto é

94 preciso reforçar as estruturas políticas regionais. A Amazônia conta com uma população de 20 milhões de pessoas e com nove milhões de eleitores, o que não é pouca coisa.

Embora o Brasil se orgulhe de ter a Amazônia em seu território, a anexação da região não conseguiu aniquilar suas peculiaridades. Continua havendo uma cozinha, uma literatura, uma música, uma cultura da Amazônia. Que faz parte da diversidade da nação brasileira e é parte constitutiva da identidade nacional. A questão da exploração da Amazônia pode esclarecer com proveito o atual projeto de modernidade do Brasil. Por que a tragédia da Amazônia é como a realidade das favelas, a má distribuição de renda e a desigualdade social. Tudo é decorrência menos da pobreza de certas regiões que obriga seus moradores a emigrar, do que das opções políticas perenes dos donos do Império do Brasil. Se os resultados desta caricatura de modernidade é o contraste quase farsesco de país do carnaval e das chacinas de crianças, das mulatas e do turismo sexual, das praias ensolaradas e dos desmatamentos, a culpa não pode recair sobre os supostamente atrasados, nem sobre os pobres e os excluídos.

Não é de estranhar que em mais de um século de existência a famosa revista inglesa de humor, *Punch*, jamais tenha se dignado a falar do Brasil. Somente o tremendo alarido em torno dos problemas ambientais na região amazônica seria capaz de atrair a atenção deste bastião de sarcasmo britânico. Nesta única citação brasileira, uma espécie de editorial deliciosamente desabusado, a revista congratulava-se com o cinismo dos ambientalistas europeus e norte-americanos por finalmente terem encontrado o Brasil, bizarro país tropical em acelerado processo de autodestruição, mestiço e pobre, um perfeito substituto em termos de saco de pancadas para o Japão, o país que mais sistematicamente tem agredido o meio ambiente, mas que por ser rico e tecnologicamente avançado não pode ficar na alça de mira dos bem-pensantes.

O texto de *Punch* é mais que um sintoma é um claro reflexo do grande fenômeno promocional em que se transformou a Amazônia para a hipocrisia do ecologismo. Os agressivos efeitos de um modelo econômico imposto à Amazônia, com resultados desastrosos especialmente para as populações tradicionais, ganharam sons exacerbados

nos últimos anos, produzindo uma multiplicidade de vozes dissonantes, de denúncias exageradas, de ameaças, de proposições absurdas, sempre envergando o escudo da solidariedade. Este irritante alarido somente veio obscurecer ainda mais a questão, distanciando-se das verdadeiras respostas. 95

Na versão brasileira de *E O Vento Levou...*, já se disse que foi como se os confederados tivessem derrotado os nortistas. Os líderes do Grão-Pará foram presos, alguns perderam a vida e outros sofreram encarceramento por muitos anos. Se os confederados tivessem vencido a guerra da secessão, os Estados Unidos não seriam muito diferentes do Brasil de hoje. A libertação dos escravos provavelmente teria ocorrido quase que simultaneamente ao 13 de maio e um Martin Luther King jamais teria existido. Sua história de continuidade democrática e respeito pelo estado de direito teria sido entrecortada por golpes militares e longos governos autoritários de caudilhos providenciais. Mas é arriscado, embora fascinante, avançar nesse tipo de especulação. Sem querer abusar da paciência de ninguém, vale a pena imaginar como seria a nossa Scarlett O'Hara e o nosso Rhett Butler. Confesso que não precisamos de muita criatividade. Com tanta reserva de coragem e tão poucas virtudes, Scarlett certamente seria uma forte liderança da UDR. Quanto a Rhett, bem, ele era um homem realista e, assim, estaria no PMDB. Porém, o seu cinismo cairia como uma luva para um economista da escola neoliberal. Com PhD em Chicago, é claro.

— A Amazônia primitiva

FRANCISCO GOMES DA SILVA

O grau de ocupação humana na Amazônia pré-colombiana é um assunto muito debatido. Os registros mais antigos da região atribuem aos seus pioneiros habitantes datações acima de 12 mil anos. Uma descoberta relatada pela antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, em 1996, na revista *Science*, dá conta de uma ocupação humana em plena floresta amazônica aos 11,3 mil anos. De 1990 a 1992, Anna fez oito viagens a um sítio arqueológico no município paraense de Monte Alegre e, por que já havia pesquisado as cerâmicas do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, estava convencida da passagem do homem pré-histórico por aquelas bandas. Com uma equipe de estrangeiros e brasileiros, a renomada pesquisadora chegou à Caverna Pedra Pintada onde encontrou vestígios provando que o homem viveu ali há pelo menos 11.200 anos, ocupando a caverna em quatro períodos ao longo de 1.200 anos – datação, aliás, feita por cinco laboratórios diferentes. Mais tarde ela explicaria que a descoberta mostra que o desenvolvimento humano em florestas tropicais não apenas era possível como natural. Que os paleoíndios fizeram mais do que sobreviver; manifestaram seu conhecimento em pinturas rupestres grandiosas. A tese de Anna Roosevelt, dentre outras, sepulta de vez as hipóteses imaginosas e as especulações religioso-filosóficas atribuindo às viagens dos fenícios, hebreus e árabes os primeiros contatos humanos na região e/ou conferindo a origem hebraica aos índios brasileiros. Tais teorias advogam que a posse das terras do Brasil pertencera a Jobal, um descendente de Noé; que nos anos 993 a 960 a.C. as frotas do rei mítico Hiran, da cidade fenícia de Tiro, e do judeu Salomão navegaram através do rio Amazonas; que em 499 d.C. por aqui passou

uma expedição chinesa; e que os habitantes da desaparecida Atlântida 97
intercambiaram mercadorias com os primeiros amazônidas.

Esse tipo de literatura sensacionalista empanou, por um largo período, a realidade da ocupação humana da Amazônia. Os principais expoentes de tais teorias foram o etnólogo Henrique Onfroy de Thoron – cujo tratado sobre o suposto País de Ophir foi, em 1876, publicado em Manaus – e o professor austríaco Ludwig Schwennhagen (1900-1928). Suas ideias foram abraçadas pelo arqueólogo amazonense Bernardo Azevedo da Silva Ramos (1858-1932) – um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Remontam a 11.000 a.C. os primeiros sinais de ocupação no alto Amazonas. O grande corredor cultural por onde teriam circulado grupos de primeiros amazônidas foi o fabuloso rio Amazonas. Vestígios com datação entre 9.200 a.C. e 6.000 a.C. sugerem que nesse largo período grupos de caçadores-coletores começam a se espalhar por toda a Amazônia. Desde 5.000 a.C., grupos de agricultores do alto rio Madeira e do noroeste amazonense faziam o manuseio de vários tipos de plantas tropicais. É possível que, entre 4.000 a. C. e 2.000 a. C., tenha ocorrido na Amazônia a transição da caça e da coleta para a agricultura. A área do rio Madeira, mais precisamente a faixa que atualmente separa os estados do Amazonas e Rondônia, seria, por volta de 3.000 a. C., o centro de dispersão inicial dos grupos Tupi, que daí teriam emigrado para outras regiões do Brasil e da América do Sul. O alto rio Madeira teria sido lugar de domesticação da mandioca e da pupunha. A introdução do cultivo da mandioca na várzea e a chegada da cultura do milho na mesma área propiciaram às primeiras populações ribeirinhas um maior excedente de alimentos para a estocagem e o comércio intertribal. Em 3.000 a.C. grupos de horticultores já se faziam presentes no baixo e médio rio Amazonas. Achados com essa datação sugerem que os povos ribeirinhos eram fartamente supridos de alimentos, aí incluídos frutos, grãos, peixes, mamíferos e quelônios. Criativos, eles fabricavam, para uso interno ou permutar entre tribos, instrumentos destinados ao lazer, à caça e à pesca, e peças domésticas, funerárias e para conservar alimentos. Mais tarde se especializariam em criar e construir artefatos de pedra e materiais cerâmicos. Descobertas de terraplenagens gigantescas e estradas antigas sugerem que a Amazônia foi densamente

98 povoada com centros de longa duração, sobretudo perto dos rios. As agriculturas pré-colombianas enriqueceram o solo, criando o que os arqueólogos chamam de terra preta – a maior parte criada entre 2.500 e 500 anos atrás. Segundo relato de Márcio Souza, durante os milênios que antecederam à vinda dos europeus, os primeiros amazônidas desenvolveram o padrão cultural denominado de Cultura da Selva Tropical, um acontecimento histórico de longa duração permitindo a integração social, econômica e cultural de caçadores-coletores aos recursos florestais. Esses grupos, em razão de seus saberes, de seu elevado nível populacional e do seu poder de organização, logo ganhariam claras feições de sociedades hierarquizadas, dotadas de uma ordem social bem definida. O trabalho dos primeiros amazônidas era de caráter essencialmente comunitário, que lhes permitia não somente a satisfação de necessidades fundamentais com um mínimo de esforço como ainda o faziam em harmonia com o restante do ecossistema. Sua ocupação diária nunca ia além das quatro horas, dedicando ao lazer o resto da jornada. Sua base alimentar constituía-se de bens naturais ou os que resultavam de culturas agrícolas. Os primeiros representados por animais e vegetais e os segundos, pela mandioca e o milho principalmente. Programavam a partir do ciclo dos rios a semeadura e a colheita, daí resultando uma diversificada produção de bebidas, farinhas, grãos e tabaco. Conheciam fundamente as propriedades nutritivas e medicinais das plantas, ervas e frutos. Desinteressados em acumular riqueza, utilizavam os produtos excedentes de suas necessidades de consumo na troca ou no comércio intertribal, feito através de expedições. A canoa era o seu principal meio de transporte e suas habitações amplas e arejadas. O acadêmico Antônio Loureiro ensina que há pelo menos 5.000 anos do tempo atual os Arwak introduziram na Amazônia a técnica do consorciamento de três produtos agrícolas capazes de produzir mais de 20 toneladas de amido por hectare: mandioca – batata doce – jerimum. Entre 3.000 a.C. e 1.450 d.C., as margens do rio Amazonas teriam sido continua e densamente povoadas. Tal hipótese conduziu os experts em Demografia Histórica a valorar as teorias ‘maximalistas’ que atestavam populações maiores para a América em 1492, jogando por terra a ideia de um ‘vazio demográfico’ em regiões como a Amazônia. A propósito, o geógrafo

norte-americano William Denevan, partindo de uma avaliação da disponibilidade de recursos nesses espaços, defendeu um número superior a 6 milhões de habitantes para o conjunto da região, antes do início da colonização. Porém, essa estimativa é desmontada por números mais recentes. Segundo pesquisas publicadas em 22 de julho de 2015 na revista científica britânica *Proceedings B*, a Amazônia pré-cabralina abrigou pelo menos 8 milhões de habitantes – mais ou menos a população do Brasil inteiro no século XIX. Uma equipe de pesquisadores brasileiros e norte-americanos liderados por Charles Clement, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, reuniu um conjunto coerente de dados e concluiu que, antes de 1.500, esta imensa região já estava fortemente “domesticada”, e não intocada, como muita gente acredita. Conforme aqueles cientistas, dados mais recentes apontam que mais de 80 espécies de plantas selvagens foram transformadas em cultivos agrícolas pelos nativos da região, como o cacau, a batata-doce, a mandioca, o tabaco e o abacaxi, além das que ainda são tipicamente amazônicas, como o açaí e o cupuaçu. Porém, a enorme lista de lavouras “inventadas” pelos indígenas conta só uma parte dessa história. Em certo sentido, os habitantes originais da Amazônia parecem ter domesticado até as florestas aparentemente não habitadas por seres humanos. Isso acontece porque esses povos manejavam a distribuição natural de espécies da mata, favorecendo a predominância daquelas que consideravam mais úteis como as castanheiras, da espécie *Bertholletia excelsa*. Esse processo de progressiva domesticação da mata teria ganhado impulso a partir de uns 4.000 anos atrás e, com o tempo, encheu a região com uma população respeitável. Nesse largo espaço tropical, os rios e a floresta, representantes máximos das paisagens poéticas e arrebatadoras, supriam as necessidades de milhares de pessoas que viviam na fartura e em tranquilidade. Quadro que seria violentamente alterado após a chegada do estrangeiro invasor e em que imperaria o sistema de apartação e preconceito. Graças ao genocídio sistemático que ainda hoje continua a destroçar vidas, a população nativa foi drasticamente reduzida em nosso País. De acordo com o censo do IBGE, referente a 2010, no Brasil há somente 817.963 índios. O site da Funai indicava no final de 2009, para a Amazônia Legal, um total de apenas 206.686 deles. Segundo anotações da Fundação

100 Estadual de Política Indigenista, atualmente, o Estado do Amazonas possui cerca de 120.000 indivíduos de 66 etnias. Havia milênios povos de língua Aruak, procedentes de Venezuela e Colômbia, se estabeleceram à margem esquerda do Amazonas, no trecho entre os rios Negro e Nhamundá. Entre o Negro e o rio Urubu predominavam os Tarumã; e na região intermediária Urubu-Uatumã, os Aroaqui. Dos primeiros, pouquíssimos remanesçam ainda vivos e habilitados à dura vida de privações na periferia da cidade de Manaus. Dos segundos, só restam recordações. Além dos cerâmicos do antigo cemitério que construíram na Costa de Miracanguera, à margem esquerda do Amazonas, pouco acima da cidade de Itacoatiara, ficaram desenhos rupestres nas rochas do baixo Urubu, no município de Silves, nas da orla do bairro Jauari, em Itacoatiara, e nas do lugar Puraquequara, nas cercanias de Manaus. Tais afloramentos rochosos compõem um universo de mais de 30 sítios arqueológicos. Datados de 2 mil a 7 mil anos antes do tempo atual, talvez denunciem uma forma de comunicação entre as populações pré-históricas dos três municípios. Quanto aos primeiros humanos da margem direita do rio Amazonas, abarcando os sertões do baixo Madeira, noticia-se que compunham mais de vinte nações das etnias Karib e Tupi. Lá se destacavam os Abacaxis e Tupinambarana – no final do século XVI os últimos haviam se fixado na enorme ilha homônima que se estende do Madeira ao baixo Amazonas. No século seguinte, no mesmo espaço geográfico, os índios mais conhecidos do grupo Karib eram os Arara; e do grupo Tupi, os Abacaxis, os Iruri, os Torori, Paranapixana, Aripuanã e Onicoré.

O navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514) foi o primeiro europeu a pisar na Amazônia. Em viagem autorizada pela Coroa, “descobriu” em fevereiro de 1500 o estuário do Amazonas. Antecedia, em dois meses, ao desembarque na costa brasileira do almirante português Pedro Álvares Cabral (1467-1520). Por alguns dias, iniciando a invasão progressiva das terras amazônicas, suas caravelas deslizaram pelo maior e mais caudaloso rio do planeta, que ele denominou de Santa Maria de La Mar Dulce. A seguir, desembarcou em certo trecho e abordou várias aldeias para abastecer-se de víveres. Usando da força bélica, capturou trinta e seis indígenas. Acreditando que havia chegado às índias, tomou posse da região em nome do reino

espanhol. Depois da ‘descoberta’ de Pinzón, o mistério e a imensidão da Amazônia despertaram a cobiça e o desejo de possuí-la. Apesar de logo visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades, Portugal se antecipou e venceu a concorrência. A região, pelo Tratado de Tordesilhas, era quase toda de Espanha, mas foi envolvida pela audácia dos portugueses para ser dominada politicamente e explorada em termos econômicos. 101

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do rio das Amazonas**. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

AMOROSO, Marta Rosa. **Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira**. São Paulo, 1992. Field Museum. Cf. <http://www.bvis.uic.edu/museum>.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão (Org). **O Museu Paraense Emílio Goeldi**. Vários autores. São Paulo: Banco Safra, 1986.

FONSECA, Ozório J. M. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

LIMA, Murilo Rodolfo de. **Fósseis do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1989.

LOUREIRO, Antônio. Cf. <http://www.franciscogomesdasilva.com.br>.

MENÉNDEZ, Miguel A. **A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizadores e indígenas**. São Paulo, 1992.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SILVA, Francisco Gomes da. **Fundação de Itacoatiara**. 2ª edição revista e ampliada. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, 2017.

[Http://www.historiadomundo.com.br/prehistoria/america](http://www.historiadomundo.com.br/prehistoria/america). [Http://google.com.br/#q=revistascience+primeiros...](http://google.com.br/#q=revistascience+primeiros...) [Http://www.folha.vol.com.br/ciencia/2015/07/1658455](http://www.folha.vol.com.br/ciencia/2015/07/1658455). [Http://arqueologiaamericana.blogspot.com.br](http://arqueologiaamericana.blogspot.com.br)

— De Augusto a Matraga, o desconcerto do amor⁷

ZEMARIA PINTO

Para Irmã Marília Menezes, mestra e amiga.

O sangue dos mártires é a semente da Igreja.
Tertuliano de Cartago (160-220).

I

“A hora e vez de Augusto Matraga” é uma das nove narrativas enfeixadas em *Sagarana*, o primeiro livro de Guimarães Rosa, publicado em 1946⁸. Desde o início, a história de Matraga destacou-se das demais, adquiriu vida própria. O autor contribuiu para isso:

História mais séria, de certo modo síntese e chave de todas as outras, não falarei sobre o seu conteúdo. Quanto à forma, representa para mim vitória íntima, pois, desde o começo do livro, o seu estilo era o que eu procurava descobrir.⁹

De fato, o leitor acostumado com os labirintos da linguagem de Rosa identifica em Matraga a gênese do narrador rosiano.

Embora questão menor, o gênero da narrativa é motivo de controvérsia. Afinal, depois que Mário de Andrade declarou que “conto é tudo o que o autor chamar de conto”, procurou-se facilitar a vida do leitor, chamando a tudo de conto. Mesmo o que é novela. Deve

7 Este texto é o aprofundamento da palestra “De Augusto a Matraga, a redenção a porrete”, apresentada no auditório Rio Javari, da Ufam, em 24.4.2019, por ocasião do evento *Guimarães Rosa: Sertão-Mundo*.

8 A rigor, o primeiro livro de Guimarães Rosa foi *Magma*, uma coletânea de poemas, premiado pela Academia Brasileira de Letras, em 1936, mas só publicado postumamente, em 1997.

9 Carta a João Condé (ROSA, p. 11).

haver influência da televisão, claro, que acabou ficando, indevidamente, com a primazia do nome. Mas Rosa sabia que suas narrativas eram novelas, e por três vezes, na citada carta a Condé, ele assim se refere aos seus textos. 103

A novela foi adaptada pelo menos três vezes para o teatro, com destaque para a versão do Centro de Pesquisa Teatral do SESC, dirigida por Antunes Filho, em 1986, e duas vezes para o cinema: em 1965, por Roberto Santos, e em 2011, por Vinícius Coimbra. Adaptações não se confundem com o original: são linguagens diferentes, objetivos diferentes. Por melhores que sejam os resultados, são obras diversas daquela que lhes deu origem.

O narrador de “A hora e vez de Augusto Matraga” é um caso à parte: onisciente, ele se confunde com o autor, embora seja apenas uma personagem inominada, mas a distância entre os dois quase desaparece, como nesta passagem, em que o narrador provoca o leitor:

E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho desse jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma história inventada, e não é um caso acontecido, não senhor. (p. 359)

Essa técnica desautomatiza a leitura, fazendo o leitor refletir, com uma dose de humor, se a voz que ele ouve é mesmo a de Guimarães Rosa ou de uma personagem que, por alguns instantes, saiu do roteiro, inseriu um caco na fala.

O motivo da narrativa é a transformação de um pecador em algo próximo à santidade, passando por uma vida penitente, de martírios, mas longe daquilo que Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, chama de obras “edificantes” – qualificação que, dependendo do ponto de vista, pode ser pejorativa ou, quando autoempregada, simplesmente tola. Antes, pode ser analisada como paródia dessa subliteratura, pois, a despeito da tragédia que se abate sobre a personagem, o humor aflora em diversas passagens, distensionando a narrativa. Essa fusão de humor e tragédia confere a Matraga uma áurea quixotesca, não fosse o personagem de Rosa, ao contrário do anti-herói de Cervantes, um sublimado egoísta, arrogante insensível, pecador nato.

Alceu de Amoroso Lima distingue três espécies de relação entre literatura e religião: *unitiva*, *adversativa* e *indiferente* (ATHAYDE, p. 117-121). À relação unitiva pertence todo o acervo de teologia e de filosofia religiosa, mas também obras de ficção, como *A Divina Comédia*, de Dante, *o Fausto*, de Goethe, e *Os Lusíadas*, de Camões. À relação adversativa corresponde a vasta produção oposta àquela, em que se combate não só a ideia de religião, mas o conceito de deus ou deuses. Não se trata de apologia demoníaca, mas da compreensão de que o mal é parte da humanidade, e nenhum deus deve interferir para mudar isso. De Lucrécio e Ovídio até Kafka, passando por Rabelais, Voltaire, Baudelaire, Blake e Eça de Queirós, há toda uma literatura em defesa desta tese. O poeta Gregório de Matos divide-se entre as duas espécies: parte de sua obra dedica-se a criticar e até escarnecer da Igreja; outra parte significativa é de uma religiosidade contrita e sincera. A relação indiferente reúne a grande maioria do cânone literário universal: são obras que não tomam partido religioso ou se o fazem é apenas como pano de fundo para a ação principal. Shakespeare e Borges representam bem esse grupo. É o caso também de Jorge Amado – ateu e comunista –, que, em todos os seus livros, sem exceção, trata da religiosidade popular de forma poética e sobretudo respeitosa. Athayde, católico até a medula, não esconde suas preferências, mesmo quando se trata de um autor da linha indiferente:

Se quisermos terminar essas breves considerações com um exemplo patricio de que a verdadeira religião, isto é, o mais autêntico cristianismo, está no âmago de certas obras geniais, cujo autor, expressa ou implicitamente, rejeita qualquer laço de união imprescindível entre literatura e religião, mas na realidade alcança o mais alto grau de fusão entre as pontas desse binômio, eu citaria apenas um nome, mas que nome: Carlos Drummond de Andrade. (p. 121)

Não se conhece a opinião de Drummond. Mas o que o sábio cristão observa no poeta de Itabira é apenas a aplicação de um humanismo que, sem ignorar o mal, trabalha, essencialmente, com as ideias do bem. Declaradamente cético e agnóstico, quando o mundo se dividia entre fascismo e comunismo, Drummond optou pela segunda

vertente, o que o levou a escrever a poesia de altíssima tensão e relevância de *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942) e *Rosa do povo* (1945), os livros mais representativos de sua temática social e, na opinião de Athayde, “cristã”. 105

III

As obras ditas “edificantes” buscam enquadrar-se na categoria unitiva, em que literatura e religiosidade fundem-se numa só ideia, mas essa intenção frustra-se porque “são obras pseudoliterárias e pseudorreligiosas, embora impregnadas de boas intenções, compostas para colocar a literatura a serviço da religião” (ATHAYDE, p. 118). O autor lembra a ferina frase de André Gide: “é com boas intenções que fazemos má literatura”. Hoje, a literatura edificante recebe outro nome: autoajuda – prenhe de boas intenções, porém, má literatura.

Classificar “A hora e vez de Augusto Matraga” como edificante é impensável, posto que não é pseudorreligiosa, muito menos pseudoliterária. Tampouco, pela visão atual, é autoajuda. Mas, pela via da paródia àquele tipo de literatura, Guimarães Rosa constrói uma narrativa impregnada de um cristianismo tosco, mas muito representativo do meio e das personagens retratadas. A novela de Matraga não se compara aos cumes metafísicos do monólogo de Riobaldo, onde a questão principal é a inclinação do ser humano diante da opção entre o bem e o mal. Em Matraga há um desejo de salvação, a qualquer custo. Como um bordão, ele recita mais de uma vez:

P’ra o céu eu vou, nem que seja a porrete!... (p. 357 e 361)

É paradoxal, e por isso mesmo muito engraçado, que um penitente, que suplica para “ser manso e humilde de coração”, expresse o seu desejo pelo paraíso celeste de modo ameaçador:

Eu vou p’ra o céu, e vou mesmo, por bem ou por mal!... (p. 357)

O itinerário percorrido por Augusto Esteves, o Nhô Augusto, rico proprietário de terras e de gente, até chegar a Augusto Matraga, o mito, que pôs fim à vida de Joãozinho Bem-Bem, é o que vamos analisar. Mas, antecipo que não garanto haver ele logrado alcançar o céu.

A fábula de Matraga tem três estágios claramente definidos:

- **Vida e queda** – em que se conta a trajetória de Augusto Esteves, conhecido como Nhô Augusto, filho de proprietário, possuidor de muitos bens, valentão, que leva uma vida desregrada – pecaminosa, sob todos os aspectos;
- **Paixão** – após ser torturado até próximo à morte e perder quase todos os seus bens, Nhô Augusto é amparado por um casal de camponeses, vivendo clandestino, recebendo visitas eventuais de um padre, que se torna uma espécie de seu guia espiritual;
- **Morte** – determinado a ganhar o paraíso, “por bem ou por mal”, Matraga sai pelo mundo a esmo até deparar-se com uma oportunidade de redimir-se de todos os seus pecados, pelo sacrifício de dar a vida pelo próximo.

Em cada uma das três partes, a representação perfeita da literatura edificante: uma vida de pecados, que é substituída por uma vida de penitências – martírio, arrependimento, trabalhos e orações – até alcançar a redenção, pelo sacrifício da própria vida.

V

Órfão de mãe, filho único de pai sem juízo, sobrinho de um criminoso fugido, Augusto foi criado pela avó carola que o queria padre e lhe ensinou todo o repertório conhecido de orações. Mas o pequeno saiu ao pai, senão pior, perdendo na comparação.

Mais estúrdio, estouvado e sem regra, estava ficando Nhô Augusto. E com dívidas enormes, política do lado que perde, falta de crédito, as terras no desmando, as fazendas escritas por paga, e tudo de fazer ânsia por diante, sem portas, como parede branca. (p. 346)

Arrogante e destemperado, Augusto Esteves despreza a mulher e ignora a filha de 10 anos, trocando a vida em família e o trabalho cotidiano por prazeres de mulheres, bebidas, jogos e caçadas.

Num mesmo dia, e pelo mesmo portador, alcunhado Recadeiro, Nhô Augusto fica sabendo que perdeu mulher e filha, levados por

um certo Ovídio, disposto a enfrentar a ira do marido abandonado, 107 e perdeu também os capangas, que, antevendo sua queda, pois sua falência já viera a público, bandearam-se para os lados de um Major Consilva, que lhes garante trabalho e melhor paga, além de uma encomenda imediata.

[Nhô Augusto] é que nem cobra má, que quem vê tem de matar por obrigação... (p. 350)

Espancado a pauladas “na cabeça, nos ombros, nas coxas” (p. 351), o valentão é marcado como gado com o ferro do tal Major – “um triângulo inscrito numa circunferência... na polpa glútea direita” (p. 352-353) – e abandonado no fundo de um precipício, para pasto de necrófagos.

Cuidado por um casal de camponeses – a quem ele passaria a chamar de mãe Quitéria e pai Serapião – que o encontraram moribundo, chega a pedir para ser morto. Com o tempo, toma consciência de suas perdas:

E era como se tivesse caído num fundo de abismo, em outro mundo distante. (p. 355)

Embora sem aparência de arrependimento, o fanfarrão ferido almeja a absolvição de seus pecados. Os anfitriões, que o acompanham com desvelo, providenciam o padre seu conhecido, que o aconselha a fazer penitência, trabalhando “por três”, ajudando os outros e controlando o mau gênio. De quebra, ensina-lhe a jaculatória:

Jesus, manso e humilde de coração, fazei meu coração semelhante ao vosso. (p. 356)

E arremata:

Cada um tem a sua hora e a sua vez: você há de ter a sua. (p. 356)

Ainda usando as muletas que Serapião lhe fabricara, Nhô Augusto e o casal hospedeiro empreende longa viagem, em busca de uma propriedade esquecida, agora seu único bem. Tinha por intento afastar-se do passado de pecados que o atormentava e com isso garantir a salvação. Assim, chegam ao povoado do Tombador, onde passam cerca de seis anos, com a vida restrita a trabalho e orações, sem, da

108 parte de Augusto, nenhum desejo manifesto, até que um conhecido aparece, dando-lhe notícias dos que ficaram para trás: sua mulher, Dionóra, continuava amigada com o tal Ovídio; sua filha “caíra” na vida; o Major Consilva continuava mandando no Murici, tendo arrematado as duas fazendas de Nhô Augusto; e o Quim Recadeiro, o único que lhe permanecera fiel, morrera tentando vingar o patrão. Tanta notícia ruim não arrefece o ânimo do desgraçado, que, pragmático, pensa no seu novo modo de viver como um investimento:

Já fiz penitência estes anos todos, e não posso ter prejuízo deles!
(p. 363)

Passada uma nova temporada, entretanto, as vontades voltam, lentamente – e não eram pecados. Foi quando o bando de Joãozinho Bem-Bem¹⁰ passou pelo povoado e arranchou-se por uns dias na modesta propriedade de Nhô Augusto. Bem-Bem tem uma ética muito peculiar:

Gente minha só mata as mortes que eu mando, e morte que eu mando é só morte legal! (p. 368)

Convidado a aderir ao bando, Augusto recusa-se, mas, simbolicamente, depois que o bando se vai, ele sonha com um “Deus valentão, o mais solerte dos valentões, assim parecido com seu Joãozinho Bem-Bem” (p. 372), que o chamava à guerra, “garantindo tudo”. Por essa época, outros desejos retornam e ele já não pensa em morrer, nem em ir para o céu. Apenas, por hábito, repete:

– Cada um tem a sua hora, e há-de chegar a minha vez! (p. 373)

Nhô Augusto decide então seguir em busca de seu destino – sua hora e sua vez – montado num jumento, que o leva de volta próximo a Murici, onde tudo começara, no arraial do Rala-Coco. Por coincidência, ali já se encontrava de saída o bando de Joãozinho Bem-Bem. Mas antes, havia de “ajustar um devido”: para vingar a morte de um elemento do grupo, cujo assassino fugira – para desespero do pai, que se oferece em holocausto – matariam um irmão do matador, e entregariam suas

10 Personagem também de *Grande Sertão: Veredas*, Joãozinho Bem-Bem era um dos modelos de Riobaldo.

irmãs à sanha dos jagunços. Nhô Augusto não aceita a “justiça” do amigo e o enfrenta em duelo de morte: 109

E a casa matraqueou que nem panela de assar pipocas, escurecida à fumaça de tiros, com os cabras saltando e miando de maracajás, e Nhô Augusto gritando qual um demônio preso e pulando como dez demônios soltos. (p. 383)

Com Bem-Bem morto, o moribundo Augusto Matraga, “com um sorriso intenso nos lábios sujos de sangue” e no rosto “um sagaz contentamento”, sussurra para um conhecido que providencialmente passava pelo arraial:

– Põe a benção na minha filha... seja lá onde for que ela esteja...
E, Dionóra...

Fala com a Dionóra que está tudo em ordem! (p. 386)

A literatura edificante diria que aquele sorriso intenso, aquele contentamento, era a antevisão do paraíso. E há quem prefira essa leitura.

A alegria de Matraga durante toda a cena final é a alegria dos mártires, da alma que, enfrentando a provação, reconhece que está prestes a integrar-se em Deus, passando pelo sacrifício do corpo. (GALVÃO, p. 66)

A solução de Rosa é cortante e impenetrável. Na sequência da fala acima transcrita, o narrador dá por findo seu trabalho, sem qualquer vão devaneio: “Depois, morreu.” (p. 386)

Esse verbo, a última palavra da novela e do livro, é como uma porta que se fecha, implacável, vedando qualquer possibilidade de continuação.

Augusto tivera, enfim, sua hora, sua vez.

VI

Matraga é um herói trágico. Mas não do tipo grego, aristotélico. Trata-se de um trágico cristão: um mártir.

Se dissociarmos a palavra de seu contexto essencialmente cristão, Abel será identificado como o protomártir bíblico; mas, no Novo Testamento, a figura emblemática de Jesus é o modelo a ser seguido. A

110 etimologia da palavra nos ajuda a compreender sua função: o mártir é uma testemunha de Cristo na terra, e o martírio, portanto, é a renovação e a reafirmação testemunhal da fé no filho de Deus feito homem. Para Carlota Maria Urbano, o herói trágico cristão tem uma tipologia bastante diversificada, que vai do sacrifício pela defesa passiva da fé, especialmente entre os primeiros cristãos, até o cruzado guerreiro, muito próximo do ideal aristotélico, que se imola na luta contra os infiéis. Entre os dois extremos, temos o martírio pela peste; o missionário-mártir, vítima de piratas, índios e opositores do cristianismo em terras desconhecidas; temos até o “martírio sem sangue”, caracterizado pelas humilhações que os cristãos passavam diante dos inimigos (p. 331-332).

Estudando a tipologia dos mártires, Urbano faz uma observação que se encaixa na maneira como Rosa estrutura a narrativa sobre Matraga:

A certeza do lugar privilegiado do mártir transparece desde logo nestas narrativas em que o hagiógrafo recorre a várias imagens para exprimir a convicção de que o mártir terá a sua recompensa no além. Ele mesmo manifesta frequentemente essa convicção. (p. 350)

Isto reforça a nossa hipótese de uma paródia da literatura edificante, conjunto de que faz parte a hagiografia.

A estudiosa identifica ainda três gêneros literários no que ela chama de “literatura martirológica cristã”: *Acta*, *Passiones* e *Legenda*. O primeiro reproduz o processo judicial que culmina na condenação; o segundo relata, a partir de possíveis testemunhas oculares, detalhes da tortura e da morte; o terceiro reúne textos elaborados, assumindo, por vezes, uma forma próxima do teatro, com debates que demonstram o heroísmo “através da palavra, da argumentação e da firmeza” (p. 345-347). A novela rosiana tem características de *Passiones*, pela narrativa da paixão e da morte, mas também de *Legenda*, no tratamento literário que é dado ao percurso do protagonista.

Na trajetória de Augusto a Matraga, a personagem não comete apenas uma falha, mas um turbilhão delas. Mas a falha imperdoável, a mais elementar, é ignorar a essência de Deus, segundo a perspectiva cristã. De Augusto a Matraga, a personagem vê em Deus apenas o guardião do paraíso, que monitora a aquisição de seu ingresso por meio do martírio. Trata-se de uma relação meramente comercial: estabelecido um preço (a alma), faz-se a paga (com o martírio) e recebe-se o produto (a salvação). Matraga morreu satisfeito com sua transação. Mas ele morre sem saber que sua aquisição fora incompleta, porque o Deus a quem ele quer agradar espera dele muito mais que sacrifícios – algo que o Deus do Velho Testamento prezava tanto quanto os deuses ditos pagãos. O padre, um simplório, não o orientou adequadamente, omitindo-lhe o cerne do ensinamento de Jesus, transmitido por Mateus (22:36-40) e ecoado por Marcos (12:32-34):

Mestre, qual é o maior mandamento da Lei? Ele lhe disse: *Amarás o Senhor teu Deus, com todo teu coração, com toda tua alma e com toda tua mente*. Este é o maior e o primeiro mandamento. Mas o segundo é semelhante a este: *Amarás o próximo como a ti mesmo*. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas. (p. 1203)

Disse-lhe o escriba: “Muito bem, Mestre, segundo a verdade disseste que Deus é um só e fora dele não há outro e amá-lo de todo o coração, com todo o entendimento, e com todas as forças e amar o próximo como a si mesmo, é muito melhor do que todos os holocaustos e sacrifícios.” E Jesus, vendo que falara sabiamente, lhe disse: “Não estás longe do reino de Deus.” E já ninguém ousava fazer-lhe perguntas, (p. 1228-1229)

João, na sua “Primeira Epístola” (4:8), essencializa as palavras do mestre:

Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. (p. 1446)

Síntese absoluta, para o cristão, Deus é amor.

Em grego, a língua do Novo Testamento, duas palavras são usadas para representar o conceito de amor: *agape*, o amor espiritual, muitas vezes vertida para o português como caridade; e em

112 complemento a esta, mas num outro extremo, *eros*, o amor humano, da querença e do desejo (GAARDER, p. 155). Na “Primeira Epístola aos Coríntios” (13:1 -8), o apóstolo Paulo define o amor, traçando paralelos:

Se falar as línguas de homens e anjos, mas não tiver o amor, sou como bronze que soa ou tímpano que retine.

E se possuir o dom da profecia e conhecer todos os mistérios e toda a ciência e alcançar tanta fé que chegue a transportar montanhas, mas não tiver o amor, nada sou (...)

O amor nunca acabará; as profecias? terão fim; as línguas? cessarão; a ciência? terminará. (p. 1365)

Convergindo as visões de Paulo e de João, concluímos que, para o cristianismo, só o amor dá sentido à existência humana – e à consequente esperança pela salvação eterna. Entretanto, não há, em Augusto Esteves, nem em Nhô Augusto, nem no provisório Homem do Jumento, muito menos em Augusto Matraga, qualquer traço, ínfimo que seja, de amor. O que o move é unicamente o egoísmo da salvação obtida a qualquer custo – “por bem ou por mal”, “nem que seja a porrete”. Por esse prisma, Augusto Esteves, o Augusto Matraga, sequer pode ser considerado cristão.

Em suma: de Augusto a Matraga, assistimos ao desconcerto do amor, pelos descaminhos da salvação.

VIII

Da “edificante” história de Augusto Esteves Matraga, resta a literatura, o ilusionismo de um nome pela magia da narrativa.

Matraga não é Matraga, não é nada. Matraga é Esteves. (p. 341)

Estas são as primeiras palavras da narrativa. Dez palavras. Três delas: Matraga. Antes, lêramos a palavra no título da novela. Daí em diante, o nome 124 Matraga será usado apenas uma vez, na última página – “Então, Augusto Matraga fechou um pouco os olhos” (p. 386).

No hiato entre a primeira e a última página, a personagem recebe vários nomes: Augusto – de batismo; Augusto Esteves – o nome legal, regular; Nhô Augusto – como era conhecido e visto, o prefixo reverente denotando autoridade e poder; Homem do Jumento – nome provisório,

usado pelo narrador ao descrever o duelo do protagonista com Bem-Bem, 113 para passar a ideia de que as pessoas que os assistiam não sabiam quem ele era, caracterizando-o tal como ele aparecera ali: montado em um asno. Após aquele primeiro parágrafo massacrante, só existe Augusto Esteves, o Nhô Augusto. E o leitor nem se dá conta disso.

Por fim, Matraga – o nome mítico; o nome final, o marco definitivo da trajetória de Augusto. No início, ele não era Matraga, não era nada. Era Esteves. No fim, ele será Matraga, o que fez a casa matraquear “que nem panela de assar pipocas”.

E ficará Matraga para sempre, alcançando, enfim, a eternidade.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Tristão de. Religião e Literatura. In: **Teoria, crítica e história literária**. Seleção: Gilberto Mendonça Teles e Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1980. p. 117-121.

GAARDER, Jostein; et al. **O livro das religiões**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Mitológica Rosiana**. São Paulo: Ática, 1978.

NOVO TESTAMENTO. In: **Bíblia Sagrada**. 10. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

ROSA, João Guimarães. A hora e vez de Augusto Matraga. In: **Sagarana**. 31. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 339-386.

URBANO, Carlota Maria. Tipologias literárias do martírio na hagiografia. In: **Theologica** 2ª Série 41, 2 (2006) p. 331-358. Revista. Site da Universidade Católica Portuguesa: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13125/1/urbano.pdf>, arquivo baixado às 9h30min, do dia 7 de abril de 2019.

— Impressões de um artista contemporâneo amazonense

SERGIO CARDOSO, *artista*

A memória da fúria e da ternura das artes plásticas. O artista se inventou a partir do final dos anos cinquenta. O interesse pela pintura e pelos intelectuais do seu tempo, onde o Clube da Madrugada, funcionava como uma entidade aglutinadora e motivadora da juventude em torno da literatura e registros da visualidade moderna na segunda virada do século, marcada pela preponderância de Branco e Silva, Moacir Andrade, Ester Melo, Anísio Melo, Oscar Ramos e Getúlio Alho entre outros. Os salões coletivos e as exposições individuais promovidas pela Madrugada, que funcionavam como os estimuladores do surgimento da modernidade visual amazonense. A arte saltava do contemplativo para abordagens conceituais e de significação contemporânea. Afrânio Mavignier de Castro surge durante estes impactos artísticos, pois pega forte no próprio movimento de artistas plásticos, com sua irreverência que se exerce febrilmente, através das tertúlias literárias, que congregava interdisciplinarmente todas as demais linguagens artísticas. Afrânio buscava a contemporânea nas expressões. Ele buscava transcendências, através de sua arte. Afrânio de Castro tinha temperamento ousado e muito agressivo. Para ele, a boêmia se estendia durante quase todo tempo, pois vivia as noites de encontros musicais e poéticos. Destemperado, exuberante comportamental e modesto, tímido eventual, o pintor ensaiava os passos do pesquisador de materiais e bases pictóricas, para além das telas que carregava pelas ruas, vendendo a preços módicos a quem se interessasse pelas abordagens temáticas e técnicas de Afrânio, que tinha como objetivo a busca das abstrações para muito além das passagens bucólicas tão celebradas por seus pares, com muito embora pouco exaltasse leituras

116 peculiares da paisagem. As sobras de madeira com falhas de centro começam a funcionar como bases pictóricas para as visões do mundo em ebulição de Afrânio Castro, resultando em belas e estranhas abstrações, sobre fundos cromáticos fauvistas incandescentes. A arte nas chamas de um espírito angustiado e oprimido, por incompreensível dor interior, que os fazia lançar-se, com a pontualidade dos suicidas de pouco apreço, às pontas de lança dos conflitos de toda a sorte na sociedade cultural. Afrânio de Castro esteve em inexplicável batalha contra valores, que julgava serem óbices contra sua inatividade e percepção da própria vida. Afrânio tinha seu método criativo, ora observando aspectos das poéticas lides urbanas de Manaus, sob influência do atavismo literário nativo, com a construção de personagens como os fruteiros, os peixeiros, feirantes, tacacazeiras e doceiras em traços de gestualidades primitivas, além de jogos infantis de bolas de gude, futebol e de empinar papagaio de papel. A literatura dos poetas Bacelar, Penafort e Thiago de Melo, influenciavam sua obra visual marcante e original. A arte de Castro, assim, transcorreu entre figurativos sobre a geopoética manauara e o abstracionismo espiritual de formas a exibir a coleção de emoções secretas do artista e de alma inexplicavelmente conflituosa, disposto aos embates, que depois dos impactos se transformaram em sorrisos e afagos, na competição imponderável, pela afirmação social através do fazer artístico. Afrânio tinha humor refinado com seus pares, atribuindo-lhes apelidos jocosos. Conseguiu ter acesso ao serviço público, onde se destacou como professor de artes, tendo sido, ainda, Diretor da Pinacoteca do Estado no final dos anos setenta, quando esta, ainda funcionava nos altos da Biblioteca Pública. Vale ressaltar as gerações de talentosos artistas, que por ali passaram, em sua época, como animador de novos talentos sob sua orientação técnica e alma generosa, romântica e delicada, pasmem, sempre disposto a apoiar novas manifestações dos jovens artistas e suas pesquisas instigantes.

O artista nos deixou muito cedo num domingo nas águas do Rio Negro, praia da Ponta Negra, cercado de banhistas, pelos efeitos da bebida inebriante, em 20 de setembro de 1980, aos quarenta e nove anos de existência, intensamente realizados, nos trabalhos de várias exposições por terras brasileiras e internacionais. O amazonense que

alegrava os bares e festas nas horas vagas, nos deixou, em plena farra 117 dominical no balneário matinal, de águas turbulentas e de celebração da vida a seu modo irreverente e bem-humorado. Foi um grande choque para a cidade e todos os seus colegas da Madrugada, a patética morte do inesquecível. A revista da Academia Amazonense de Letras (AAL), por ocasião da celebração de seu centenário, no tempo das ausências inestimáveis, o membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), cadeira de Alexander Von Humboldt, e inestimável criativo construtor da contemporaneidade visual amazonense, pertencente a uma geração de artistas amazonenses, que acreditava no critério necessário ao artista, para que fosse incensado após a morte, como tantos outros no mundo destes antes. A dor e o desespero espiritual funcionavam como estimuladores da criação, e da superação das longas fases da existência. A necessidade da tragédia como ponto de referência como reconhecimento público. A morte abre caminho para a arte. Afrânio de Castro artista memorável, cidadão amazonense, representante de uma geração de sobreviventes, que atravessaram o período pós-borracha e o advento da Zona Franca de Manaus e o cosmopolitismo cultural dos delirantes primeiros tempos, onde as artes plásticas e visuais alçaram o voo, da necessidade decorativa das salas oficiais, escritórios das indústrias e algumas necessidades do neo-provincianismo tecnológico e da burguesia que colocava a pintura na sala de estar, e a possibilidade de difusão nos salões nacionais. O tempo celebra a lacuna de tão importante criativo das artes no Amazonas, ilustrando as páginas da sua mais importante publicação a Revista da AAL. Os ruídos e o silêncio da ausência do querido artista, nascido em Janauacá, em 3 de agosto de 1931.

{ CRÔNICAS }

— Banhos de Manaus

ANTÔNIO LOUREIRO

Somente na década de 1870 é que Manaus deixou de ser bilíngue, ao abandonar a língua geral e passar a falar apenas o português, até dentro de casa. Também nesta década uma postura municipal proibiu o banho nu da tarde, nas praias do rio Negro e nas beiras dos igarapés circundantes. A cidade civilizava-se... Mas ficou entre nós este costume indígena do banho diário, diferente daquele dos europeus, que abusavam dos talcos e perfumes, para esconderem as suas catingas e os seus boduns. Acresça-se o costume dos povos da Guiné que adoravam os banhos de cheiro. E o nosso costume do banho diário, às vezes até mais de um, devido ao nosso inclemente verão, continuou através dos tempos, debaixo dos chuveiros, e cada vez mais caros, depois que a distribuição de água passou a ser objeto de exploração colonial. Mas fuja-mos deste assunto que poderia ser solucionado de outro modo. O que nos importa neste momento é que no fim da década de 1930, para a década de 1940, a população redescobriu essa alternativa para refrescar o corpo, pelo menos nos fins de semana, e houve uma grande corrida para os terrenos que possuíam água corrente e limpa, da cor do guaraná, e quase todo mundo possuía o seu banho, nos igarapés do Mindu, do Flores, das Pedreiras, do Japiim e outros. Para os que não os possuíam o Prefeito Antônio Maia represou e retificou uns trezentos metros do igarapé do Mindu, criando ali o Parque 10 de Novembro, em homenagem à Revolução de 1930 e abrindo a Estrada do Parque 10, com uns 4 quilômetros, que descíamos a pé, pois era uma ladeira, a partir da Praça da Vila, e voltávamos de carona, já cansados de tanto nadar e de correr. Às vezes, tínhamos os piqueniques familiares, em que diversas famílias afins reuniam-se, cada uma esmerando-se em levar um prato especial, daqueles tempos bicudos: maioneses, macarronadas, galinhas

120 assadas, farofas especiais, vatapá, todos pratos frios, para não darem congestão, enquanto o guaraná e a cerveja gelavam enterrados na areia fria. Comidas simples para os dias de hoje. Quando me lembro deste tempo só boas recordações me vêm à mente.

— Um estranho Natal em uma terra estranha

IRMÃ MARÍLIA MENEZES¹

“*An strange Christmas in a strange land!*” Foi com essa frase que quatro Irmãs norte-americanas da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo (ASC), sintetizaram, cheias de admiração, sua chegada, a 24 de dezembro de 1947, após 3 dias de viagem de Manaus a Coari, subindo o rio Solimões no “Industrial” – motor movido penosamente a lenha – vencendo a forte correnteza, cheio de gente, de bananas, animais e pirarucu. Tinham chegado de Wichita, importante cidade do estado central de Kansas, nos Estados Unidos, para serem missionárias na Amazônia. Nada de “Poinsettias” para decorações natalinas, ou o canto do “Jingle Bells”. Ao anoitecer do dia 24 de dezembro, sob o céu tropical já faiscando de estrelas, as Irmãs foram saudadas pelo povo entusiasmado que gritava “Viva, Viva!”, e soltava foguetes na praia e nos barrancos do grande lago de Coari, formado pelo rio Solimões (ou Amazonas, como as Irmãs gostavam de dizer ...), onde o motor atracava, no trapiche da pequena cidade de Coari. Seus nomes eram: Julitta Elsen, Marciana e Georgiana Heimermann (irmãs de sangue) e Joana Francisca Baalman, todas entre 40 e 50 anos. Os ventos impetuosos que varriam a pradaria e a grandiosa plantação de trigo do centro de Kansas atingiram como símbolo do Espírito Santo, o coração apostólico dessas mulheres que, a pedido dos Padres Redentoristas – também norte-americanos – na Amazônia desde 1943, vieram evangelizar na nova terra. Já tinham deixado em Manaus, com o mesmo ideal, uma jovem que, na volta, as seguiria a Wichita, cheia de entusiasmo – Noeme Cinque – hoje a Venerável Irmã

¹ Membro correspondente da AAL.

122 Serafina, vencendo o autoritarismo paterno, com o apoio libertário de Madre Julitta. E, em março de 1948, em Coari, – como se lê no livro *Jubileu de Amor* (Marília Menezes, 1972) se iniciaria ali a primeira Escola. Surpresa de todos: a escola era mista! A primeira escola mista dirigida por religiosas, implantada no Brasil, causando estupefação em muita gente. As Irmãs inovaram também na Amazônia porque viram a necessidade que as famílias tinham em mandar os filhos dos dois sexos à mesma Escola. Perceberam que os meninos viviam nos trabalhos duros na roça e na pesca, sem estudar – privilégio que só era concedido às meninas e notaram ainda que o fato de os pais enviarem os filhos à mesma escola, uniria mais as famílias – o que, de fato, aconteceu. Foi escolhida a coordenadora para a Missão no Brasil – Irmã Julitta Elsen, por seus dons especiais de liderança, comprovados em outras tarefas nos Estados Unidos, sobretudo no ensino de escolas para crianças negras, vencendo a temível “Segregation”. O carisma de Maria De Mattias, (hoje Santa, canonizada a 18.5.2013), fundadora da Congregação na Itália, a 4.3.1834, era viver a caridade com que Jesus Cristo nos salvou, derramando o seu Sangue Preciosíssimo – Caridade vivida não só no amor a Jesus, mas no amor aos seus irmãos e irmãs. E que maior caridade do que ensinar as pessoas do interior da Amazônia, ter escolas, onde pudessem alfabetizar-se, ser catequizadas e preparar-se para a vida? Um recorte de jornal dos Diários Associados de Manaus (maio de 1951), de um artigo de Álvaro Maia, governador do Amazonas, jornalista e escritor – demonstra a sua estupefação pela obra das Irmãs Adoradoras, em colaboração com os Padres Redentoristas.

Centenas de estudantes – primários, ginásianos e técnico-profissionais desfilaram em Coari, ao rufar dos tambores, bandeiras desfraldadas [...] aclamando a inauguração das primeiras salas escolares em Coari. [...] Trata-se de fatos vulgares no sul. No Amazonas, porém, através de apertos financeiros e atropelos das distancias, esses fatos importam na Libertação do Homem, dos filhos de seringueiros e pequenos proprietários [...] de milhares que estacionam às margens dos rios, vendo só em fantasia o ensino secundário-privilégio das capitais.

Irmã Julitta e demais Irmãs tinham sido convidadas pelo Bispo de Manaus, Dom João da Mata, para servir na Amazônia, porém vinham

contar com o forte apoio dos Padres Redentoristas norte-americanos, 123 que em 1942 haviam chegado a Manaus onde, pouco a pouco, haviam acabado com a péssima fama do bairro dos Tócos, transformando-o, a partir da devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro de Aparecida. Os Redentoristas tinham lançado em Belém essa devoção que empolga o povo. Em Manaus, como já havia a grande Paróquia do Perpétuo Socorro, deram à nova Paróquia por eles iniciada, o nome de N.S. Aparecida, e desde aí, também com o impulso da grande Escola onde as Irmãs Adoradoras ensinavam, o bairro de Aparecida nasceu, cresceu e apareceu, sendo hoje um dos mais desenvolvidos de Manaus. Tudo isso custou muito ardor e zelo. Ir. Evelina Trindade, autora de um dos livros sobre a história das Irmãs Adoradoras na Amazônia, mostrou que as Irmãs brasileiras, ao se tornarem religiosas, aceitavam ao mesmo tempo os rumos que as irmãs norte-americanas lhes mostravam, inspiradas, por sua vez no ideal missionário da Igreja Católica. Irmã Julitta acreditou prontamente nas jovens que desejavam ser irmãs. Muitas só tinham o curso primário. Muitas vinham de lugarejos, bem distantes das capitais. Irmã Julitta, porém, e as demais Irmãs pioneiras incentivavam as jovens a estudar e a adquirir diplomas que as habilitassem ao ensino e a outras profissões. Irmã Julitta observava para que rumo ou profissão as jovens se orientavam e as incentivavam a preparar-se para seguir melhor nessa direção. As irmãs brasileiras, por sua vez, viam o sacrifício que as norte-americanas faziam para aceitar o calor forte do Amazonas, as distâncias, as diferenças culturais tão grandes e com a força do amor de Cristo, umas e outras se esforçavam para levar a obra avante. (Evelina Trindade – “Sangue redentor nas trilhas da Esperança”) Espaço Comunicação, Manaus, 1998. Ir. Evelina narra o desenvolvimento do sistema escolar na Amazônia, com o impulso das ASC junto à Seduc do Amazonas e Pará, preparando os cansativos processos, pedindo verbas para manter as escolas abertas na floresta, e mostrando a necessidade do reconhecimento dos ginásios. Exigiam também das autoridades a passagem destas escolas para os níveis de Normais e Pedagógicas – a fim de formar professores/as que ficassem no interior, para evitar o êxodo do interior para as capitais. E tudo era obtido com o maior esforço: viagens incansáveis de barco ou estrada e exaustiva espera nas salas

- 124 das Secretarias de Educação. Devemos muito à visão educativa de Irmã Julitta em direção à educação evangélico-libertadora, que se ia espalhando cada vez mais na Amazônia. E as diferenças culturais iam sendo vencidas pelo amor à Jesus e à Sua causa, pelo amor ao nosso povo, e pela leitura dos sinais dos tempos que as Adoradoras norte-americanas e brasileiras foram fazendo.

CULTURA

Irmã Loretta Gegen, norte-americana, demonstrou o trabalho sócioeducativo das pioneiras norte-americanas na Amazônia em sua tese – parte do seu exame final público, para obter o grau de doutora em Filosofia da Educação, tese impressa no livro *Amazonia – a study of people and progress in the Amazon jungle* by Sister Mary Loretta, Ph.D. Irmã Loretta passou cerca de um ano e meio de acurada observação no Amazonas e Pará, e, com a ajuda das Irmãs, dos Redentoristas e de amigos, visitou as cidades onde nossas Irmãs desenvolviam o seu trabalho missionário-educador. Estas pesquisas foram feitas através da St. Louis University – cidade de St. Louis, Missouri, fronteira com Illinois, USA, onde Loretta estudava. Sua tese obteve alto louvor, e por isso cito um trecho da Apresentação do livro *Amazônia...* ao mostrar o “impacto da Educação nas culturas”...

When American missionaries began opening churches, schools and clinics in underdeveloped regions of Amazonia, the influence of their work began to spread throughout the entire superstruture of the culture... Culture, in this study, refers to the universal needs of man: his mental, spiritual, physical, economic, political, leisure and family needs... These áreas have been explored to see what effect the educative approach used by the Missionaries in Amazonia has had, so that when taken in totality, this study synthetizes education' impact on the whole of the Culture.

HERANÇA JUDAICA EM NOSSO CONVENTO – A FÁBRICA DE CASTANHAS

Poderiam perguntar-nos como conseguimos meios para ter o Convento, Noviciado, Capela e o Colégio Preciosíssimo Sangue em Manaus? Posso dizer porque, pela graça de Deus, sou uma das prota-

gonistas dessas obras iniciais, que tudo foi feito com muito trabalho, 125 sacrifício e na base de pedir auxílio. Desde o início dos trabalhos em Manaus, na atual avenida Constantino Nery, a mão de Deus se manifestou claramente através de pessoas generosas. O grande terreno, limitado ao sul pelo igarapé de São Jorge, foi doação da Prefeitura de Manaus, cedendo aos insistentes pedidos dos Padres Redentoristas. Depois, Ir. Julitta, vendo à frente do terreno a fábrica de castanhas, conseguiu que os irmãos Isaac e Benjamim Benzecry, de religião judaica, seus proprietários, nos vendessem, a preço módico, a “Usina Americana” – nome da fábrica que – segundo nos tinham dito – não venderiam por preço algum, porém Ir. Julitta era persistente. Pediu que nos puséssemos em oração, e quando Benjamim nos disse: “Meu irmão não consentiria na venda”, Ir. Julitta lhe disse: “Mas você não pode convencer o seu irmão?” E assim foi. E da fábrica de castanhas surgiu o Convento Preciosíssimo Sangue.

VISÃO DE FUTURO

Um dia, Ir. Julitta olhando do nosso terreno de lama a estrada à frente, exclamou: “Um dia, esta será uma grande avenida!” E vemos no dia de hoje, a verdade de sua predição. Para sanar as despesas, elaborávamos projetos que nem sempre eram atendidos. Nos Estados Unidos, nossas Irmãs faziam a publicidade do que estava sendo realizado; os alunos dos Colégios das Irmãs e dos Padres faziam promoções “Para ajudar as Missões”. Missão, para os católicos, sempre foi uma palavra mágica que atraiu donativos, para o crescimento e difusão do Reino de Deus na terra. Lembro-me de que em Manaus, fazíamos as saborosas “Pumpkin-pies” (tortas de jerimum) para vendê-las na festa de “Thanksgiving Day” aos americanos e seus descendentes, ou pessoas que comprassem comidas americanas e amazonenses, ou promovíamos algum festival em benefício de nossas obras. Tudo era solicitado e, Deus nos ajudava através da solidariedade de muitos.

OS ARTISTAS E A CAPELA

Ao falar no valor da Cultura, lembro que o famoso pintor Moacir Andrade, de saudosa memória, procurou-me certa vez em Manaus, contando que admirava profundamente a nossa capela dedicada

126 ao Preciosíssimo Sangue. E, como morador do bairro de Aparecida, concebeu grande devoção a Nossa Senhora sob o nome de Aparecida, cujo título o empolgara. Era seu grande desejo pintar no interior de nossa capela um mural com a história maravilhosa da Aparição: a dos 2 pescadores que, ao pescar no rio Paraíba, em São Paulo, sem nada encontrar para o almoço de chegada do vice-rei de Portugal, pescaram primeiro a cabeça, e depois o corpo de uma imagem negra de Nossa Senhora). Desse fato extraordinário, o povo, com carinho, passou logo a chamar a Santa de “Aparecida”. Moacir precisava, após a permissão, apenas de um patrocinador para o material, e faria a pintura de graça. Eu viajei, e não sei por que motivo, a ideia da pintura de Moacir não foi adiante, o que, realmente, foi uma pena, pois teríamos agora numa capela de Manaus, um painel artístico da mais alta qualidade. Nesta capela se vê hoje um trabalho de grande valor não só religioso, mas cultural: 7 medalhões nas paredes internas da capela – os quais – segundo várias informações dignas de crédito – foram pintados pelo hoje famoso e saudoso pintor amazonense Branco e Silva. Eu soube que Irmã Julitta, ao ver o lindo Presépio do nosso pintor, e admirando a cultura amazônica na qual ele era mestre, pediu-lhe que fizesse, em nossa capela, essas pinturas primorosas, mostrando as 7 ocasiões em que Jesus derramou o Seu Sangue. E o artista, gênio religioso empolgado com o Carisma das Irmãs, realçou a obra cristã que desenvolviam na Amazônia, pintando: 1. A Circuncisão; 2. Gotas no Jardim das Oliveiras; 3. A flagelação; 4. A coroação de espinhos; 5. O caminho ao Calvário; 6. A Crucifixão; 7. Coração transpassado pela lança.

UM JUBILEU

Neste ano de 2019, tendo recebido muito com o amor de Ir. Julitta a nosso povo, louvamos a Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, pelo Jubileu dos seus 185 anos de fundação na Itália, (4 de março de 1834) – fato que tem sido comemorado nos 25 países em que estamos servindo atualmente, pela obra humanitária e evangelizadora dessas mulheres nos 5 continentes. Dentro desses 185 anos, avulta, na Amazônia, a figura de Irmã Julitta Elsen, que tracei em breves pinceladas, pelo grande trabalho religioso e educacional que aqui desempenhou. Por tudo isso, foi mais do que justa a bela

homenagem com a qual Irmã Julitta foi distinguida em Manaus, a 20 de novembro de 1981, ao receber o título de Cidadã do Amazonas das mãos do Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Deputado Homero de Miranda Leão, salientando os atos de heroísmo de Irmã Julitta Elsen, em seu labor infatigável pela Educação na Amazônia. Foi uma sessão belíssima, no Palácio Rio Branco, reunindo Irmãs, professores e professoras, estudantes e muitos amigos. O Deputado Vinícius Conrado, por sua vez, historiou a vida e obra de Irmã Julitta por entre as florestas e rios de nossa região. O Governador do Estado, professor José Lindoso, disse palavras emocionadas sobre aquela mulher “estrangeira”, que se fizera brasileira e amazônida, para nos servir. Dom Milton Pereira, Arcebispo Metropolitano de Manaus, disse que as palavras eram insuficientes, ao entregar à homenageada o diploma de sua nova cidadania. Irmã Evelina Trindade, educadora de gerações, expressou o agradecimento comovido de Irmã Julitta pela honraria recebida. Muito ainda teríamos a contar sobre o que Irmã Julitta fez no Brasil, mas concluo citando o Hospital Nossa Senhora de Guadalupe, por ela impulsionado e fundado em Belém do Pará a 12 de outubro de 1962. O Hospital recebeu esse nome em honra da padroeira da América Latina – para pedir a Nossa Senhora sua proteção sobre essa utilíssima Casa de Saúde, que continua a prestar inestimáveis serviços à população da Amazônia. Irmã Julitta faleceu em Wichita, a 27 de março de 1995, com 93 anos, deixando-nos um exemplo de quem, sem jamais ter aprendido bem o português, aprendeu e ensinou, em toda a sua vida, a linguagem mais importante: a do coração, aliada a uma Fé indestrutível, e a um amor sem fronteiras pela Amazônia.

{ RESENHA }

— A Dança dos Fantasma

ANIBAL BEÇA

Pode-se dizer que o discurso poético de Aldisio Filgueiras, desde o aparecimento de *Estado de Sítio*, passando por *Malária* e a *República Muda*, debruçando-se na vivência urbana de *Manaus, as muitas Cidades*, esparramando-se no bucólico *A Celebração do Verão*, até este *A Dança dos Fantasma*, transita na esfera realista do “eu-social”. Essa estética escolhida, à luz do pensamento hegeliano, revela-se em poesia pela expressão do “eu” pela palavra, que, a meu ver, ainda é a melhor definição para poesia. Onde, o “eu” poético, se desdobra nas funções de espectador e ator, exercendo simultaneamente a dupla função de sujeito e objeto. Testemunha e profeta de seu tempo, o poeta se introjeta ao seu centro, voltando-se para si próprio, para ver seu mundo interior, aí inseridos os estratos freudianos do consciente, pré-consciente e inconsciente. Nessa viagem particular, como assevera Henri Bonnet, falando de poetas, “ele apenas está atento aos liames que o relacionam com o mundo, e faz de sua subjetividade o objeto essencial de suas investigações”. Na verdade, o ato criador do poeta – com sua fantasia, sua engenharia sonhadora –, é que faz a diferença dos comuns mortais. Mas não pense o leitor, que isso se dá de forma tranquila, sem convulsões, sem confrontos. Não há lugar para assepsia, ou mares espelhados, enquanto o poeta não chega ao resultado final do poema. E nenhum poeta chega a ele graciosamente. Tanto no plano do mundo exterior, o “não-eu”, quanto no seu mundo interior. Na conjunção dos “eus”, que são vários, vale destacar o caráter especial do “eu-odioso”, objeto de estudo lacaniano sobre o estágio do espelho, o “eu” idealizado, aquele que supomos que somos, variando entre o otimismo e o pessimismo, instável e distorcido. Fechando esse círculo, transfigurado pelos outros “eus” e, pela imaginação, existe ainda um, saído da camada mais íntima

130 do “eu”, que é o “eu-profundo”, “onde se depositam as vivências decorrentes do contato com o mundo exterior, recalques, complexos, etc., reino de caos, anarquia, alogicidade, composto de sensações vagas, difusas, ainda não verbalizadas, impermeável ao mundo exterior, salvo na medida em que abriga os arquétipos, analogias profundas entre o inconsciente individual e coletivo”. Como se vê, os afazeres do poeta, o parto de um poema, não é tão simples como parece ser em sua leitura estampada e acabada no livro impresso. Há todo esse estágio de sofrimento, que não representa angústia, mas sublimação do gozo, um sofrimento prazeroso, inerente ao ato de criar através do exercício da escrita. Vale dizer que, há 54 anos, Aldisio Filgueiras vem elaborando essa dança, flechando com os significantes, dinâmicos e transgressores, reinventando palavras, dando novo significado aos signos da tribo, exorcizando seus fantasmas. A matéria de que se serve o poeta sai do burburinho dos ônibus populares; do interior das fábricas nas linhas de montagem da Zona Franca; dos motores de linha; da fala franca, sem censura, sempre com aquele humor característico daqueles sabedores de que, “o que dá pra rir, dá pra chorar”, o falar gostoso do povo, sábio no que diz e, aí, o poeta é todo ouvidos. E se doa por inteiro, se enformando pleno, até nos seus episódios pessoais, – que poderiam cair no mero confessionalismo –, transfigurados do particular, ao âmbito universal. Eis o grande salto do engenho de verticalidade desse poeta: a partir de seu entorno pessoal, tudo é matéria de poesia. Diga-se, de boa poesia. Aldisio Filgueiras se insere no rol dos poetas que ainda acreditam no verso. E faz dele seu instrumento para construir seu poema. Com ritmo, imagens e ideias. Verdade que andou flertando (*Malária*) com algumas propostas vanguardistas, que acreditavam estar propondo algo “novo” pela eliminação do verso. Ao anunciar essa pretensa descoberta, “esqueceram-se”, esses senhores, da leitura de *Un Coup de Dés* de Mallarmé e dos *Caligramas* de Apollinaire. Felizmente, o poeta sobreviveu, absorvendo o que de bom havia dessas propostas: a ocupação espacial da página, desenhada pelos versos. Ao contrário de seus livros anteriores, onde se podia sentir ainda, uma ou outra influência de poetas-mestres, (Oswald de Andrade, Drummond, Ferreira Gullar), o que não é nenhum demérito, principalmente por estar, numa feliz escolha, em boa companhia, em

*A Dança dos Fantasma*s, Aldisio descobre sua sintaxe particular, e acerta a mão definitivamente. Claro, que essa busca e essa inquietação, já se vinham notando desde *Manaus, as muitas cidades* e *A Celebração do Verão*. Nessa mudança-descoberta, ganhamos todos: a poesia e seus leitores. Outro aspecto, que deve ser ressaltado, é a intimidade com o poema longo, esse fôlego bem-vindo, numa época onde grassa o minimalismo, calcado na equivocada premissa, de que para um mundo de vida agitada, não há mais lugar para os grandes discursos. Aldisio desafia desse jogral mal conduzido e dá provas de que o poema longo, tanto no que nomeia o livro *A Dança dos Fantasma*s, com seus cabalísticos 666 versos, como nos *Blue note*, *o rio a rua o rio a rua*, *Santo Antônio de Borba que o diga* e *O (a) braço viúvo de Nova York*, é desejável. Desde que o poeta, seu estro, seja capaz de fisgar o leitor pelo encantamento de suas metáforas, pelo ritmo dinâmico, ou pelo interesse do tema, se derramar em longas viagens. Senhor de seu ofício, o poeta Aldisio, consegue a realização do poema longo, sem ser tedioso ou repetitivo. E qual a maneira para esse achado? É ter o que contar e saber cantar. Entre outras manhas & artimanhas: a música do poema, que não se vale de esquemas mnemônicos e melódicos comuns como as rimas consonantes, por exemplo, (Pode-se até, achar esse recurso, no corpo das estrofes, paralelamente, ou na forma assonante); a alternância dos pés de verso, jogando com redondilhas de 7, 6, 5, 4 sílabas e, algumas vezes, com versos decassílabos e octossilábicos; as aliteraões e assonâncias, as metonímias, metáforas e outras figuras de linguagem. Tudo isso unido ao bom gosto na escolha das palavras, mesmo àquelas de sabor escatológico e, talvez, o traço mais marcante a se destacar: o senso de humor corrosivo, por vezes até inusitado. É isso. A receita de Aldisio Filgueiras, para aquilo que os filósofos e críticos, convençionaram rotular de obra de arte.

{ ARTIGOS }

— O automóvel na Manaus antiga: notas esparsas

ROBÉRIO BRAGA

A Manaus reconhecida como da *belle époque*, aqui considerada de 1880 a 1913, corresponde ao período áureo da exportação da borracha natural que estabeleceu significativo marco de transformação urbana na cidade edificada às margens do rio Negro sob conceitos inicialmente portugueses, embora a importante presença indígena e o modesto contingente africano e de outras nacionalidades.

Na fase desse ciclo econômico, a predominância no cotidiano era de hábitos europeus, especialmente franceses, seja nos trajes, comportamentos sociais, familiares e leitura, mas sem exclusão das características portuguesas iniciais. Ruas pavimentadas, batentes e calçadas em mármore de Lioz, luxo, e mais que isso, esbanjamento por um grupo crescente de pessoas que vivia à moda europeia, com filhos estudando no exterior, tudo isso em meio a pratarias e cristais *Baccarat* e porcelanas de *Limoges* ornando as casas de residência.

No perímetro urbano, as leis de organização do uso do solo sob configuração diversa das atuais, mas com objetivos de ordenamento e de fiscalização municipal, deram o tom a uma urbe bem composta, elegante e arborizada, com casario de pé direito e porão altos e a palacetes para os mais endinheirados ou enfronhados na política e nos cargos públicos. Pelas vizinhanças (cada vez menos próximas) do centro ou da cidade como este era conhecido, estavam a população mais simples, o operariado e as vilas de funcionários públicos.

Os deslocamentos de parte da população nos anos 1855-1870, portanto, antes desse período de ouro da economia, eram feitos a pé, em veículos de tração animal e, para determinados lugares, por meio das chamadas catraias, que eram pequenas canoas que cruzavam os

134 igarapés que recortavam trechos da cidade e levavam e traziam passageiros de grandes embarcações que atracavam no porto, dirigidas, em sua quase totalidade, por braços de portugueses.

Tempos mais tarde circulavam as carroças que passaram a ser usadas em transporte de cargas, ao tempo em que surgiram os coches ou carruagens de aluguel, inclusive, a serviço de empresas constituídas para este fim. Essas carruagens eram utilizadas por grupos melhor posicionados economicamente, ou em ocasiões especiais como casamentos e batizados, e, após 1896, uma ou outra ida ao Teatro Amazonas. Os mais abastados possuíam carruagens próprias e de luxo, importadas e bem cuidadas.

Alguns desses transportes de aluguel, e até mesmo carros de família, chegaram a ser usados como alegorias em desfiles do tríduo carnavalesco nas proximidades dos anos 1900, dos quais há registros fotográficos, muitos deles com alegorias importadas da Europa, conforme registros fotográficos bastante conhecidos (1905).

O período de maior impacto de transformação da cidade foi entre 1892-1896, no governo do maranhense e capitão de engenheiros, Eduardo Gonçalves Ribeiro, seja do ponto de vista de reorganização e organização urbana e de edificações portentosas e simbólicas para a época, seja de oferta de serviços públicos como transportes elétricos, fornecimento de água, luz elétrica, educação para meninas “desvalidas”, meninos “abandonados” e registros de controle das finanças públicas, por exemplo. De seu governo são os edifícios que marcam a época e caracterizam a cidade: Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Reservatório do Mocó, Instituto Benjamin Constant, além da profunda alteração na paisagem com as pontes Benjamin Constant, primeira e segunda pontes da av. Sete de Setembro e a dos Bilhares, seja com aterros e desaterros em vias públicas e criação do primeiro bairro planejado, o da Cachoerinha.

Sinais bastante significativos desse período podem ser observados na comparação das cartas ou plantas da cidade, se tomados os exemplares de 1844, ao tempo de viajantes, a de 1852 – de quando da instalação da província com autonomia política em relação ao Pará –, e a de 1895, praticamente em fins do governo de Eduardo Ribeiro. Era uma cidade cosmopolita, como assinalou Euclides da Cunha em 1905.

Interessante observar que, diferentemente de outras capitais de estados brasileiros, Manaus não teve transporte coletivo urbano de bondes puxados a carroça. Os primeiros bondes foram logo elétricos e tiveram circulação provisória em 1896 com linhas urbanas, fixando-se a partir de 1899, sempre sobre trilhos, em serviço explorado por empresa norte-americana até 1907, substituída por organização inglesa, e, depois, sob administração do governo estadual, mais ou menos até 1954. Inicialmente com poucas linhas, teve boa organização, rápida evolução e ótimas condições de uso, frequência e pontualidade, mas quando encerrou suas atividades estava em precárias condições, pode-se dizer com o serviço desmantelado.

Ao longo dos anos esses bondes serviram ao transporte de passageiros, a greves, a protestos de estudantes, a festejos de revolucionários, a condução de espectadores ao Teatro, a eventos carnavalescos, etc. Um, em particular, diferenciado e com alguma sofisticação, foi o bonde do governador, utilizado por vários anos até ser substituído pelo automóvel em 1912, ficando o bonde para raros passeios especiais, ainda na década de 1930.

Alguns dos trilhos mais antigos, possivelmente de 1893, podem ser vistos no Largo de São Sebastião, redescobertos em 2001; e outros, localizados em tempos mais recentes, no cruzamento da Rua 10 de Julho com a Avenida Eduardo Ribeiro, dentre tantos que, vindos dos Estados Unidos da América e da Europa, cruzavam a cidade nas linhas “Saude”, “Circular”, “Cachoeirinha”, “Plano Inclinado” e “Flores”.

Em 1904, por exemplo, meados do período de maior valorização da economia da borracha, a cidade era tomada como cosmopolita e encantadora, pelo menos para parte de sua população e para quem a visitava com ansiedade de descobrir a urbe europeia encravada na floresta. Possuía em torno de 55 mil habitantes, casas com platibandas, ruas arborizadas, jardins e bosques públicos, gazebos, fontes e gradis importados da Escócia, ruas calcetadas a paralelepípedos e iluminação a arco voltaico, mas com problemas de salubridade. Considerado de boa qualidade, o Hotel Cassina nem sempre era bem observado pelos viajantes como fora em anos passados, com diária cara (15 mil réis) e quartos acanhados.

Havia carros de praça, não motorizados, tipo “Landau” conversível para trafegar sobre pedras portuguesas, pontes metálicas ou de cantaria, em uma cidade cara para tudo e para todos, em que uma galinha custava 8\$000 réis no mercado público, chopes alemães eram vendidos a 1\$000 réis nos muitos botequins, *terraces* e mercearias à moda parisiense, e parte da população consumia queijos, manteiga fresca, frutas, hortaliças, pescada portuguesa e repolho alemão comprado a 7\$000 réis, enquanto a maioria era assalariada, remunerada por serviços incertos ou desempregada, e sem a mesma condição.

No bar do Teatro Amazonas, após os espetáculos de canto lírico, declamação ou apresentação de texto dramático, uma xícara de café custava 500 réis, muitas vezes completado com uma flor comprada aos italianinhos. Nada disso escondia, inteiramente, os doentes de beribéri, tuberculose e febre amarela, ao mesmo tempo em que a borracha era acondicionada em caixotes feitos em pinho de Riga e o erário estadual era o mais endividado dentre todos os estados brasileiros, confiando que a borracha haveria de suprir.

É de 1904 a chegada do primeiro automóvel à capital amazonense,¹ um *Darrac*, de dois cilindros, de propriedade do sr. Bourgois, dono de uma oficina na Rua de Joaquim Sarmento. Dois anos depois, o *Mercedes*, vermelho, típico de corrida e com dois assentos (1906), de propriedade do dr. Alberto de Lavandeyra, filho de Antônio Lavandeyra,² que instalara o porto flutuante. A este se seguiu o *Hotchkiss*, carro de luxo, de origem francesa, comprado de segunda mão, pelo senador e ex-governador Silvério José Nery³ na Exposição de Paris e que circulara em *Carlsbad*, na Áustria, de onde foi transferido para Manaus com o seu portentoso emblema de dois canhões cruzados (1907). Em seguida, para completar a forma elegante e requintada de

1 A população da cidade no ano de 1900 era de 50.300 habitantes, com crescimento na ordem de 29,9% em relação a 1890 que era de 30.720 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2022.

2 Antônio de Lavandeyra era cubano, engenheiro, responsável pelas obras de construção do Porto de Manaus, em 1903, trabalhando para os irmãos Charles e Alfred Booth, da empresa Manáos Harbour, e depois foi sócio de empresas com muitos negócios na cidade, inclusive, de captação e bombeamento de água.

3 Trata-se de político amazonense, o mais influente entre 1900 e 1930, que foi vereador de Manaus, deputado provincial, senador da República, governador do Estado, chefe de partido e o mais emblemático oligarca de sua época.

viver do dr. Jorge de Moraes,⁴ médico, senador da República e que viria a ser o primeiro prefeito eleito de Manaus (1910), chegou o *Landonet Renaud*, logo seguidos de dois outros veículos de propriedade de José Maranhão e Epaminondas Albuquerque. 137

Para destacar ainda mais este seleto grupo de proprietários de automóveis importados, é bom registrar que para o transporte oficial do prefeito de Manaus nos anos 1909-1910 eram usados dois carros de tração animal, um de luxo e outro comum, puxados por dois cavalos, enquanto o governador era servido por carruagens. Somente em 1912 o governador Jonathas Pedrosa passou a se utilizar de automóvel doado pelo coronel Contreras e usado para o serviço oficial por muitos anos.

Desse modo, o que se conhece de registros confiáveis é que em 1913 – o ano que se fixou como o da debacle da economia da borracha – em Manaus circulavam 15 autos, dentre os de aluguel e particulares, incluindo dois caminhões comprados por Antonino Corrêa para atender a Fábrica de Cerveja e o carro para lavagem de ruas, adquirido pela municipalidade.

Esse marco de 1913 decorre da redução da exportação da borracha amazonense pelo início da circulação desse produto pela Malásia, depois da Amazônia ter registrado em 1912 os maiores índices como o segundo produto brasileiro de exportação.

Existiam outras cidades: a dos operários, trabalhadores sem direitos, escravos dos comércios, dos navios e dos seringais; e, a das orgias. As cocotes ou decaídas, ratuínas ou rameiras como a imprensa classificava, eram também as chamadas polacas que frequentavam as casas de diversão e os cabarés sofisticados e luxuosos. Algumas delas, apartadas desse mundo de luxo e ilusão fina, ocupavam pontos de vias públicas, nas esquinas escuras das noites densas das ruas da Independência, Costa Azevedo, 10 de julho e Estrada de Epaminondas. Não estavam nas casas de madame Helena, Pensão da Lola, Pensão Floreux, madame Argentina que, mesmo imponentes, não conseguiam rivalizar com as teúdas e manteúdas que uns seringalistas e novos ricos costumavam frequentar.

4 Médico amazonense, com especialização em ortopedia e cirurgia na Europa, filho de jornalista, foi deputado federal, senador da República e o primeiro prefeito eleito de Manaus para 1910-1913. Orador de grande importância.

Alguns nomes que se tornaram mais conhecidos dão o tom da influência estrangeira, não só francesa, embora essa fosse a principal nos modismos, nos trajes e nas conversas em família. Em registro vale referir o *Stud Fluminense* e o *Stud Amazonense*, cavalos de corrida como *Destroyer*, *Herodes*, *Rajah*, *Cordon Rouge*, *Mondetour*, ou as cervejas *Book Ale* e *Pilsener*, lugares como *Chalet Jardim*, comércios como *La Ville de Bordeaux*, *Armazens Andresen*, *Sholz*, *Hotel Cassina* e *Grand Hotel*, *La Ville de Paris* e *Au bon Marche*, por exemplo.

Poucos cidadãos possuíam automóvel por esses anos antigos em Manaus, como ficou demonstrado antes, apesar de haver vários que detinham posses para usufruir luxo. As carruagens da *belle époque* eram, por exemplo, da empresa de Cerca Nazareth, com escritório na Avenida Eduardo Ribeiro, n.º 30, mais ou menos no período de 1910 a 1925, alugando 14 carros sofisticados do tipo *Victorias*, *Milord's* e *Laudaux*, mandados vir de Paris e do Rio de Janeiro, por exemplo. Havia, também, as de Domingos Soares, carruagem de luxo, tipo *Coupé*, não só para transporte e passeios como para “corridas” com o boleeiro Martinho de Almeida (1917).

Com a guerra mundial de 1914 e o empobrecimento do Estado, deu-se a decadência do transporte no município, inclusive, pela falta de reposição de peças nos bondes elétricos e redes de transmissão, pela falta de ampliação de linhas em vista da expansão urbana e crescimento populacional, embora o aspecto da cidade, de modo geral, não tenha sofrido grandes alterações até a segunda guerra mundial quando se deu grande esvaziamento.

Em algumas ocasiões, a cidade foi palco de depredações, invasão de consulados, incêndios de residências de autoridades e de jornais e revistas, como sucedeu em 1910, 1913, 1914, 1924 e 1930. O deputado Caio Valladares, político proeminente e presidente da Assembleia Legislativa era um dos que possuía carro de luxo no final dos anos 1920, e viu seu *chic* automóvel ser incendiado por populares quando sua casa foi depredada no tumulto da turba festejando a vitória da revolução de 1930 contra os “decaídos”.

Em 1926, a Santa Casa de Misericórdia adquiriu novo carro fune-rário, típico para esse tipo de serviço, possivelmente Ford, movido a

manivela e que perdurou por anos, e até os carros de bombeiros foram importados da Europa. 139

Tempos mais tarde, pela segunda guerra mundial, há notícia de dois Jeeps que foram montados em Manaus pela empresa COMARSA, tempo em que havia carros *Studebaker* servindo para aluguel, além de *Austin* e *Land Rover*. Anos depois, com a evolução da indústria nacional passaram a circular os Sinca, Mercedes Benz, Ford, Crysler, Volkswagen e Romi-Isseta, por exemplo.

Nos meados da década de 1950, Manaus recebeu cinco ônibus tipo *Zeppelin*, encomendados de Belém, feitos em madeira e chapas de aço sobre chassis de caminhão e faróis nos paralamas, para 70 passageiros, com 17 janelas, vidro de correr e uma porta. Com o passar do tempo foram adotadas outras soluções para transporte de passageiros, inclusive, a “construção” de ônibus de madeira e a aquisição de veículos industrialmente preparados, chamados de rabo-quente, além das kombis-lotação. Em seguida, e até os dias correntes, fixou-se o uso de vários tipos de transporte coletivo, a reclamar melhor planejamento viário, equipamentos mais modernos e condições adequadas de circulação.

Conforme registros oficiais de 2021, Manaus dispõe de 817.726 veículos, dos quais 413.943 mil automóveis e 207.371 mil motocicletas, além de outros tipos, em crescimento constante e sem oscilações desde 2006, quando os dados indicavam cerca de 300 veículos.⁵ Trata-se do maior número de viaturas em todo o Estado e a 11ª posição no Brasil, próximo a Porto Alegre e Campinas que são imediatamente antecedentes. Essa quantidade expressiva de veículos deve ser considerada em relação a uma população residente de 1.802.014, em dados de 2010, mas que claramente maiores e na ordem de 2.255.903 habitantes em 2021.⁶

O que se percebe, então, é que a capital da hévea foi, em seu tempo mais expansivo, efetivamente moderna a serviço de uma casta que aproveitou o êxito exportador das pelas e o sacrifício dos homens fortes e bravos que se embrenharam na floresta em busca desse verdadeiro ouro sangrado das árvores.

5 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/pesquisa/22/28120>.

6 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>.

— Bernardo Cabral, um estadista da República

JÚLIO ANTONIO LOPES

A Constituição de 1988 é uma obra de gigantes, não se tem dúvidas. 61.020 emendas parlamentares, 122 emendas populares (cada uma delas com cerca de um milhão de assinaturas), 18 meses de trabalhos ininterruptos com jornada diária de 17 horas e, depois de uma ditadura, o povo brasileiro pode, enfim, forjar um estatuto fundamental num ambiente de coragem, confiança, esperança e liberdade. Na época da promulgação, quando Ulysses Guimarães, tendo ao seu lado o relator Bernardo Cabral, ergueu aos céus a Constituição e disse que ela seria o início, o meio e o fim das mudanças estruturais por que passaria o Brasil, ele simplesmente profetizava.

A nossa Carta foi considerada pela maioria dos juristas espalhados pelo mundo como a mais avançada para o seu tempo, e ainda assim o é nos dias atuais. Vários são os motivos. A primeira e principal singularidade é que ela colocou o homem em preeminência. Logo no artigo 5º, na sua abertura, portanto, em 77 incisos e 104 dispositivos (números relacionados à data de sua promulgação), o ser humano tem assegurados os seus direitos e garantias fundamentais, ao contrário da Constituição de 1967 e da Emenda nº 1 de 1969, as quais davam prioridade à organização do Estado. Outra novidade foi o alargamento do espaço democrático, ou seja, o exercício dos direitos políticos deixou de ser apenas representativo, passando a ser também participativo, com a possibilidade atribuída ao povo de tomar a iniciativa de leis e poder de veto aos projetos parlamentares através do referendo, adicionando-se a isto a figura do plebiscito. Daí porque Constituição Cidadã.

A família, a criança e o idoso passaram a contar com a proteção especial do Estado. Os direitos do trabalhador ganharam maior

projeção e respeito. A censura teve fim e a liberdade de expressão do pensamento, de informação e de comunicação ganharam status de direitos preferenciais na ordem democrática brasileira. Os índios tiveram garantidos a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, assim como o direito de terem suas terras demarcadas. A Constituição reforçou a Federação, alocou recursos para as unidades regionais (estados) e locais (municípios), arbitrando, ainda, competência tributária e dando-lhes independência financeira, com o intuito de evitar as antigas caravanas de governadores e prefeitos que iam a Brasília mendigar, de pires nas mãos, recursos para suas mínimas necessidades. Pode-se citar, dentre outros inúmeros exemplos, a seguridade social moderna, com a integração das ações pertinentes à saúde, à previdência e à assistência social.

O que dizer, então, dos direitos do consumidor, que a partir daquele momento passaram a ser respeitados, do capítulo sobre meio ambiente, louvado em verso e prosa como um dos mais completos do planeta? A Constituição criou o Superior Tribunal de Justiça (STJ); fortaleceu e ampliou os poderes do Ministério Público, cuja atuação nos últimos anos tem sido fundamental no combate à corrupção; reconheceu, ainda, a figura dos danos morais, hoje tão em voga nas lides do Judiciário. E, com o dedo especial do relator, disse que “o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Como afirmara Ulysses Guimarães em seu discurso, na promulgação da nova Carta, ela teria “cheiro de amanhã e não de mofo.”

De uma Constituição assim só podemos nos orgulhar. Ela é motivo de orgulho, não de arrependimento. A história, o tempo, realmente comandam e determinam quem tem razão. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral sofreram pressões, foram detratados também. Hoje todos sabem e reconhecem que a Constituição do Brasil é um monumento à dignidade do ser humano, que foi a sua primeira e principal preocupação.

O nosso País, desde a sua promulgação enfrentou e venceu a inflação, superou o impeachment de dois presidentes, realizou eleições livres – já são oito presidentes civis, cinco dos quais eleitos diretamente pelo povo. E já se vão 34 anos de estabilidade política. Digam

142 o que quiserem os inimigos da Constituição, não há dúvidas de que ela se provou um instrumento de grande eficiência, certamente a maior da República, para o encontro da nação com seus verdadeiros e caros objetivos.

O Brasil teve sete constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), embora exista quem considere que a Emenda nº 1, feita à Constituição de 1967, no ano de 1969, seja uma nova Constituição. O deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva foi o relator da Carta de 1824. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro I acabou por outorgá-la, com modificações. A de 1891, a primeira da República, teve como artífice o grande Rui Barbosa. A de 1934 foi fruto de uma comissão de notáveis, chamada Comissão do Itamaraty. A de 1937 foi encomendada por Getúlio Vargas a Francisco Campos. A de 1946 teve como relator Carlos Cyrillo Júnior. A de 1967 foi composta, a pedido do presidente Castelo Branco, pelos juristas Levi Carneiro, Miguel Seabra Fagundes, Orosimbo Nonato e Themístocles Brandão Cavalcante. Como se vê, delas todas, apenas quatro foram promulgadas. E, dentre elas, a de 1988, que foi construída não partindo de um anteprojeto, mas durante o próprio processo constituinte, algo inédito em nossa história, sob a liderança de Ulysses e a relatoria de Cabral.

A respeito do relator, testemunhou Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte: *“Bernardo Cabral é o relator histórico da Constituição de 1988, que tem a marca de seu talento. Por todos os lugares onde tenho passado, basta falar no nome de Bernardo Cabral para que todos batam palmas, pela sua competência de jurista, pela sua habilidade, pelo seu senso de realidade e pela defesa do direito social. Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome e sua espartana dedicação”*.

Somos gratos, enquanto povo livre, assim, a todos os constituintes, homenageados por nós ao ensejo do Bicentenário da Independência do nosso país, na figura-síntese, na personalidade-ponte, no homem cuja história de vida se cruza e se confunde com os grandes, trágicos, vitoriosos e épicos acontecimentos da história do Brasil nos últimos 60 anos: José Bernardo Cabral, o jovem deputado amazonense que foi cassado pelo AI 5, que cumpriu dez anos de ostracismo (ele não foi alcançado pela anistia), que chegou à presidência da OAB nacional e, de lá, começou a trabalhar incessantemente e com muita habilidade,

pela volta do país à democracia, que se elegeu deputado Constituinte e se tornou, eleito pelos seus iguais, o homem a quem caberia, num primeiro momento sistematizar as contribuições dos parlamentares, e, logo após, transformar-se não apenas no relator geral da Constituição de 1988, mas também no relator de sua redação final, uma missão própria dos grandes heróis da pátria, de um verdadeiro estadista da República, de uma espécie de Sólon redivivo. 143

Bernardo Cabral é membro efetivo desta Academia Amazonense de Letras (AAL), onde ocupa a cadeira de n.º 01, cujo patrono é Pericles Moraes. Em 2017, em Manaus, um grupo de juristas fundou a Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA), a “Casa de Bernardo Cabral”, onde ele figura como patrono, em vida, bem como ocupa a cadeira de n.º 01.

— Processo de independência do Brasil 200 anos

EULER RIBEIRO

Diferentemente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Com a declaração da independência, uma série de regiões no Brasil demonstrou sua insatisfação e rebelou-se contra o processo de independência. Eram movimentos “não adesistas”, isto é, movimentos que eclodiram nas províncias que não aderiram ao processo de independência e que se mantiveram leais a Portugal.

A **Independência do Brasil** foi declarada em 7 de setembro de 1822 e foi resultado do desgaste das relações luso-brasileiras a partir da Revolução do Porto de 1820. A **Independência do Brasil** aconteceu no dia 7 de setembro de 1822, e, por meio desse acontecimento, o país conquistou a sua emancipação de Portugal.

A celebração é mantida ainda hoje pela relevância que traz o 7 de setembro e marca, simbolicamente, o fim do laço de colonização que existia com Portugal. Foi o início de um novo período cultural e econômico para o país, que passava a ser uma nação autônoma.

Entre os fatores que causaram a **Independência do Brasil** podemos destacar a crise do sistema colonial, as ideias iluministas e as independências ocorridas na América Inglesa e na América Espanhola. Além disso, a própria elite agrária brasileira se beneficiaria de uma separação entre Portugal e Brasil.

A **Independência do Brasil** favoreceu grandes proprietários de terras e grandes comerciantes locais. A separação tinha como objetivo preservar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa do país, porém o restante da população ficou na mesma situação e a escravidão, infelizmente, continuava.

Com a **Independência**, o país tornou-se soberano e organizou-se como uma monarquia. Na América do Sul, o **Brasil** foi a única monarquia, pois as outras nações organizaram-se como repúblicas. Dom Pedro foi coroado Imperador e nomeado como D. Pedro I em 1.º de dezembro de 1822.

Entre as consequências do processo de independência do Brasil, podem ser mencionados:

1. Surgimento do Brasil enquanto nação independente;
2. Construção da nacionalidade “brasileira”;
3. Estabelecimento de uma monarquia nas Américas (a única no continente junto da haitiana e mexicana);
4. Endividamento do Brasil por meio de um pagamento de 2 milhões de libras como indenização aos portugueses.

Brasil completará 200 anos como nação independente em 7 de setembro de 2022. A comemoração da data nos enseja, como representantes dos trabalhadores, ressaltar o protagonismo da nossa classe e a evolução dos nossos direitos.

Foram muitas as lutas e os eventos que merecem destaque nesses 200 anos. O balanço histórico do bicentenário deve ser feito com o objetivo de avaliar quão independente o país se tornou política e economicamente desde o 7 de setembro de 1822.

A análise das dinâmicas históricas dos 200 anos desde a independência são cruciais tendo-se em vista que elas devem registrar inflexões, avanços e retrocessos que dão pistas para ações futuras, tanto por parte dos agentes políticos detentores do poder, quanto para os agentes que exigem novas demandas e direitos.

A proclamação da **Independência** brasileira, foi um passo decisivo para o início da organização do estado brasileiro. Significou soberania para que o país pudesse estabelecer suas normas políticas e sua administração pública.

Foram muitas as lutas e os eventos que merecem destaque nesses 200 anos. Nas atividades em torno desta efeméride teremos a oportunidade de dimensionar o momento histórico em que vivemos, de discutir o passado e, principalmente, o futuro que queremos para o Brasil.

...e viva o Brasil e seus 200 anos de Independência.

— José Cláudio de Mesquita, o apóstolo da heveicultura: um português na história do Amazonas

ABRAHIM BAZE

Eles vieram do além-mar. De muito longe, deixando suas aldeias, freguesias, quintas, minifúndios e suas querências ao longo de toda a Portugal. Todos, na sua maioria, de pequenas cidades do norte, de onde se originava a grande parte desses homens e mulheres que vieram estabelecer-se em Manaus e Belém. Alguns desses nomes muito familiares em nossa região, pois foram adotados por ocasião de fundação de vilas e cidades da região amazônica.

Esses imigrantes, quase todos jovens e pobres, eram filhos de agricultores e sitiantes, de numerosa família patriarcal, com rígida educação doméstica e obediente à tradição, valores familiares e principalmente, devotos de Nossa Senhora de Fátima.

Portugal não tinha mais, ao findar do século dezenove, muito futuro. Sobretudo a região norte, terra de muitos minifúndios, pertencentes a proprietários de famílias numerosas, sem terem como encaminhar seus filhos para a lavoura, uma vez que as parcelas de terras, com a subdivisão de herança se tornaria tão pequena que eram incapazes de sustentar uma família.

Assim, a fina flor de sua juventude migrava para essas regiões do Brasil, em busca de fortuna e de um futuro de dias melhores. Mais tarde, esses parentes e amigos tornavam-se sócios e parceiros no empreendimento em que trabalhavam. E dessa forma começava a sua ascensão social. Na região amazônica, em especial Manaus e Belém, além desses estabelecimentos varejistas, como os portugueses dominavam as casas aviadoras e o comércio do látex e gêneros regionais, muitos deles vinham diretamente para aprender seu ofício

como caixeiros, balconistas, viajantes e propostas dos patrões como gerente de confiança, aos quais eram entregues grandes responsabilidades comerciais.

Entre tantos portugueses que em Manaus deram uma importante contribuição na nossa economia está o comendador José Cláudio de Mesquita. Nasceu em Setubal, Portugal no dia 7 de outubro de 1858, aonde viveu sua infância e uma parte da juventude.

Em 1883, viajou para Manaus com a incumbência de fundar uma filial da Casa J. H. Andresen, um importante estabelecimento comercial da cidade do Porto, existente desde 1845.

Como cita o professor Agnello Bittencourt:

De fato em 1885, estava fundado na capital da Província do Amazonas, o estabelecimento denominado Armazéns Andresen, cujos principais negócios era a venda de vinho, ferragem e a compra da borracha. Sua prosperidade foi notável sob o dinamismo e a sagacidade ou a visão mercantil do seu fundador e gerente, despertando a absoluta confiança e apoio. A Casa Matriz era proprietária de várias embarcações, das quais duas viajavam entre Lisboa e Manaus e denominavam-se Dona Maria e Dona Amélia. Além desses barcos havia o possante rebocador Jane que viajava para o interior do Estado principalmente no rio Solimões.¹

Relata o professor Samuel Benchimol em sua obra: *Manaós-do-Amazonas: Memória Empresarial*.

José Cláudio de Mesquita deve ter emigrado numa dessas levas de patrícios por volta de 1883. Contava na época o Dr. Emílio Vaz de Oliveira, decano dos diretores da Associação Comercial do Amazonas. José Cláudio de Mesquita chegou a Manaus muito jovem, trazido pelo patrício João Andresen, grande comerciante português, de origem dinamarquesa. Os Irmãos Andresen – Alberto, Guilherme e João – com grandes armazéns no Porto e Vila Nova de Gaia, onde comerciavam vinho do Porto para a Inglaterra e Europa, tendo estabelecido em Manaus uma filial e sucursal Sociedade Anônima Armazéns Andresen (a primeira S/A existente em Manaus), tendo como diretor João Andresen e como gerente Joaquim Rodrigues da Silva Dias.²

1 BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973, p. 163.

2 BENCHIMOL, Samuel. **Manaós-do-Amazonas**: memória empresarial. Manaus: Edição do Governo do Amazonas, 1994, p. 46.

José Cláudio de Mesquita começou sua vida comercial como empregado dos Armazéns Andresen ou da firma Araújo e Rosas (antecessores de J. G. Araújo), pois sempre foi amigo do Comendador J. G. Araújo, de quem havia sido sócio na firma Mesquita e Araújo. O aprendizado foi rápido. Era um homem inteligente, sabendo bem ler, escrever e dominava a matemática. Foi trabalhador do escritório ou auxiliar de guarda-livros dessas organizações. Possivelmente se aventurou, como era comum na época, como caixeiro viajante dos Andresen e de J. G. Araújo, na visita aos fregueses e seringalistas-aviados do interior, compra de borracha, fazer acertos das reclamações e tomar os pedidos de mercadorias.

Dessa forma, cresceu na experiência do que muito lhe valeu, anos mais tarde, tendo amalhado seus primeiros contos de réis para montar o seu próprio negócio, passando a intermediar a compra e vende de gêneros regionais.

Mais tarde conseguiu comprar um prédio na Praça Tamandaré, bem próximo dos Armazéns Andresen, no prolongamento da Guilherme Moreira, de onde passou a administrar o seu próprio negócio de comissões e consignações de látex e produtos extra-tivos. “Ainda segundo o professor Samuel Benchimol, o seu negócio prosperou tanto que, do vigésimo quarto lugar como recebedor de látex em 1909, com 225.203 quilos-chegou ao sétimo lugar, em 1910, com 535.027 quilos e ao terceiro lugar em 1916, quando foi consignado 814.219 quilos.³

Nesses dez anos de intensa atividade comercial, a firma Mesquita e Cia, de propriedade de José Cláudio de Mesquita, conseguiu formar grande lastro de capital, com média anual de vendas de 6,8 milhões de libras esterlinas, sendo que, no auge de 1910, chegou a faturar 17,9 milhões de libras esterlinas. Sem dúvida foram anos difíceis, de muito trabalho para alcançar essa posição, como ocorria com a maioria dos seus patrícios e outros imigrantes daquela época. No dia 15 de junho de 1916, fundou a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria de Manaus, sob a Presidência de J. G. Araújo, Vice-Presidência de José Cláudio de Mesquita e Secretariado por Antônio Danilo Mattos Areosa. Esta

3 BENCHIMOL, Samuel. **Manaós-do-Amazonas**: memória empresarial. Manaus: Edição do Governo do Amazonas, 1994, p. 46.

instituição tinha por objetivo estreitar as relações comerciais luso-brasileira, desenvolver o intercâmbio entre dois países e promover a exportação dos produtos comerciais. 149

José Cláudio de Mesquita inventou a “faca amazônica”, que ele foi aperfeiçoando a ponto de fabricantes ingleses passarem a adotar seu modelo para produzi-la em série e exportar para os seringais amazônicos e asiáticos. A introdução desse novo tipo de faca veio salvar as seringueiras de destruição causada pelos golpes da machadinha, responsáveis pela destruição de muitos seringais. A “faca amazônica”, sem dúvida foi o maior avanço em termos de desenvolvimento sustentado da economia gomífera, pois permitiu, com esse novo instrumento e com o novo corte, aumentar a produtividade das árvores sem danificar o seu lenho e seu caule, que a partir de então eram rapidamente cicatrizados, em substituição a antigas práticas destrutivas e predatórias.

José Cláudio de Mesquita presidiu a Associação Comercial do Estado do Amazonas no ano de 1899, em companhia de outros nomes importantes da vida comercial da cidade de Manaus, tais como: Bertino de Miranda Lima – 1º secretário, Alfredo Moura Alves – 2º secretário, José Rodrigues Cardoso – Tesoureiro e os diretores Nicolau Witt e Antônio Joaquim da Rocha.

AMPARO AOS FLAGELADOS DO NORDESTE

Ainda na revista da Associação Comercial se destaca a solicitação para cooperar na prestação de assistência as populações nordestinas, castigadas pelo flagelo das secas, a diretoria da Associação Comercial do Amazonas, no exercício do ano 1900, se fez presente com o dever humanitário, prestando sua ajuda financeira a esses irmãos nordestinos, como destaca a Revista do Centenário dessa Instituição.

Excelentíssimo senhor presidente e demais membros da Associação Comercial do Ceará. Em resposta ao vosso atencioso ofício de 10 de setembro último em que foi solicitado para abriremos subscrições em favor das vítimas da seca nesse Estado. Comunico-vos que nesta data remetemos a essa corporação por intermédio do Banco Comercial do Ceará, a quantia de 1:000 \$ 000, angariada entre os membros desta diretoria. Lamentando não podermos anuir ao vosso pedido de promover e angariar por meios de subs-

crições, como era de nosso maior desejo, quantia mais avultada, visto já ter o comércio desta capital contribuído para tal fim. Apresentamos a vossa senhoria os protestos de nossa estima e consideração. Saúde e fraternidade. J. C. Mesquita – Presidente, J. J. R. Martins – 1º Secretário, Luís Eduardo Rodrigues – 2º Secretário.⁴

NOMES QUE SE PROJETERAM

Ainda na revista da Associação Comercial na década de 1891 a 1900 faz-se mister colocar em destaque, dentre outros já referidos anteriormente, dois nomes que se projetaram no cenário econômico local como figuras merecedoras da gratidão e do respeito de seus coevos, por sua incansável e esclarecida dedicação ao Amazonas, visando a solução dos problemas que mais profundamente afetavam ou viriam a comprometer a estabilidade de sua economia. São eles: José Cláudio de Mesquita, o Apóstolo da Heveicultura e Bertino de Miranda, que se exornariam de amplos conhecimentos, como economista, historiador e jornalista. Seus retratos se incluem neste documentário, como indispensável homenagem.⁵

PRIMEIRO CAMPO EXPERIMENTAL PARA A CULTURA DA SERINGUEIRA

Não se pode acusar a Associação Comercial do Amazonas de inércia ou alheamento, face ao avanço da produção asiática de borracha, resultante do desenvolvimento da plantação das seringueiras nos territórios coloniais de Ceylão (onde foi feita a primeira experiência de adaptação) Malásia, Java, Singapura, Indochina e outros.

Impulsionada pelo esclarecido idealismo de José Cláudio de Mesquita, iniciou seus próprios ensaios, fazendo plantar entre terreno situado o atual Boulevard Amazonas e a rua José Cláudio de Mesquita onde corriam outrora os trilhos dos bondes elétricos da antiga Manáos Tramways And Light Co. Ltda., a plantação de mais de uma centena de seringueiras, cujos remanescentes

4 REVISTA. Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas. 18 de Junho de 1971. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1971, p. 55.

5 REVISTA. Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas. 18 de Junho de 1971. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1971, p. 56.

ainda hoje enfeitam referido local. Era o exemplo em termos concretos, apontando o caminho a seguir por todos quantos, nos escalões da administração pública e no seio da iniciativa privada, deviam preservar nossa posição de grandes produtores de borracha, iniciando a heveicultura com recursos naturais e a força do trabalho de que poderíamos dispor para esse fim.

As advertências dos entendidos e a documentação prática da viabilidade da formação de seringais de cultura não foram ouvidas, acabando por gerar a catástrofe, que arruinou a Amazônia.

Ao mesmo tempo em que se iniciava a primeira plantação de seringueira, era instituído igualmente por sugestão do Comendador José Cláudio de Mesquita, “dia da seringueira”, a ser festejado juntamente com “dia da árvore”, a 24 de junho de cada ano.⁶

PROJETO EXPERIMENTAL SERINGAL MIRY

José Cláudio de Mesquita não se limitou, no entanto, a escrever e apoiar importantes memórias e relatórios sobre a crise e as soluções para sair dela, ele partiu logo para o exemplo e a ação. Plantou, em 1911, em um terreno de sua propriedade, no Boulevard Amazonas, hoje esquina da Avenida Djalma Batista, o Seringal Miry, cujo objetivo era apresentar um projeto-piloto de plantação e campo de estudo, onde pudesse fazer experiências de sua “faca amazônica” e o estudo de novos cortes de sangria e coleta de látex. Nesse local, plantou noventa e três seringueiras em fileiras, numerando-as para observar o seu crescimento e comportamento perante as doenças e pragas, e depois quando crescidas para verificar o seu rendimento e produtividade.

Este seringal experimento, foi criado e financiado pelo próprio José Cláudio de Mesquita, tinha o objetivo de treinar a mão de obra no local e servir de exemplo para outros seringalistas grandes e pequenos. Neste local, ele teve oportunidade de analisar o crescimento das árvores e sustentar a viabilidade desse empreendimento, pois em terras não apropriadas em ambiente urbano, as seringueiras tiveram bom desempenho sob a supervisão técnica do Dr. Angelino Bevilacqua. Ele não se limitou a ver, ainda em vida, o resultado do seu esforço com a

6 REVISTA. Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas. 18 de Junho de 1971. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1971, p. 79.

152 introdução em larga escala a “faca amazônica”, do corte, sangria e da plantação experimental Seringal Miry.

O seu objetivo era mais audacioso, pois desejava ver a heveicultura implantada em nosso Estado. Para tanto, criou o “Clube da Seringueira” que, conforme carta circular que foi divulgada em 30 de maio de 1916, tinha o objetivo de reunir produtores e industriais do látex. Através desse “Clube da Seringueira”, no dia 17 de junho de 1914, em plena crise do látex, ele comemorou, solenemente, pela primeira vez em Manaus, o “Dia Da Borracha”, com direito a discursos oficiais do Governador da época, Jonathas Pedrosa, do Superintendente Municipal Jorge de Moraes e do Presidente da Associação Comercial, Raphael Benoliel, cujo discurso era profissão de fé e esperança no futuro do Amazonas através da Seringueira.

Na sessão da Associação Comercial do Amazonas realizada no dia 6 de novembro de 1923 foi prestada uma significativa homenagem póstuma a uma das mais destacadas figuras do cenário empresarial amazonense da época que durante muito tempo exerceu cargos diretivos.

A diretoria da Associação Comercial do Amazonas, profundamente penalizada pelo passamento do saudoso companheiro e amigo que foi José Cláudio de Mesquita lançam voto de pesar nesta ata, em homenagem a sua memória e paz a sua alma.⁷

Bento Carqueja, professor e jornalista, proprietário do Jornal *O Comércio do Porto*, procurou instituir uma reputação jornalística de isenção e de credibilidade introduzindo profundas mudanças. Pela primeira vez, usou correspondentes de grandes vultos da cultura nacional à época, criou bibliotecas e instituiu o jornal *O Lavrador* em 1903, folha mensal gratuita dedicada aos agricultores e patrocinada, à época por José Cláudio de Mesquita, que por sua vez se envolveu e patrocinou a Fundação de Escolas Agrícolas Móveis. José Cláudio de Mesquita embora vivendo no Amazonas preocupava-se com o desenvolvimento de sua terra.

7 REVISTA. Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas. 18 de Junho de 1971. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1971, p. 98.
Valiosas informações cedidas por Selma Vasquez de Mesquita Silva (Bisneta do Comendador José Cláudio de Mesquita).

— A Semana de 22 e suas reverberações no Amazonas

ZEMARIA PINTO

Agradeço à organização pelo convite e pela confiança em mim depositada. Afinal, o tema Modernismo tem sido, na minha trajetória, motivo de polêmicas, e esta fala irá repercuti-las.

“Conheceréis a verdade e ela vos libertará”. Que me perdoe o evangelista João, que não conhecia Hegel, mas isso é uma falácia. Só a dúvida liberta! Como crítico, aprendi que minha opinião é sempre uma construção de dúvidas, não de certezas. E se a verdade tem dois lados, devo duvidar de ambos para construir minha síntese. Isto é dialética. E mais: se a verdade é uma abstração, a única certeza é a dúvida. Viva a dúvida!

O verbo reverberar, usado no título da palestra, significa, no contexto, repercutir, ecoar – o som. O barulho produzido pela Semana de Arte Moderna, que aconteceu em São Paulo, em fevereiro de 1922, se fez ouvir por muito tempo, no Brasil e no Amazonas. É sobre isso que iremos falar.

A INDEPENDÊNCIA E O MODERNISMO: FICÇÕES

2022 marca não apenas o centenário da Semana de Arte Moderna, mas também o bicentenário da Independência. Duas ficções. Explico.

O Brasil não ficou independente em 1822, pelo simples fato de que continuamos devendo vassalagem ao reino de Portugal, tendo inclusive de ceder D. Pedro (que aqui era primeiro e em Portugal, apenas o quarto), deixando o país à deriva. Independência mesmo foi a implantação da República, em 1889, derrubando o segundo Pedro e instalando a primeira ditadura militar republicana do país, quando as chamadas forças armadas, assim me parece, tomaram gosto pela coisa.

Quanto à Semana de Arte Moderna, foi um fracasso enquanto festa, pautada por muitas vaías, até porque o Modernismo já não era novidade, pois existia havia uns bons cinco anos. Mas, os paulistas souberam usar a história para nos impor o seu modernismo, que precisava das paradoxais bênçãos do arcebispo, de um lado, e do Partido Comunista, de outro. Na década de 1930, o Partido Integralista (nazi-fascista) também entrava na bacanal – e me perdoem o palavreado, mas direita, esquerda ou isentões, os modernistas eram todos sacerdotes de Baco ou Dioniso, conforme veremos adiante.

O MODERNISMO

Precisamos definir o que é o Modernismo: um conceito-mala, onde são acomodados vários conceitos – incompatíveis entre si e até mesmo antagônicos, excludentes. O ponto de convergência desses conceitos-movimentos é a rejeição ao Academicismo, em favor de uma arte nova, experimental.

Impressionismo, Fauvismo, Primitivismo, Expressionismo, Cubismo, Futurismo, Dadaísmo, Construtivismo, Surrealismo... A velha arte acadêmica europeia chegara numa encruzilhada: o mais do mesmo ou o desconhecido.

Lembrando Nietzsche, na formulação da evolução da arte pela dualidade Dioniso X Apolo – alegria e embriaguez; equilíbrio e disciplina – os modernistas do Velho Mundo optaram pelo bom Dioniso, que também atendia pelo antropônimo latino Baco, e caíram na farra bárbara do que os nazistas classificariam mais tarde como “arte degenerada”.

Na literatura, esse processo se dá em paralelo ao que acontecia nas artes plásticas.

Aliás, por motivos óbvios, embora seja imprescindível fazer referências às artes plásticas – tema de um debate, à tarde, com a professora Luciane Páscoa e o professor-artista Otoni Mesquita –, vou-me ater nesta fala ao Modernismo na Literatura.

Saindo do Realismo-Naturalismo e do Parnasianismo a que fora confinada no último quartel do século 19 – a literatura no Brasil começa a mudar com o Simbolismo de Cruz e Sousa, avançando pela ficção de Lima Barreto, trazendo o protagonismo negro e pobre ao prosaísmo.

Euclides da Cunha – que já denunciara o genocídio de Canudos, no magnífico **Os Sertões** –, em breve passagem pela Amazônia, escreve as mais contundentes páginas sobre a degradação a que era submetido o trabalhador dos seringais. E no bojo dessa mudança, a poesia expressionista de Augusto dos Anjos, a melhor tradução em língua portuguesa da revolução iniciada por Baudelaire, em meados do século anterior – e isso foi chamado de pré-Modernismo.

VIVA A VAIA! O ESQUISITO COMO PARADIGMA

“Toda unanimidade é burra!”, diria Nelson Rodrigues 20 ou 30 anos depois, mas os modernistas descobriram isso na carne: para eles, a vaia era termômetro de inovação.

Eu disse, há pouco, que o Modernismo já existia havia uns bons cinco anos antes de 1922. Ignorando as histórias oficiais e oficiosas, guardo comigo a certeza de que o movimento que se convencionou chamar de Modernismo no Brasil começa mesmo em 1917 – em plena Primeira Guerra Mundial e sob o choque da Revolução Bolchevique –, ainda que com vários acontecimentos isolados, e sem muita conexão uns com os outros. Os fatos.

O lançamento do livro **Juca Mulato**, de Menotti del Picchia, cujo nacionalismo exacerbado viria depois a se tornar em fascismo, dá ao país um herói caipira, fora dos padrões afrancesados da época. É do mesmo ano **Há uma gota de sangue em cada poema**, de um certo Mário Sobral, pseudônimo de um tímido Mário de Andrade, que mereceu uma crítica consagradora de Manuel Bandeira: “o livro é ruim. Mas de um ruim esquisito.” Naquele mesmo ano, Bandeira lança seu primeiro livro, **A cinza das horas**, predominantemente simbolista, mas de um simbolismo esquisito..., onde poemas como “Cartas de meu avô”, “Poemeto irônico”, “Poemeto erótico” e “O anel de vidro” parecem querer saltar em busca de outros livros futuros do autor. É de 1917, a gravação de **Pelo telefone**, o primeiro samba gravado (na verdade era um maxixe), numa época em que sambista era sinônimo de marginal. De autoria controversa, passou para a história como de Donga e Mauro de Almeida. 1917 registra ainda o início do movimento sufragista pelo voto feminino, o que só viria a se concretizar, acreditem, 15 anos mais tarde, e, paradoxalmente, sob a ditadura de Vargas.

Mas, o acontecimento mais importante daquele ano não foi na literatura e sim nas artes plásticas: a exposição de Anita Malfatti, que, após períodos de estudos na Alemanha e nos Estados Unidos, voltara ao Brasil para botar fogo no arraial, pintando sob a influência devastadora do Expressionismo. Monteiro Lobato, nacionalista doente, com tendências ligeiramente à esquerda, não gostou do que viu e publicou um texto violento e covarde intitulado “Paranoia ou mistificação?”. Foi a consagração de Anita, e a verdadeira fundação do Modernismo, unindo no mesmo bloco os Andrade Mário e Oswald, e um grupo significativo de artistas e escritores, representantes de várias tendências estéticas e ideológicas, que, cinco anos depois, dariam um cunho oficial ao Modernismo, com a Semana de Arte Moderna.

VIVA A VAIA! O FILHO MODERNISTA MATA O PAI PARNASIANO

É importante dizer que havia alguma coisa no ar, além dos aviões de carreira, como diria o Barão de Itararé. O poema-ícone do Modernismo, “Os sapos”, de Manuel Bandeira, que seria consagradoramente vaiado na Semana de Arte Moderna, foi publicado no livro **Carnaval**, de 1919, onde o Simbolismo já cederia lugar a algo ainda inominado, anunciado no poema de abertura do livro, “Bacanal”: “Quero beber! cantar asneiras / no esto brutal das bebedeiras...”

Em 1918, Monteiro Lobato, o antimodernista radical e covarde, lança o moderníssimo **Urupês**. Em 1919, Lima Barreto publica **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Em 1920, realiza-se a exposição de Victor Brecheret onde se destaca uma “Cabeça de Cristo com trancinhas”, comprada por... Mário de Andrade.

Em 1921, Mário de Andrade publica uma série de sete ensaios, intitulada “Mestres do passado”, onde, com irônica reverência, prestem atenção no paradoxo, desconstrói criticamente o mito do Parnasianismo. A vaia solitária de Mário de Andrade ecoa até hoje na alma dos parnasianos, que são lidos, por quem não entende de poesia, como equívocos estéticos, quando devem ser lidos associados ao seu tempo, à sua época. Não se iludam: os parnasianos deixaram poemas de altíssima extração. Vocês só terão o trabalho de descobri-los; afinal,

cem anos de menosprezo não se apagam com as minhas duvidosas palavras. 157

Finalmente, 1922: o ano da festa. E o que vem depois é história, como a desavença, na década de 30, entre antas (fascistas) e antropófagos (mezzo comunistas, mezzo carolas-católicos, tutto tropicalistas) – muito atual.

O MODERNISMO CONSTRUÍDO A PARTIR DA AMAZÔNIA

Dois livros seminais do Modernismo nasceram a partir do imaginário amazônico: **Macunaíma** (1928), do paulista Mário de Andrade, e **Cobra Norato** (1931), do gaúcho Raul Bopp. Haveria muito o que falar sobre ambos, mas vamos nos limitar a um breve registro, procurando despertar em quem não os conhece a curiosidade de descobri-los.

Macunaíma, a personagem, foi colhida na obra de Koch Grönnberg, **De Roraima ao Orinoco** (1917), mas esse não é o único intertexto da obra, não à toa classificada pelo autor como “rapsódia” – que, em música, é uma miscelânea de composições ligadas a determinada cultura. O Macunaíma de Mário de Andrade é uma alegoria caricatural do homem brasileiro, especialmente de suas vilanias. Se fosse grego, Mário escreveria sobre as safadezas de Zeus; italiano, Júpiter. Brasileiro, só lhe restava Macunaíma – ou Poronominare ou mesmo o perverso Jurupari.

De passagem por Belém, onde morou por cerca de um ano, Raul Bopp tomou contato com **Poranduba Amazonense** (1890), de João Barbosa Rodrigues, bem como com **Lendas em Nheengatu e Português** (1926), de Antônio Brandão de Amorim, livros até hoje indispensáveis para o conhecimento da mitologia amazônica. Mas, foi em uma lenda que não estava em nenhum desses livros, que Bopp se baseou, por via da literatura oral: a estória da Cobra Honorato ou Cobra Norato, como o povo a simplificava.

Como fizera Mário de Andrade, Bopp reinventa a lenda: uma voz lírica narradora (um “eu lírico”) estrangula Cobra Norato, enfia-se em sua pele e sai “a correr mundo”, em busca da filha da Rainha Luzia. Se a voz lírica do poema é o poeta, podemos inferir que é uma representação da apropriação da cultura local pelo homem branco brasileiro – um lance típico da antropofagia modernista.

O Amazonas não ficaria alheio ao que acontecia em São Paulo e repercutia em outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Pará. O processo foi lento, começando exatamente em 1922, mas sem nenhum vínculo com a Semana de Arte Moderna, e se estendendo até 1935, com a publicação do verdadeiro marco do Modernismo no Amazonas, o livro **Ritmos de inquieta alegria**, da menina Violeta Branca, que passava para trás os machões encastelados nas torres de marfim de uma arte retrógrada e sintonizava a nossa literatura com o Modernismo. Mas, um passo de cada vez.

PSICANÁLISE NO INFERNO OU O AMAZONAS TAMBÉM É
MODERNISTA

No dia 7 de setembro de 1922, comemorando o centenário da tal Independência, o Diário Oficial do Amazonas publicava um longo poema narrativo, com 978 versos decassílabos e esquema rímico irregular, dividido em nove capítulos, que mostram a jornada do cearense Militão, uma alegoria dos milhares de nordestinos que eram recrutados para suprir a mão de obra nativa, insuficiente para atender à demanda dos seringais. O autor, Octavio Sarmiento, que morreria quatro anos depois, só teria um livro publicado 81 anos depois de sua morte, em 2007: **A Uiara & outros poemas**, organizado por este locutor que vos fala.

O porquê do esquecimento? A saga de um nordestino pobre, que vivencia a experiência da morte cara a cara e depois enlouquece de paixão e de desejo, não era, definitivamente, para os padrões da época, um tema nobre. Embora, por vezes, exagerando nas cores, **A Uiara** é um poema sóbrio, antecipador de toda a literatura que viria na sequência. Com toques da nascente psicanálise, Sarmiento mescla à paisagem – ora infernal, ora edênica – aspectos diversos da mitologia amazônica, construindo uma alegoria do que fora, na virada do século, a economia baseada no produto da seringueira. Não resisto ao paralelo com **Juca Mulato**, o poema de Menotti Del Picchia que, em

1917, retoma a temática regionalista, esquecida desde os românticos, e antecipa o Modernismo, trazendo a vida do homem comum para a poesia. 159

REVOLUÇÃO FRUSTRADA

Um autor que merece destaque no nosso incipiente modernismo – não pela sua poesia ou sua ficção – é Álvaro Maia. Seu ensaio **Canção de fé e esperança**, de 1923, mistura política e poesia com raro equilíbrio. Articulado em três níveis distintos – passado, 1823, emancipação, frustrada, do Pará; presente, 1923, em plena agitação tenentista; e futuro, 2023 –, o jovem político e poeta, inconformado com a depressão econômica que fazia definhar o Amazonas, instigava os seus pares, pois só a eles cabia a construção do futuro. Álvaro Maia prega a revolução e até mesmo o separatismo, ao pensar no Amazonas do futuro, exatamente o momento que vivemos agora. Será?

A GRÉCIA NUNCA FOI AQUI

A **Uiara** é a fundação do Modernismo no Amazonas. Mas, isso fica entre a gente. A crença geral é de que esse marco inicial é o insípido **Poemas amazônicos** (1927), de Pereira da Silva, uma miscelânea romântico-parnasiano-simbolista, vazada, às vezes, em versos livres e brancos, o que dá a falsa impressão de modernismo. Não se lhe nega qualidade poética, mas falta-lhe uma conexão com a própria contemporaneidade: amazônicos, seus poemas estão ligados a um panteísmo helênico, que soa falso e ingênuo, quase desonesto. À época com 35 anos, poderia ser um aprendizado, mas, o poeta desistiu das musas e foi ser deputado federal, onde, aliás, se deu muito bem: para quem não sabe, Pereira da Silva é o pai da Zona Franca de Manaus – para o bem e para o mal.

UM MODERNISTA A SER ESTUDADO

Não podemos falar sobre Modernismo no Amazonas, sem nos referirmos a Clóvis Barbosa, um modernista a ser resgatado, editor das revistas **Redenção**, **Equador** e **A selva**. Todo mundo já ouviu falar, mas ninguém viu. Eu elejo, proclamo e desafio: o paraibano Clóvis Barbosa é um caso a ser investigado pelos pesquisadores da literatura

160 amazonense. Aliás, logo mais, à tarde uma mesa formada pelos escritores Márcio Souza e Aldisio Filgueiras debaterá o trabalho de Barbosa. Entre os seus colaboradores, estavam Álvaro Maia, Pereira da Silva, Violeta Branca, Nunes Pereira, Dalcídio Jurandir e Abgvar Bastos – e também Mário de Andrade, Jorge Amado, Tristão de Athayde e Raul Bopp, entre muitos outros.

A VISITA DE MÁRIO DE ANDRADE AO AMAZONAS – E VIVA A VAIA!

Em uma viagem de recreio que o *workaholic* Mário de Andrade transforma em viagem de trabalho, ele passa três vezes por Manaus, entre 5 de junho e 21 de julho de 1927: inicialmente, a caminho de Iquitos, no Peru; depois, indo a Guajará-Mirim, então no Mato Grosso; finalmente, o retorno, em direção a Belém.

Mário escreveu as memórias dessa viagem no livro **O turista aprendiz** (1977, póstumo). Mas, essa viagem, ao contrário do que reza a lenda, não tem nada a ver com **Macunaíma**: ele pesquisava o folclore amazônico, especialmente a música. Em paralelo às farras incontáveis contam-se diversos encontros com o paraense Raimundo Moraes, que aqui morava, e o já citado Clóvis Barbosa. Em Humaitá, ele conhece Sérgio Olindense, autor de **Sinfonia Verde** (1922), que causou boa impressão em Mário.

No retorno a São Paulo, último dia em Manaus, Mário recebe a visita, segundo um de seus biógrafos, de um “grupelho antimodernista, chefiado por João Leda, da Academia Amazonense de Letras, que puxou um início de vaia”.¹ Aquela vaia era a consagração amazônica de Mário de Andrade!

A FLOR-MULHER

Violeta Branca, aos 20 anos, publica, em 1935, **Ritmos de inquieta alegria**, um livro libertário de uma jovem madura, lírico sem ser sentimental, sensual sem ser vulgar. Violeta é um “luminoso poema de mocidade e sol”, para defini-la com um verso de sua própria autoria. Trabalhando diversos aspectos do imaginário amazônico,

1 TÉRCIO, Jason. **Em busca da alma brasileira**: biografia de Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p. 268.

o espaço disponível é pequeno para dar a dimensão da poesia dessa 161
mulher, cuja voz só encontraria eco mais de 40 anos depois, quando
Astrid Cabral começa a publicar sua poesia. Tratem de lê-las.

CLUBE DA MADRUGADA: VIDA INTELIGENTE NO ENTORNO DO TEATRO AMAZONAS

O movimento que convencionamos chamar de Clube da Madrugada jamais foi um movimento estético no sentido que o léxico dá a palavra, como “padrão ou corrente de pensamento buscando a evolução de uma ou mais áreas do conhecimento humano”. Antes, o Clube da Madrugada começou como um movimento no sentido de “conjunto de ações visando, explicitamente, mudanças políticas e sociais”.² A partir desta acepção, afirmamos que o Clube da Madrugada começou como um movimento político, que só muito depois enveredou pela trilha estética, mesmo assim, de forma desorganizada, sem se constituir em uma trilha uniforme, mas se multifacetando em vários caminhos. O que, aliás, foi enriquecedor, pois o Clube nasce de uma contradição: sem perspectivas de futuro, aos jovens amazonenses – na expressão cunhada pelo sábio Djalma Batista – só restava o “êxodo anual”, a senha para buscar outras formas de vida fora do entorno do Teatro Amazonas. O Clube da Madrugada amadurece durante cinco anos, até o ato formal, que de formal não teve nada, da sua fundação, pelos que não aderiram ao êxodo, em 22 de novembro de 1954. Até nisso, nesses cinco anos de amadurecimento, eles quiseram ser modernistas. Mas, não eram. Do ponto de vista estético, a literatura do Clube está ligada à geração de 1945, formalista e antimodernista – embora não assumam isso, porque era muito antipático ser antimodernista. Aliás, o é até hoje. Registrem-se as mais notáveis exceções: olhando para o Brasil, a obra de João Cabral de Melo Neto; no Amazonas, o livro **Frauta de Barro**, de Luiz Bacellar, que tem traços modernistas marcantes.

Do ponto de vista estético, o Clube da Madrugada não tinha um ideário definido. Na poesia, por exemplo, as vertentes se bifurcam – inicialmente, existencial (Bacellar, Tufic e Antísthenes Pinto)

2 Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.

162 e mística (Farias de Carvalho); posteriormente; telúrica (Elson Farias, Bacellar e Alcides Werk) e engajada (Alcides Werk, Alexandre Otto e Farias de Carvalho).

Numa síntese meramente didática: o Clube era modernista na ideologia e Geração de 45 na estética.

Ressalte-se que o jovem poeta Thiago de Mello, a rigor, não era do Clube, embora fosse da geração fundadora do mesmo. Aderindo ao êxodo anual, fora para o Rio de Janeiro no início dos anos 1940, com o intuito de estudar medicina, e menos de uma década e meia depois já era considerado uma das maiores vozes da poesia brasileira. Em conversas informais, entretanto, Thiago afirmava-se membro do Clube, mesmo a distância.

OS CEIFADORES PRECISAM APRENDER A SEPARAR O JOIO DO TRIGO

As três gerações que construíram a história do Clube da Madrugada – com ênfase na literatura e nas artes plásticas – constituem um fenômeno a ser explicado, partindo do princípio científico de que milagres são apenas improbabilidades estatísticas. Mas, outras gerações vieram à luz, como não poderia deixar de ser, inferiores numericamente, mas de qualidade estética a ombrear com a linha de frente do Clube.

Temo, entretanto, pelo que tenho observado, que o filtro da qualidade não esteja adequado. A novíssima geração de analistas e críticos, da qual vocês fazem parte, tem por obrigação regular esse filtro e estudar a literatura que merece assim ser chamada. Cabe a metáfora do evangelista Mateus: no tempo da colheita, é preciso separar o joio do trigo.

1972, UM ANO PARA ESQUECER, MAS QUE NÃO ME SAI DA LEMBRANÇA

Eu fiz 15 anos em 1972. Meu primeiro ano no Científico, hoje Ensino Médio, no Colégio Estadual. A ditadura militar completava 8 anos, de um total de 21. Mas, ainda não sabíamos quando ela iria acabar. A oposição estava destroçada. Um último foco de resistência, que vinha sendo preparado há tempos, começava naquele ano na

região do rio Araguaia. Seria feito em pedaços também. Eu não tenho saudades dos meus 15 anos. Eu não tenho saudades de 1972. 163

Mas, 1972 marcou também o sesquicentenário da Independência e o cinquentenário da Semana de Arte Moderna. Lembro de uma discussão bizantina sobre se era melhor usar tricinquentenário ou sesquicentenário. Ganhou a segunda. A ditadura explorou a data, fez festa o ano inteiro e continuou, na calada da noite, matando quem se opunha a ela. Acho que foi a partir daí que comecei a achar que a Independência fora uma farsa.

Quanto ao cinquentenário da Semana de Arte Moderna, foi motivo de festa também e de muito debate. A Semana continuava rendendo frutos nas artes plásticas, no teatro, na música e até no cinema. A década de 1960, mesmo sob censura criminosa, fora riquíssima em reverberações da Semana, com o Teatro Oficina, ainda em atividade hoje sob a liderança de Zé Celso, e o Tropicalismo, de Gil, Caetano, Gal e Tom Zé – todos oitentões ou quase, e em atividade. Muitos artistas foram presos, torturados, exilados. E produziam-se polêmicas, muitas polêmicas. Uma delas, hoje risível, discutia a importância da obra de Oswald de Andrade, um “comunista burguês”. A verdade é que, qualquer que seja o juízo estético, a obra do controvertido Oswald tem um valor histórico inestimável.

1972, em que pese a sombra da ditadura, é um ano que não me sai da lembrança. Estamos agora mesmo falando da Semana, que completou 100 anos. E precisamos fazer festas, muitas festas, para o bicentenário da Independência não se transformar em uma armadilha para sequestrar a democracia. Sim, uma ditadura é o sequestro da democracia, porque destruída a democracia não será, jamais. A ditadura instaurada em 1964 matou centenas de democratas, mas não matou a democracia. Hoje, mais forte que nunca, não será um celebro qualquer que irá novamente sequestrá-la, cumprindo-se o vaticínio de Chico Buarque, em canção de 1977, ao referir-se ao monstro apocalíptico da antidemocracia: “um dia **ele** vai embora, maninha, pra nunca mais voltar.”³

Muito Obrigado!

3 “Maninha”, gravada pela primeira vez por Miúcha, Tom Jobim e Chico Buarque, no LP **Miúcha & Antonio Carlos Jobim**, de 1977.

— Comemoração da Semana de Arte Moderna

MARCOS FREDERICO

Em fevereiro de 1922, entre os dias 13 e 18, aconteceu a Semana de Arte Moderna em São Paulo – fato, aliás, mais que conhecido entre todos os que se interessam por Literatura e por qualquer estudante dos cursos de Letras.

Nomes seminais do movimento e da cultura brasileira despontaram na ocasião, que teve um antecedente igualmente famoso: a chamada Exposição Malfatti, na qual a pintora Anita Malfatti exibiu quadros escandalosos para a época e que, para nós, nenhum escândalo causa. A partir da repercussão (positiva e, no mais das vezes, negativa) das telas de Anita, congregou-se o grupo que estabeleceria o Modernismo no Brasil.

Por sinal que os modernistas não se chamavam, no início, “modernistas”, mas “futuristas”, graças à influência exercida pelo franco-egípcio Tommaso Marinetti. A mudança de nome ocorreu a partir de um artigo de Oswald de Andrade, segundo revela Mário da Silva Brito, na *História do Modernismo brasileiro*, volume I. Nesse livro, lê-se que Oswald escreveu um artigo sobre Mário de Andrade, intitulado “Meu poeta futurista”. Nele, o “gordo” transcreveu o poema “Tu”, louvando o que estava escrito. Esse poema, desenvolvido sob as novas concepções de poesia, que não deve utilizar a linguagem cotidiana, mas sim signos linguísticos que causem estranhamento ao leitor, não podia ser entendido.

“Tu” fala sobre a cidade de São Paulo, a quem trata cerimoniosamente ou de modo esculachado – tentativa de mostrar o lado bom e o lado podre da cidade. O texto causou estranhamento demais e o pobre Mário de Andrade sofreu consequências: por onde passava, as

165
pessoas se cutucavam e diziam, em tom de escárnio e deboche: “Lá vai o poeta futurista”. Alunos foram retirados pelos pais dos cursos de música ministrados por Mário, porque não os queriam estudando com um maluco. As consequências não foram só morais, mas também financeiras. Daí que o termo “futurista” se tornou inviável, sendo substituído pelo termo “modernista”.

Se isso aconteceu com o autor de um clássico imortal da cultura brasileira, como o é *Macunaíma*, nossa *Odisseia* às avessas, pois trabalha com um anti-herói e não com o poderoso e esperto Ulisses, se isso aconteceu com o nosso Homero, que é Mário de Andrade, imagine-se a repercussão nas províncias culturais, como o eram (e ainda o são) o Amazonas e o Pará.

É difícil, senão impossível, reviver com precisão o clima na Manaus da terceira década do século XX. Mas podemos fazê-lo por aproximação, através de documentos. A propósito, ainda ontem, no grupo de WhatSapp da Academia Amazonense de Letras, o acadêmico Elson Farias postou uma mensagem significativa a propósito do nosso tema. Referindo-se à edição do primeiro número da revista da Academia, datada de 1920... Vejam bem: 1920, dois anos antes da Semana de Arte Moderna. Isso significa que, antes de 1922, o Modernismo já eclodira e a Semana, programada para o ano emblemático de 22 (repito), tinha a intenção de fazer coincidir com o centenário da independência do Brasil o início de nossa independência nas artes. Não importa que as novas concepções tenham sido originadas na Europa. Importa, sim, que o Modernismo nos renovou.

Mas como eu ia dizendo, antes de divagar: ainda ontem, no grupo de WhatSapp da Academia Amazonense de Letras, o acadêmico e poeta Elson Farias (a quem agradecemos pela informação) postou uma mensagem significativa a propósito do nosso tema. Referindo-se à edição do primeiro número da revista da Academia, datada de 1920, registra:

“Na edição de sua primeira revista, lançada em julho de 1920, a Academia abrigava dois textos claramente marcados pelas novas linhas do fazer estético inaugurado pelo movimento modernista. São os poemas “Laranjeira”, de Genésia Cavalcante, e “A França (um sonho)”, de Th. Vaz. Ambos são lançados em versos livres, na linha de 22. “Laranjeira” ainda

166 detém nos versos um tom solene próprio do comportamento da velha escola, mas “A França”, embora guarde na prosódia traços do formalismo vocabular corrente na época, desenvolve-se em linguagem em certos passos coloquial. O que se percebe é que a Academia, ainda que se orientasse sob o tirocínio do movimento simbolista, de que mestre Pericles Moraes era um dos seus mais fervorosos cultores, não se isentava de apoiar as manifestações artísticas do processo criador. A Semana de 22, portanto, não mexeu em nada quanto ao modo de ser conservador de que era apontada a Academia. Em 1937 ingressava nos seus quadros, aos 25 anos [ou aos 22, segundo os dados biográficos de que disponho] [ingressava nos seus quadros], ninguém menos que Violeta Branca, a autora de *Ritmos de inquieta alegria*, o primeiro bom livro da poesia moderna amazonense. A Academia, portanto, nada registrou de negativo quanto ao movimento de renovação das letras brasileiras da Semana de 22. Prosseguiu em sua caminhada como nas Velhas Árvores, de Bilac, dando sombra e consolo aos que padecem”. Obrigado, Elson.

Porém, se nada registrou de negativo, a Academia prosseguiu em sua caminhada como propunha Bilac – o que é uma forma de rejeição. O silêncio fala e, no caso, sua “voz” calou a possibilidade do debate cultural.

Nós nos acostumamos a estabelecer a presença do Modernismo no Amazonas através de três manifestações (agora, graças ao poeta do *Barro verde*, Elson Farias, temos mais duas). Todavia, as aparições em forma de livros se deram com Pereira da Silva, a quem se pode atribuir o início do modernismo em nosso Estado. Pereira da Silva publicou, em 1927, os *Poemas amazônicos*, obra que contém trechos laudatórios, aos quais poderíamos classificar de odes (odes modernas, é claro). Em 1935, Violeta Branca, a poetisa referida por Elson, publicou os *Ritmos de inquieta alegria*, composto de poemas com versos livres e eróticos em que se percebe a presença da portuguesa Florbela Espanca e, principalmente, de uma mulher negra de sucesso no Brasil da época: Gilka Machado.

Além desses dois autores, existiu a revista “Equador”, publicada por Clóvis Barbosa. Essa revista é assunto da mesa-redonda com Márcio Souza e Aldisio Filgueiras, na tarde de hoje; por tal motivo, não a comentaremos.

Como se observa, a presença de tão poucas manifestações atesta a rejeição, ainda que inconsciente – melhor falando, inconsciente só umas poucas vezes. Na verdade, consciente quase sempre.

Não nos referimos à prosa de ficção porque as manifestações mais expressivas estão na década de 30, quando o Modernismo, segundo o padrão estabelecido por historiadores e críticos, se encontrava em sua segunda fase.

Voltemos, contudo, ao problema da rejeição. Em termos de crítica sociológica, vemos nela (na rejeição) uma ligação estreita com o ciclo da borracha. Expliquemos. Durante a “belle époque” vigorava, predominantemente, o Parnasianismo e, em menor escala, o Simbolismo, afora o Naturalismo que enforma os contos do *Inferno verde*, de Alberto Rangel. Em 1922, o ciclo gomífero já se exaurira, ocasião em que um novo estilo literário se erguia. Sendo assim, de forma inconsciente, as mentalidades da época ligavam o Modernismo à Decadência. A permanência de padrões passados, como os padrões parnasianos, era uma forma saudosista de sonhar a volta do “boom” econômico. De sonhar com o impossível.

No Amazonas, portanto, não se verificou um debate cultural propriamente dito, como o da Questão Coimbrã, entre românticos e realistas em Portugal. Nem como o debate brasileiro entre parnasianos e modernistas, cuja expressão maior, entre os vitoriosos, foi Mário de Andrade – uma de minhas predileções intelectuais. Em sete artigos intitulados “Mestres do passado”, o autor de *Macunaíma* demoliu a arte dos poetas parnasianos, salvando um pouco a lírica de Vicente de Carvalho.

Referimo-nos agora um pouco a Belém do Pará. Ali, segundo o escritor Paulo Nunes, a nova estética nada teve a ver com a da Semana de Arte Moderna. O Modernismo teve influência de um pernambucano chamado Joaquim Gojosa. A partir desse contato, formou-se um grupo denominado Peixe Frito, que se reunia no mercado do Ver-o-Peso. Coordenado pelo renomado crítico e filósofo Benedito Nunes, desse grupo participavam nomes conhecidos como os de Haroldo Maranhão e Max Martins e, numa espécie de segunda geração, apareceram Ruy Barata e o grande poeta Mário Faustino.

Deve ser salientado o nome de Bruno de Menezes, que, na virada do século XIX para o XX, inverteu a pauta literária do Pará. Até então,

168 Belém, como Manaus, era uma cidade marcada por traços parisienses, com os cafés que eram frequentados por uma elite e também por moços da periferia, como Bruno. A escolha do Ver-o-Peso para substituir os artificiais cafés representou uma grande diferença. E antecipou o espaço onde se geraria a geração Peixe Frito.

Tal como no Amazonas, porém, essa geração (a do Peixe Frito) não aconteceu em simultaneidade com o início do Modernismo no Brasil. Foi no final dos anos 40 e início dos anos 50 que esse grupo se aglutinou no Ver-o-Peso, tomando uma cachacinha e tirando o gosto com peixe frito (de onde lhes veio o nome). A partir de então, começam a discutir literatura como vozes da periferia. Alguma semelhança com o nosso Clube da Madrugada, fundado em 1954, no dia 22 de novembro? Toda semelhança. E não há coincidência, mas condições sociais e econômicas que geraram consciências e atitudes em semelhanças.

A partir desse tempo, sim, surgem os debates culturais, embora isolados, cada um em sua periferia. Isso porque éramos (e somos ainda) colonizados. Nós, os do Norte, nos conhecemos muito pouco, pois só temos vistas para o Sudeste, o centro econômico do País. Como, com toda a propriedade, já disse o dramaturgo e romancista Márcio Souza, somos “uma região de fronteira”.

Os debates culturais desse tempo (décadas de 40 e 50), portanto, se realizam no momento histórico de superação do Modernismo, já que, pessoalmente, considero a chamada Geração 45 como a negação da estética modernista, com o fechamento da poesia mediante a adoção de rimas, da métrica e do rompimento com o tom coloquial da primeira fase, a de 1922 a 1930. Seria, pois, o início do Pós-modernismo.

Outras, no entanto, eram as condições, outras as mentalidades para o nascer do Peixe Frito e do Clube da Madrugada. Como diria Camões, “mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades”. Que o debate continue, pois, nesses tempos de substanciais mudanças no tempo, no espaço e na mentalidade das pessoas. Sei que assim será.

— A Academia e a Semana de 22

ELSON FARIAS

A Semana de Arte Moderna de São Paulo foi um dos eventos comemorativos ao centenário da Independência. Neste ano em que se celebra o bicentenário dessa data insigne, festeja-se, também, o centenário da Semana. Politicamente o país vivia nesse tempo a agitação vespéral à Revolução de 30 e os movimentos literários não ficam imunes aos movimentos políticos. Assim aconteceu com a Semana de 22. Nesse ano também se fundava o Partido Comunista e se organizava a Ação Integralista. O líder integralista, romancista, poeta e orador Plínio Salgado (1895-1975), integrava o grupo Verde-Amarelo, da primeira fase do Modernismo, composto ainda por Menotti Del Picchia (1892-1988), Guilherme de Almeida (1890-1969) e Cassiano Ricardo (1895-1974). Eram embates políticos radicais dos extremos, da direita e da esquerda, tanto que se entregavam a escaramuças urbanas entre os seus jovens militantes. Nesse panorama conturbado impunha-se a figura de Getúlio Vargas (1882-1954), um novo acontecimento no ambiente político vindo do Sul. Sem dispor do estofo intelectual de Luís Carlos Prestes (1898-1990), um dos líderes do PCB, e Plínio, ele possuía o instinto do estadista e a mística do poder. Vargas pôs ordem na situação. Assimilou em sua linha de ação um dos princípios mais caros ao Partido Comunista, a causa operária, que atendeu ao promulgar a legislação trabalhista e a instituição do salário-mínimo para o trabalhador. Da Ação Integralista, Vargas assimilou o sentido de nacionalidade, o patriotismo, o amor à pátria concebido de tal modo que determinou aos estabelecimentos de ensino celebrar o 7 de setembro numa solenidade feita ante o Altar da Pátria. O Altar da Pátria constituía-se da reprodução em tamanho ampliado em um painel de fundo, das Armas da República, ladeado pela bandeira nacional

170 e a bandeira dos Estados, hasteadas, com os meninos em posição de sentido cantando o Hino Nacional. Todo mundo devia saber cantar o Hino Nacional. Para concluir a obra, as autoridades do Estado Novo, o modelo político de então, mandaram para o exílio Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado. Getúlio Vargas, no sentido de apaziguar o país, atraiu, ainda, aos seus planos de ação política, figuras destacadas da Semana de 22, do porte do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos (1887-1959) e do poeta Manuel Bandeira (1886-1968). Dessa parceria viriam adicionar ao repertório nacional, peças musicais importantes de exaltação, como a *Invocação em defesa da pátria*, para orquestra, grande coral e solo, com letra de Bandeira e música de Villa-Lobos. O maestro operou ainda uma política de estímulo ao ensino da música, adotando o canto orfeônico na grade curricular das escolas de formação de professores, as festejadas escolas normais, e a implantação de bandas marciais nas cidades do interior do país. Villa-Lobos reuniu coros monumentais em recintos públicos com a presença do Presidente.

Do ponto de vista estético havia intensa insatisfação com o panorama das letras e das artes ainda marcado pelo realismo, o parnasianismo e o culto à forma. Os promotores da Semana estavam bem informados sobre as vanguardas europeias. Havia tendências futuristas ideadas pelo ensaísta italiano Filippo Marinetti (1876-1944), numa linha de pensamento que concebia as formas de arte sob a influência da velocidade e da tecnologia na vida moderna. São Paulo já encarnava bem um retrato desse modo de ver a vida. Outros pontos ideológicos na Europa vigiam como o neo-realismo, sentido político de origem marxista, que se contrapunha ao realismo. Na França, dominava a figura de Charles Baudelaire (1821-1867), poeta que ultrapassou os limites parnasianos com o seu livro *As Flores do Mal*, lançado em 1857. Na Espanha é Federico Garcia Lorca (1898-1936), o poeta surrealista que acabou por se transformar num dos autores mais populares do seu tempo, não só por sua alta poesia, ainda por ter sido assassinado em circunstâncias controversas e misteriosas, por motivos políticos em Granada, na Espanha. Na Alemanha é Novalis (1772-1801), um poeta romântico que marcou o seu mundo e se projetou no futuro com um claro conceito estético refletido nos debates sobre a compreensão da poesia.

A poesia é o autêntico real absoluto. Isto é o cerne da minha filosofia. Quanto mais poético, mais verdadeiro.

O modernismo no país, por fim, realizou-se num clima de muita polêmica, desde o início até a presença da terceira geração. A terceira geração, também conhecida como Geração de 45, propunha a restauração do verso medido, sem o exagero do culto à forma dos parnasianos, embora como instrumento de um novo modo de ser da sociedade, sem abjurar o verso livre universalmente aceito na primeira fase. Eram, então, os poetas de 45 acusados de defensores das formas apolíneas renegadas desde o início da Semana de 22. A poesia das figuras mais destacadas da primeira fase, de Mário de Andrade (1893-1945) e Oswald de Andrade (1890-1954), que não eram parentes e que em seguida assumiram posições diversas, foi toda ela despojada do rigor do metro e da rima e comprometida com a terra, a crítica social e o aconchego do modo de ser brasileiro, numa posição mais acentuada em Mário de Andrade. As atitudes polêmicas e o sarcasmo característico às ações de Oswald de Andrade fizeram dele, uma personalidade agressiva e destemperada. Mas apesar disso experimentava momentos líricos como este:

Ditirambo

Meu amor me ensinou a ser simples
Como um largo de igreja
Onde não há nem um sino
Nem um lápis
Nem uma sensualidade

Observe-se o título do poema com inicial minúscula e a ausência total de pontuação no texto. O leitor que faça a sua própria pontuação.

Sua irreverência, quase sempre manifestada com bom humor, registra-se no episódio de um debate de que participou o poeta Ledo Ivo (1924-2012), mais jovem que ele, representante da terceira geração. De qualquer modo ali se encontravam gerações diferentes com os seus naturais conflitos. Já se debatia a restauração do verso medido pela Geração de 45. Nesse ponto é preciso lembrar a presença de Jorge de

172 Lima (1895-1953) que, ainda em sua terra natal de Maceió, em Alagoas, aderira ao verso livre do modernismo e, na maturidade, já residindo no Rio de Janeiro, cultivou o verso metrificado em dois livros famosos, o *Livro de Sonetos* e *Invenção de Orfeu*, ambos publicados entre 26 e 30 anos após a Semana de 22. Por isso o poeta alagoano, que manifestou em sua poesia elementos expressivos do surrealismo e da poesia religiosa, ele era católico, é considerado um poeta da 2.^a geração modernista.

Pois bem, lá pelas tantas do debate, Ledo Ivo, que também possuía a língua solta e era considerado um dos líderes da Geração de 45, dirigiu-se a Oswald de Andrade, apodando-o de ser ele o calcanhar de Aquiles do modernismo, tendo como resposta imediata do notável repentista o seguinte conceito: se eu sou o calcanhar de Aquiles do modernismo, você é o chulé de Apolo.

Mário de Andrade, inobstante ser também uma personalidade radical no que se referisse à Literatura e a Arte, encarnava em verdade o perfil de um líder, pela capacidade de trabalho, pela erudição e pela militância em favor de um novo conceito e prática de uma arte brasileira. Mantinha larga correspondência com escritores e poetas de todo o país, era folclorista e musicólogo. Realizou uma grande viagem pelo Brasil, esteve na Amazônia onde se integrou ao rico imaginário regional, de que surgiu a sua obra-prima, o *Macunaíma*.

Sua emoção pela Amazônia revela-se ainda no poema *Acalanto do seringueiro*, exposto na primeira estrofe com os seguintes versos:

Seringueiro brasileiro
Na escuridão da floresta
Seringueiro, dorme.
Ponteando o amor eu forcejo
Pra cantar uma cantiga
Que faça você dormir.
Que dificuldade enorme!
Quero cantar e não posso.
Quero sentir e não sinto
A palavra brasileira
Que faça você dormir...
Seringueiro, dorme...

Mário de Andrade realizou uma obra radical ao ponto de propor 173 a implantação de uma língua brasileira. Chegou a exibir em prosa e verso o costume da fala do povo, a adoção a uma fonética exótica às normas gramaticais do idioma. Era essencialmente poeta. *Macunaíma*, o seu mais célebre trabalho, é, em verdade, um autêntico poema em prosa, como *Iracema*, de José de Alencar (1829-1877), guardadas as proporções consequentes do período histórico e doutrinário na realização de ambos.

Vejamos o estilo desde o primeiro parágrafo da página de abertura do livro:

No fundo do mato verde nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

A frase “Era preto retinto e filho do medo da noite”, constitui um verdadeiro verso. A metáfora revela a imagem de Macunaíma “filho do medo da noite”. Uraricoera é um rio situado no Estado de Roraima. Tapanhumas é uma tribo indígena de Mato-Grosso. Macunaíma é uma lenda de Roraima.

Havia uma grande árvore cheia de frutos e Macunaíma, por preguiça, decidiu derrubar a árvore para colher os frutos. Do tronco da árvore nasceu o Monte Roraima.

Os debates prosseguiram. No auge, o simbolismo contrapunha-se às tendências do realismo em arte. Praticava-se ainda o surrealismo suscitado pelo automatismo psíquico no sentido de expressar o significado real do pensamento. Em pleno debate sobre o parnasianismo e o florescer do simbolismo, surge no Brasil um poeta genial chamado Augusto dos Anjos (1884-1914). Era original por sua expressão beirando o prosaísmo e a acentuação de termos cientificistas. Augusto dos Anjos acabou por se tornar a voz anunciadora de um novo tempo na realização da poesia no país, assim considerado, de justiça, pelos próprios líderes da Semana de 22.

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), em depoimento firmado de próprio punho, diz sobre o *Eu*, o único livro do poeta, o seguinte texto que vale ser transcrito na íntegra:

Li o **Eu** na adolescência e foi como se levasse um soco na cara. Jamais eu vira antes, engastados em decassílabos, palavras estranhas como simbiose, metafisicismo, fenomênica, quimiotaxia, zooplasma, intracefálica... E elas funcionavam bem nos versos! Ao espanto sucedeu intensa curiosidade. Quis ler mais esse poeta diferente dos clássicos, dos românticos, dos parnasianos, dos simbolistas, de todos os poetas que eu conhecia. A leitura do **Eu** foi para mim uma aventura milionária. Enriqueceu minha noção de poesia. Vi como se pode fazer lirismo com dramaticidade permanente, que se grava para sempre na memória do leitor. Augusto dos Anjos continua sendo o grande caso singular da poesia brasileira.

O poeta de *Fazendeiro do Ar* faz referência à linguagem predominante na poesia do *Eu*, segundo o exemplo da primeira estrofe de *O monólogo de uma Sombra*, que vai a seguir:

Sou uma Sombra! Venho de outras eras,
Do cosmopolitismo das moneras.
Pólipo de recônditas reentrâncias,
Larva de caos telúrico, procedo
Da escuridão do cósmico segredo,
Da substância de todas as substâncias!

No segundo soneto da série intitulada *A meu pai doente*, Augusto dos Anjos começa com um verso prosaico, como se fosse dar início a uma crônica (Madrugada de treze de janeiro) para, em seguida, revelar a emoção da mais elevada poesia, em que se percebe também a atmosfera sombria, mas coroada com o triunfo da luz do simbolismo:

Madrugada de Treze de Janeiro,
Rezo, sonhando, o ofício da agonia.
Meu Pai nessa hora junto a mim morria
Sem um gemido, assim como um cordeiro!

E eu nem lhe ouvi o alento derradeiro!
Quando acordei, cuidei que ele dormia,
E disse à minha Mãe que me dizia:
“Acorda-o”! deixa-o, Mãe, dormir primeiro!

E saí para ver a Natureza!
Em tudo o mesmo abismo de beleza,
Nem uma névoa no estrelado véu...

Mas pareceu-me, entre as estrelas flóreas,
Como Elias, num carro azul de glórias,
Ver a alma de meu Pai subindo ao Céu!

Enquanto isso, o Amazonas se agitava também entre diversos movimentos de renovação da vida política, às vésperas da Revolução de 30. Identificou-se com os atos marcantes da celebração do sesqui-centenário de adesão à independência em 1923, com destaque para o discurso de Álvaro Maia (1893-1969) intitulado *Canção de Fé e Esperança*, um texto marcado pela modernidade quando enfeixa no mesmo conteúdo um programa de ação política, lançado em páginas da mais legítima prosa poética em determinados passos. A Revolução de 30 no Amazonas anunciava-se, ainda, com o movimento batizado de glebarismo, que encerrava no conteúdo o sentido de valorização do homem da terra e da expressão poética com os motivos da Amazônia.

A Academia Amazonense de Letras fundada em 1918 aglutinou os homens de letras do período, contando com a presença do próprio Álvaro Maia nos seus quadros. Mas a corrente predominante na organização da Casa foi tocada pela estética do Simbolismo, sob a liderança intelectual de Pericles Moraes (1882-1956), um dos raros prosadores simbolistas brasileiros. Sim, porque o Simbolismo caracterizou-se pela poesia de verso harmonioso e sonoro e de acentuado timbre espiritual. A prosa do Mestre Pericles era também sonora e de raro equilíbrio harmônico, dotada de legítima cadência imaterial. Houve momentos em que se ocupou do exame estilístico da própria música. O autor de *Os intérpretes da Amazônia* incutiu um toque sacrossanto às sessões de posse dos novos acadêmicos. As pautas das sessões solenes de posse guardam essa tradição até hoje: 1. Abertura dos trabalhos com um pequeno discurso do Presidente; 2. Discurso de posse do novo confrade; e 3. Discurso de boas-vindas proferido por um dos pares do silogeu.

O discurso de abertura proferido pelo Presidente, o Mestre Pericles chamava de *palavras sacramentais*, por que via em sua visão simbolista o culto à literatura como uma forma de sacramento, a graça do

176 ingresso nos umbrais da imortalidade. Essa postura talvez assustasse os aspirantes ao título de acadêmico, provocando nos pobres mortais um sentimento negativo expresso pela malquerença. Devo confessar que o que mais me incomodou ao tomar posse na Academia, não foi tanto o sentido simbolista do rito, mas a obrigatoriedade regimental do uso do *smoking*. Sentia-me como que peado com aquele traje, até me acostumar com ele, após um bom tempo. O presidente da sessão foi Djalma Batista (1916-1979) que proferiu cerimoniosamente as palavras sacramentais, com a eloquência de sempre do autor de *O complexo da Amazônia*, mas sem o tom ritual que assisti nas sessões presididas por Pericles Moraes, que transmitia à solenidade a sensação de se estar frente a palavras graves e solenes de um cardeal.

Sucedeu um entrevero literário entre Mestre Pericles e o poeta Américo Antony (1895-1970). O poeta das flores, mais de dez anos mais novo que o ensaísta de *Coelho Neto e sua obra*, fora eleito para a Academia e preparava-se para a posse. Mestre Pericles prefaciara um livro do poeta que deveria ser lançado nesses dias. Ocorre que o prefaciador da obra encontrou nos poemas de Antony, sinais de forte tônus simbolista. O poeta não gostou e foi aos jornais da cidade e publicou uma nota malcriada que dizia assim: “A quem interessar possa. Eu não sou poeta simbolista.”

O gesto do poeta custou-lhe a posse na Academia. Treze anos depois, no entanto, o fato foi reconsiderado e o poeta foi reeleito e assumiu a sua cadeira no Silogeu Amazonense, em 1959.

Mas o grande bardo possuía no ritmo, nos sons, na veia espiritual refletida em seus poemas, traços significativos do Simbolismo, desde o seu poema mais famoso *A ronda dos cisnes*. No soneto *Cigarras*, lavrado em perfeitos alexandrinos, Américo Antony revela o pulso do grande poeta simbolismo que ele foi.

Aí vai o soneto:

Cigarras que vibraís os tímpanos de prata
Das tardes tropicais, dos cálidos verões,
Vós trazeis o sonhar, vós trazeis as canções
Que mortas teve um dia, o coração da mata.

Renovai vossos sons, despertai a sonata!
Prendei de novo, ao ramo antigo, as ilusões

Onde floriu o amor nas quentes estações
Onde o sol, resplendente, o seu calor desata!...

Precursora de um bem, da esperada alegria,
Ó cantoras de bronze a vibrar noite e dia,
Que morréis quando morre esta querida estância:

Filhas do som, da paz, cantai, núncias da Flora!...
Ah, quem me dera ouvir, mesmo de longe, agora
No inverno de minha alma as cigarras da infância.

A Semana de 22 reuniu o que havia de inquietação por uma nova estética nas letras brasileiras. A ansiedade pelo novo repercutia em todos os recantos do país, como se pode observar nos quadros da nossa Academia, fundada em 1918, apenas 4 anos antes da agitação modernista de São Paulo. O curioso a se observar é a tendência liberal com que foi criada a Academia. Não priorizava em seus fundadores a cultura do estilo tradicional ou contemporâneo. Um dos objetivos logo previstos nos estatutos é a boa prática e a defesa do idioma. Não impunha a seus pares o dever de uma escrita determinada por este ou aquele estilo dominante. O intuito essencial da instituição era a prática da boa literatura com respeito às normas do vernáculo. Tanto assim é que, na edição de sua primeira revista, lançada em julho de 1920, a Academia abrigava dois textos claramente marcados pelas novas linhas do fazer estético abraçado pelo movimento modernista. São os poemas *Laranjeira*, de Genésia Cavalcante, e *A França (um sonho)*, de Th. Vaz, ambos lançados em versos livres, na linha de 22. *Laranjeira*, ainda detém um tom solene próprio do comportamento da velha escola, mas *A França (um sonho)*, embora guarde na prosódia traços do formalismo vocabular corrente na época, desenvolve-se em linguagem em certos passos coloquial.

Laranjeira abre com os seguintes versos:

No ouro novo do sol os re floridos galhos,
Entre zumbir de múrmuras abelhas

E alada cavatina,
 Triunfavas e fulgias
 Numa cintilação fantástica de orvalhos,
 Prenhe de aroma e luz, leves e fecundantes
 Polens de prata fina
 A espaços peneirando...

Em A França o poeta acorda do seu sonho e diz:

Foi assim que eu sonhei naquela noite
 Em que dormi serenamente,
 Enquanto a chuva com feroz açoite
 Cortava o espaço impenitentemente!

O que se percebe é que a Academia, ainda que se orientasse sob o tirocínio do movimento simbolista, de que mestre Pericles Moraes era um dos seus mais fervorosos missionários, não se isentava de apoiar as manifestações artísticas autênticas de todas as correntes do processo criador.

A Semana de 22, portanto, não mexeu em nada quanto ao modo de ser conservador de que era apontada a Academia. A polêmica inaugurada nos anos 50 do século passado, entre titulares da Academia e os poetas do Clube da Madrugada, grupo de escritores e artistas surgido em Manaus sob o entusiasmo da terceira geração modernista, representou mais a circunstância de um conflito entre personalidades conservadoras e progressistas do que mesmo uma questão de postura intelectual na linha da poesia como “o autêntico real absoluto”, definida por Novalis. A Academia sempre foi sensível às manifestações inovadoras das letras e das artes no Amazonas. Pericles Moraes não guardava preconceito contra os madrugadores, porque via, no trabalho dos novos, a autenticidade artística por ele tão decantada. Um exemplo desse entendimento é o episódio da festa de aniversário do autor de *Figuras & Sensações*, a que compareceram os jovens boêmios da Praça Heliodoro Balbi, debaixo do velho mulateiro. Viram-se de frente o maduro e experiente cultor do Simbolismo, com os jovens idealistas de um novo modo de ser da literatura. Foi um encontro de

cordialidade em que se rejubilaram o espírito da juventude com o 179
jovem espírito do velho.

É tanto assim, que em 1937, a Academia integrava aos seus quadros, com 25 anos de idade apenas, ninguém menos que Violeta Branca (1915-2000), a bela mulher de presença dominadora, segundo Djalma Batista, e autora de *Ritmos de Inquieta Alegria*, publicado aos 19 anos e o primeiro bom livro de poesia moderna amazonense.

Em 1955, a convite do próprio Mestre Pericles, ingressa na Academia aos 29 anos o poeta amazonense Thiago de Mello (1926-2022), representante da terceira geração modernista, já residindo no Rio e consagrado pela crítica e livrarias.

O trovador de Barreirinha trazia em sua bagagem apenas dois livros de poemas, o de estreia *Silêncio e Palavra* (1951) e *Narciso Cego* (1952). É um período em que o poeta revela a angústia do ideal com a realidade. Uma insistente preocupação do eu com o em torno.

Logo nos primeiros versos de *Silêncio e Palavra* o poeta confessa:

A couraça das palavras
protege nosso silêncio
e esconde aquilo que somos.

Em *Canto Rasteiro* o poeta reafirma o compromisso com o seu chão, de que jamais se afastou e onde viveu os dias de sua rica maturidade:

Na várzea transitamos,
esfinge que te escondes nas montanhas.
Rasteiros, provisórios
sonhamos o silêncio em que te bastas,
(Talvez o decifrar-te
ocorra em várzea mais definitiva).

Era a revelação da poesia um tanto hermética e que, no processo da vida, foi-se revelando no verso claro do poeta sobre a vida e a transformação do mundo, na segunda fase em que surge o poeta engajado, a realizar um bom exemplo de poesia política.

Thiago de Mello como que anuncia o surgimento dos madrugadores, numa geração anterior à deles.

Nos anos 60 a Academia começa a receber em seus quadros um número expressivo desse grupo, constituído do autor deste artigo e dos poetas Sebastião Norões (1915-1972), Jorge Tufic (1930-2018), Antístenes Pinto (1929-2000), Alencar e Silva (1930-2011), Luiz Bacellar (1928-2012), Moacir Andrade (1927-2016) e Anísio Melo (1927-2010), o sociólogo madrugador Jefferson Péres (1932-2008) e os poetas do pós-madrugada Max Carpentier (1945), Tenório Telles (1936), Aníbal Beça (1946-2009), Zemaria Pinto (1957), Márcio Souza (1946), Aldísio Filgueiras (1947).

Desse grupo o mais equilibrado no fazer literário, entre as formas do tradicional e do novo, é Luiz Bacellar. Seus poemas em regra se compõem de versos medidos, com o predomínio do decassílabo e da redondinha maior e menor. Usou exaustivamente em *Sol de Feira*, o quadrissílabo.

Um poema que representa com clareza o estilo de Luiz Bacellar é *O poeta veste-se*. Escrito em redondilha maior, por vezes o verso quebra em quadrissílabos, em linguagem escorreita, sem nenhum ímpeto de preciosismo, embora reflita o ideal na elegância de vestir, por vezes surreal:

Com seu paletó de brumas
e suas calças de pedra
vai o poeta.

E sobre a cambraia fina
da camisa de neblina,
o arco-íris em gravata
vai atado em nó singelo.

(Um plátano, sobre a prata
da água tranquila do lago,
se debruço só por vê-lo.)

Ele leva sobre os ombros
a cachoeira do lago
(cachecol à moda russa)
levemente debruada
de um fino raio de sol.

Vai o poeta
 a caminhar pelas serras.
 (pelos montes friorentos
 mal se espreguiça a manhã.)
 Com seu pull-over cinzento
 (feito com lã das colinas)
 com seus sapatos de musgo
 (camurça verde dos muros)
 com seu chapéu de abas largas
 (grande cumulus escuro).
 Mas algo ainda lhe falta
 para a elegância completa
 súbito pára, se curva,
 num gesto sóbrio e perfeito,
 um breve floco de nuvens
 colhe e prende na lapela.

Por outro lado registraram-se polêmicas sobre os modos de ver as coisas entre os jovens do Clube da Madrugado e os titulares da Academia. Mas foram atos episódicos, sem radicalizar posições ao ponto de impedir um bom diálogo no processo de conflitos de gerações. Muitos madrugadores frequentavam a biblioteca dos Acadêmicos André Araújo (1899-1975) e Djalma Batista, ambos reconhecidos admiradores do Movimento Madrugada. Djalma Batista, ao presidir a Academia em dois mandatos, deu o toque inicial no chamamento dos madrugadores. André Araújo chegou a apresentar com um belo e esclarecedor ensaio o livro de L. Ruas, o simbólico e moderníssimo poema *Aparição de Clown*.

A Academia, portanto, nada registrou de negativo quanto ao movimento de renovação das letras brasileiras da Semana de 22. Prosseguiu em sua caminhada como as *Velhas Árvores*, de Bilac (1865-1918), *dando sombra e consolo aos que padecem*.

Para encerrar este artigo, transcrevo o seguinte poema de Violeta Branca, que está na abertura do seu livro *Ritmos de Inquieta alegria*. Com ele celebro o centenário da Semana de 22 e a Academia Amazonense de Letras, que sempre se ajustou à sua condição de Casa da Literatura, aberta a todas as correntes de pensamento e da emoção, da poesia e da arte.

Nesse poema, Violeta Branca não se incomoda em exibir os seus sentimentos, sob o calor da sua expressão na descoberta do mundo, mesmo revelados na Manaus da sua época, uma sociedade dissimulada e dominada pelo preconceito, reprimida pelo formalismo comportamental observado por Jefferson Péres, que dizia conhecer um cavalheiro que não recebia ninguém em sua casa sem que estivesse de paletó e gravata. A jovem, de 19 anos, Violeta Branca, teve o topete de se lançar ao tom fluvial de banzeiros e calmarias dos rios da Amazônia libérrima, bem distinto da contensão verbal dos habitantes das regiões mais frias do país, como o inverno paulista. O eu poético não se recusou a assumir a feição da Iara, obra de Tupã, o Deus dos povos da floresta, e, depois, talvez por ciúme ao ver a sua musa apaixonada por um *marujo incauto*, Violeta se sentiu expulsa por Tupã do mundo da lenda e se viu condenada à condição de mulher.

Leiamos o poema e cada um tire dele a sua lição:

Minha lenda

À sombra de um igapó escuro e parado
branca como as areias e as espumas,
e mais triste que um gesto de adeus,
com a forma de uma vitória-régia imensa,
desmaiada de indiferença
eu florescia...

Tupã, uma noite,
olhou-me com os olhos de luar
e se enamorou de mim.

E, numa fala que lembrava a suavidade
do riso das águas,
correndo sobre pedras, disse:

“És triste e bela. E por isso
 terás a glória suprema,
 que é maior que o triunfal poema
 que canta o uirapuru em voz tão clara.
 Toma a pedra Muiraquitã,
 desce ao fundo dos rios:
 vais ser Iara.”

Depois
 numa hora de encantamento e beleza,
 com os cabelos enfeitados de aguapés
 e no corpo o fascínio dos mistérios,
 prendi a alma ingênua de um marujo incauto.
 E o deus lendário da Amazônia,
 sentindo o amor palpitar no meu canto
 voltou a me falar.
 Nesse dia os seus olhos
 tinham lampejos de sol
 e a voz o ressoar da pororoca:

 “– Não mereces mais a glória de ser Iara.
 Não ficarás aqui nem um dia sequer.
 Vais receber o teu castigo...”

... e me transformou em mulher.

Violeta Branca silenciou. Casou-se dois anos após o lançamento do seu livro inovador e consagrado pela crítica brasileira. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Lançava poemas esparsos em órgãos da imprensa. Aos 47 anos de idade publica o seu segundo e último livro de poemas intitulado *Reencontro*. Não seria esse comportamento mais uma consequência do castigo de Tupã, ao ir embora da sua terra? Perdeu o encanto da vida amazônica e a novidade do seu canto. Claro que sim, pois a figura feminina *com os cabelos enfeitados de aguapés* enamorou-se do marujo e decidiu enfrentar a paisagem encapelada pelas ondas do mar. Jamais escreveu um poema que se comparasse aos do *Ritmos de inquieta alegria*.

{ A COLHEITA *frutos do trabalho* }

Resumo das Atividades da Administração – 2018-2022

— Apresentação

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA
PRESIDENTE – 2018-2022

A experiência de presidir a Academia Amazonense de Letras ao tempo do seu centenário de fundação, após longo interregno de mais de vinte anos da primeira gestão (1996-1997/1998-1999) é concluída sob novas e agradáveis circunstâncias. Antes, com a Academia inteiramente desprovida de recursos financeiros, as atividades foram restritas às funções exclusivamente acadêmicas, sem que fosse possível abrir as portas da instituição e franqueá-las livremente. Tudo o que foi realizado restou intramuros, embora tenha sido bastante festejado pelos mais assíduos membros do Silogeu.

No mandato que ora se encerra, diversamente, e seguindo a esteira dos últimos e antecedentes presidentes, a Academia ampliou a relação e a proximidade com a sociedade, seja pelos programas de visitação e encontros literários e artísticos como pela edição de obras em razão das quais Acadêmicos-autores tiveram a oportunidade de encontrar-se com leitores, estudantes e professores, mas, principalmente, pela facilitação do acesso do grande público à instituição.

A ocasião dos festejos centenários era mais do que propícia para essas iniciativas e não nos faltaram condições materiais propiciadas pela municipalidade e pelo governo estadual, além de emendas parlamentares que direcionaram fração do orçamento público para ações de interesse nos campos artístico e cultural, essa que é uma experiência nova para o sodalício cuja aprovação decorreu da tradição e importância da Casa e dos projetos apresentados.

A colheita, que se completa com esse documento-síntese, traduz o que foi empreendido com a participação e interesse dos titulares da Academia em par com a adesão de parte da sociedade, e, ao mesmo tempo, representa registro histórico e agradecimento a quantos contribuíram para o plantio.

O mais há de brotar, frutificando no amanhã.

O COMEÇO DA JORNADA

A Diretoria eleita para o mandato de 2018-2019 teve como compromisso especial as comemorações do centenário de fundação do Silogeu, patrocinadas por recursos públicos estaduais, obtidos por emenda parlamentar e dotação própria do Tesouro, o que não impediu a necessidade de superação de dificuldades gerenciais. No mandato seguinte, de 2020-2021, os mesmos caminhos foram percorridos, garantindo recursos para o funcionamento da entidade e realização de projetos culturais. Além disso, a Casa contou, ainda, com aprovação de propostas apresentadas para atender a editais públicos de apoio à Cultura publicados pelos governos federal, estadual e municipal, o que permitiu número expressivo de edições de obras de autoria dos Acadêmicos.

EMPOBRECIMENTO DA ACADEMIA

O falecimento dos Acadêmicos Jorge Tufic Alaúzo (2018), Cadeira Jonas da Silva, Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto (2019), Cadeira Benjamin Lima e Almir Diniz de Carvalho (2021), Cadeira Araújo Filho, empobreceu os quadros da Academia e consternou a todos, tendo sido prestadas as honras fúnebres de estilo. Em sinal de respeito, a Diretoria manteve seus nomes na programação comemorativa do centenário da Academia. Pranteados, permanecem vagas as respectivas cadeiras a serem preenchidas em 2022.

LEI DE PATROCÍNIO

Originária da administração do prefeito Serafim Fernandes Corrêa (2007), ao tempo da presidência do Acadêmico José Braga

(2008-2011) a verba anual, autorizada por lei específica,¹ para manutenção administrativa da Casa vem sendo mantida, agora com alterações que a aprimoraram do ponto de vista operacional,² já na presente administração da Casa. Exceção ocorreu em 2020, ano no qual ela não foi recebida, o que implicou em dificuldades gerenciais.

No exercício de 2021, a nova administração municipal retardou a lavratura do contrato e o aporte financeiro, mas estendeu a sua aplicação a meados de 2022, o que assegura condições administrativas à nova Diretoria.

EMENDAS PARLAMENTARES

Nos dois períodos da Administração, de forma inovadora, a Academia se habilitou para a outorga de emenda parlamentar estadual e municipal, objetivando condições para ampliar sua relação com a sociedade.

No primeiro biênio, os projetos foram acolhidos por Alessandra Campêlo, Dermilson Chagas, Josué Neto, Serafim Corrêa, Ricardo Nicolau e Carlos Alberto Almeida, deputados estaduais, o que resultou em Termos de Fomento com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e Secretaria de Educação e Desporto, para eventos artísticos, musicais e literários. No segundo mandato, as propostas foram acolhidas por Alessandra Campêlo, Serafim Corrêa, Ricardo Nicolau e Carlos Alberto Almeida repetindo-se os convênios.

Para o exercício de 2022 foram pleiteados os mesmos subsídios de emenda parlamentar, sendo obtidos aportes dos deputados Serafim Fernandes Corrêa e Luis Ricardo Saldanha Nicolau que se somaram aos saldos de emendas anteriores e aos convênios municipal e estadual de apoio ao funcionamento da entidade.

Essa medida permite autonomia financeira à Casa para seu regular funcionamento e execução de ações culturais.

1 MANAUS. Lei n.º 1.167 de 16 de novembro de 2007. Diário Oficial do Município de Manaus, de novembro de 2007.

2 MANAUS. Lei n.º 2.304, de 02 de abril de 2018. Diário Oficial do Município de Manaus, de abril de 2018.

A manutenção predial decorreu de vistoria realizada em 2018 a qual atestou a necessidade de pequenas intervenções no hall de entrada, Sala da Diretoria, Gabinete da Presidência e em algumas portas e janelas. Concluída a licitação, foram realizados esses serviços e outros que se fizeram necessários, que se encontram demonstrados em relatório próprio.

Em 2021, foram orçados novos serviços de manutenção predial incluindo o salão Álvaro Maia e as salas José Chevalier, Mário Ypiranga Monteiro e Nelson de Mello, garantindo boas condições de uso, alguns já executados e todos com recursos disponíveis em conta bancária.

RESTAURAÇÃO DO ACERVO

A sede foi recebida em boas condições de conservação e uso em 2018, mas houve a necessidade de restauração de bronzes e mármore, dos tocheiros de prata e lustre do Salão do Pensamento Amazônico “**Álvaro Maia**”, doados pela família do comendador Emídio Vaz d’Oliveira, serviços que foram realizados por técnicos qualificados, sob a liderança da restauradora Judeth Costa, do Ateliê de Restauro do Governo do Estado.

REORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

Os arquivos administrativos foram reorganizados com o objetivo de passarem a ser digitalizados e disponibilizados no site da Academia para consulta livre, salvo os processos relativos à inscrição de candidaturas. Foram igualmente reordenados, os arquivos de imagens (fotos), muitas delas já constantes em livre consulta.

BRASÃO DA ACADEMIA

No salão principal foi apostado o Brasão da Academia, ao fundo da mesa presidencial, bordado em amarelo sob tecido azul, com pintura em douramento e fragmentos de folha de ouro, apresentado na sessão solene de 25 de abril de 2018, quando da outorga da Medalha do Mérito Cultural “Pericles Moraes”, medida de há muito necessária.

A Biblioteca Genesino Braga, denominação oriunda da gestão anterior sob nossa presidência, foi modernizada e reorganizada, tornando-se Memorial e Biblioteca para reunir publicações e peças individuais de acervo dos Acadêmicos e Acadêmicas, voltado para a memória da Casa de “Adriano Jorge”. A estrutura física passou por ampliação e recebeu novo e moderno mobiliário e equipamentos, incluindo painéis com referenciais da história da instituição, da fundação ao centenário. Incluiu-se, inclusive, painel especial relativo à homenagem recebida do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Vitória Régia que, em 2010, na presidência de José Braga, homenageou a Casa e sagrou-se campeã dos desfiles oficiais do carnaval amazonense.

Ao mesmo tempo foi intensificada busca ativa por exemplares de títulos de Autores-Acadêmicos e de patronos, visando tornar o Memorial Biblioteca em acervo especializado e completo, com as obras dos 148 titulares de 1918 a 2021, o que redundou na inclusão de mais de 70 novos títulos de livros, a saber: *A preposição sua função histórica*, de Adriano Jorge; *Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia*, de Agnello Bittencourt; *Notas Históricas sobre a navegação do Amazonas*, de Agnello Bittencourt; *Corografia do Estado do Amazonas*, de Agnello Bittencourt; *Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional*, de Agnello Bittencourt; *Celebração do verão*, de Aldisio Filgueiras; *Território Noturno*, de Alencar e Silva; *Floradas do Corpo*, de Almir Diniz; *Introdução à Sociologia da Amazônia*, de André Vidal de Araújo; *São Gabriel da Cachoeira*, de Anísio Jobim; *A face poética de Jânio*, de Anísio Melo; *Amazonas – 10.000 Anos*, de Antônio Loureiro; *O Regatão da Saudade*, de Arlindo Porto; *Umberto Calderaro Filho – Legenda de trabalho e de amor pelo Amazonas*, de Arlindo Porto & Outros; *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *História de Óbidos*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *Súmula de História do Amazonas*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *Macau*, de Aurélio Pinheiro; *Obras do Literato Amazonense*, de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha; *Um olhar pelo passado*, de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha; *O Morto*, de Coelho Netto; *Vencidos*, de Coelho Netto; *O Complexo Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento*, de Djalma Batista; *Obra Completa – Volume II*, de Euclides da Cunha; *Chão*

190 e *Graça de Manaus*, de Genesino Braga; *Assim Nasceu o Ideal Clube*, de Genesino Braga; *Fastígio e Sensibilidade do Amazonas de Ontem*, de Genesino Braga; *Nascentça e Vivência da Biblioteca do Amazonas*, de Genesino Braga; *Lampejos de um cronista*, de Genesino Braga; *Sertum Palmarum Brasiliensium*, de J. Barbosa Rodrigues; *A Amazônia na História*, de João Nogueira da Mata; *Um Hóspede Chamado Hansen – Novela e Contos*, de Jorge Tufic; *I Ano de Governo – Palavra e Ação*, de José Lindoso; *Estudos Amazônicos*, de José Veríssimo; *A Pesca na Amazônia*, de José Veríssimo; *Cena da Vida Amazônica*, de José Veríssimo; *O Município no Estado Nacional*, de Leopoldo Péres; *Revivendo Glória Amazônia: Leopoldo Péres*, de Leopoldo Péres; *Manaus: Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro*, de Luiz Maximino de Miranda Corrêa; *A Semana (1892-1897)* de Machado de Assis; *Papéis Avulsos*, de Machado de Assis; *Teatro I*, de Márcio Souza; *Breve História da Amazônia*, de Márcio Souza; *Desordem 2 Volume da Tetralogia*, de Márcio Souza; *A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi*, de Márcio Souza; *Literatura Comentada*, de Márcio Souza; *O Empate contra Chico Mendes*, de Márcio Souza; *Teatro Indígena do Amazonas*, de Márcio Souza; *Tem Piranha no Pirarucu*, de Márcio Souza; *A Luta de Cada Um – Chico Mendes*, de Márcio Souza; *A Luta de Cada Um/ Ajuricaba o Caudilho das Selvas*, de Márcio Souza; *Elogio Sentimental dos Bichos Amazônicos*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Estudos Social do Índio Brasileiro*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Etnografia Amazônica*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Folclore Amazônico*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Folclore: Danças Dramáticas*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Presença do Índio na Cultura Amazonense*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Papagaio de Papel*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Curt Nimuendajú: síntese de uma vida e de uma obra*, de Nunes Pereira; *Muralha Verde: romance amazônico*, de Paulo Jacob; *Chuva Branca*, de Paulo Jacob; *Um Pedaco de Lua Caía na Mata*, de Paulo Jacob; *Poemas Amazônicos*, de Pereira da Silva; *Euclides da Cunha e o Século*, de Ramayana de Chevalier; *À Margem do Livro de Agassiz*, de Raymundo de Moraes; *O Homem do Pacoval*, de Raymundo de Moraes; *Notas Dum Jornalista*, de Raymundo de Moraes; *Amazônia: a guerra na floresta*, de Samuel Benchimol; *Eretz Amazônia: os Judeus na Amazônia*, de Samuel Benchimol; *Antologia do Contos do Amazonas*, de Tenório Telles; *A Poesia se Encontra na Floresta*, de Thiago de Mello; *Acerto de contas*, de Thiago de Mello; *O Amazonas: o Meio Físico e Suas*

Riquezas Naturais, de Waldemar Batista de Salles; *O Conto no Amazonas*, de Zemaria Pinto; *Amazônia 360°*, de Thiago de Mello; *Os estatutos do homem*, de Thiago de Mello; *A expressão amazonense do colonialismo ao neocolonialismo*, de Márcio Souza; *As folias do látex*, de Márcio Souza; *Buzina dos paranás*, de Álvaro Maia; *Nas tendas de emaus*, de Álvaro Maia; *Galvez, o imperador do Acre*, de Márcio Souza; *O brasileiro voador*, de Márcio Souza; *A condolência*, de Márcio Souza; *O fim do terceiro mundo*, de Márcio Souza; *O palco verde*, de Márcio Souza; *A caligrafia de Deus*, de Márcio Souza; *Breve história da Amazônia*, de Márcio Souza; *A paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza.

EDIÇÕES DA ACADEMIA

Seguindo plano de trabalho concebido no tempo da transição administrativa para a presente gestão, a Diretoria de Edições fez publicar dois números da *Revista da Academia* e 77 de títulos de Acadêmicos, sendo: *A História como Metáfora*, de Zemaria Pinto; *A Sociologia Crítica e a Questão Social*, de Marilene Corrêa; *Amazônia Fragmentos da História*, de Abrahim Baze; *Cotidiano Pitoresco*, de Mazé Mourão; *Jonas da Silva: vida e poesia*, de Robério Braga; *Município de Itaquiara*, de Mário Ypiranga Monteiro; *O Jardim de Minha Mãe*, de Almir Diniz; *Teatro das Mulheres de Lazone: 4 Quatro Dramaturgias Barehs*, de Sergio Cardoso; *Teatro Seletos*, de Márcio Souza; e, *Vim de Igarité a Remo*, de Elson Farias; *A Borracha da Amazônia*, de Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto e, Álvaro Maia – *Uma Canção de Fé e Esperança*, organizado por Carmen Novoa. Em edição traduzida para o espanhol: *La Amazônia Panteísta*, de Mavignier de Castro, traduzido por Newton Sabbá Guimarães; *Já é tempo de Pensar*, de Dom Luiz Soares Vieira; *Águas do Dia e da Noite*, de Zemaria Pinto; *A Maldição da Seringueira*, de Aldisio Filgueiras; *Alvoradas e Crepúsculos*, de Lafayette Carneiro Vieira; *Decadentes & Esquecidos*, de Newton Sabbá Guimarães; *Envelhecer é um Privilégio*, de Euler Ribeiro e Ivana Mânica da Cruz; *Estrela Viva*, de Anísio Mello; *Fundadores da Academia Amazonense de Letras*, de Robério Braga; *Histórias de Vida*, de Mazé Mourão; *Na Linha do tempo*, de Abrahim Baze; *Nossa Senhora de Manaus*, de Max Carphentier; *Roteiro do Folclore Amazônico*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Rui Machado: um artista amazonense*, de Artemis de Araújo Soares; *Eduardo Ribeiro de Robério Braga em primeira edição*,

192 impressa, *A Chimera da Língua Brasileira*, de João Leda; *A Intelectualidade no Extremo Norte*, de Anísio Jobim; *Ajuricaba o Guerreiro Manau*, de Hugo Bellard; *Bahira e suas Experiências*, de Nunes Pereira; *Contos e Descontos*, de João Chrysóstomo de Oliveira; *Humanização da Pena*, de Paulo Pinto Nery; *Lira Amazônica*, de Anísio Melo; *O Espião do Rei*, de Mário Ypiranga Monteiro; *O Nascimento de uma Cidade*, de Luiz de Miranda Corrêa; *Volutas*, de Raymundo Monteiro em reedição fac-similar e impressa, e *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Arthur César Ferreira Reis; *Algumas notas sobre a valência química*, de Manoel Bastos Lira; *Amazônia em novas dimensões*, de Cosme Ferreira Filho; *Aspectos do direito*, de Oyama Cesar Ituassú; *Assim nasceu o Ideal Clube*, de Genesino Braga; *Carta de segurança*, de Carlos de Araújo Lima; *Chuva Branca*, de Paulo Jacob; *Convite Frugal*, de Anibal Beça; *Cronologia eclesiástica da Amazônia*, de Dom Alberto Ramos; *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*, de Agnello Bittencourt; *Dicionário da língua popular da Amazônia*, de Paulo Jacob; *Direito Internacional Público*, de Gaspar Guimarães; *Elogio sentimental dos bichos amazônicos: entre a biologia e o folclore*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Estudos de sociologia*, de André Vidal de Araújo; *Figuras, Ideias, Opiniões*, de Almeida Barroso; *Fronteiras*, de Ramayana de Chevalier; *Geographia e topographia médica de Manáos*, de Alfredo da Matta; *Gleba Tumultuária*, de Aurélio Pinheiro; *Idéias e problemas do Estado*, de Aderson de Menezes; *Injuricidade de uma confissão: caso José Osterne de Figueiredo*, de Gebes Medeiros; *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*, de Jefferson Péres; *Legendas e águas-fortes*, de Pericles Moraes; *Manaus de sempre*, de João da Mata; *Mundurucânia (versos)*, de Homero Leão; *Nosso tempo: anseios e realidades*, de Waldemar Batista de Salles; *Os aureos filões de Camillo*, de João Leda; *Os bucheiros: um memorial de infância*, de Áureo Nonato; *Os sonetos das flores*, de Américo Antony; *Poesia reunida*, de Antísthenes Pinto; *Política e espírito do regime*, de Leopoldo Péres; *Problemas de direito e estado*, de Waldemar Pedrosa; *Raiz (crônicas)*, de Ulysses Bittencourt; *Regime das águas*, de Francisco Vasconcelos; *Sá Peixoto: o jurista amazonense da codificação civil*, de José Lindoso; *Sexo e amor*, de Cláudio de Araújo Lima; *Sílvio Romero e os verrineiros: itinerário e comentário*, de João Mendonça de Souza; *Sindérese sobre a Faculdade de Filosofia do Amazonas*, de Cônego Walter Nogueira; *Sobre uma geografia social da Amazônia*, de Moacyr

Paixão e Silva; *Terras e homens (ensaios)*, de Raul de Azevedo; *Um esboço da vida amazônica*, de Sócrates Bomfim; em formato digital, uso que agora foi inaugurado pela instituição. 193

REVISTA DA ACADEMIA

Mantendo a tradição originada em 1918 com a publicação da *Revista do Norte* como órgão da Sociedade Amazonense de Homens de Letras, e depois com a *Revista da Academia* (1920), essa tem circulado com regularidade, e nesse período publicou dois números (37 e 38), um deles com o Índice Geral das revistas, apresentado com entradas por autor (nome literário e nome civil) e assunto, o que facilita a pesquisa.

Conforme o novo padrão adotado desde o número 30 (2011), a *Revista* teve ilustrações de Sergio Cardoso e Jandr Reis, e artigos com temáticas variadas, conforme a linha de trabalho dos autores, e está classificada como B 2, com ampla circulação em bibliotecas e nas atividades da Academia, oficiais e populares.

Ficam contratadas para o próximo biênio e com recursos em conta bancária, a edição de quatro números da *Revista* cuja edição e circulação foi prejudicada pela pandemia.

COLEÇÃO PENSAMENTO AMAZÔNICO

Essa gestão pode ser considerada peculiar em relação às edições Acadêmicas, desde a *Coleção do Centenário*, o que se deve aos membros da Casa e ao empenho do Acadêmico José Braga, diretor de Edições nos dois mandatos, dando continuidade às séries *André Araújo* e *Violeta Branca* e inaugurando as séries *João Leda* e *Alcides Baía*.

Custeados por recursos municipais, estaduais e federais, em razão de emendas parlamentares e editais públicos, desde 2018 foram publicados vários títulos compondo as séries *André Araújo* e *Violeta Branca* e mais recentemente, em 2020-2021, as novas séries *João Leda* e *Alcides Baía*.

Na série *André Araújo* foram publicados, nos dois mandatos (2018-2021): *A história como metáfora*, de Zemaria Pinto; *A sociologia crítica e a questão social*, de Marilene Corrêa; *Amazônia Fragmentos da História*, de Abrahim Baze; *Envelhecer é um privilégio*, de Euler Ribeiro; *Jonas da Silva: vida e poesia*, de Robério Braga; *Município de Itaquatiara*, de Mário Ypiranga Monteiro; *O Jardim de Minha Mãe*, de Almir Diniz;

194 *Cotidiano Pitoresco*, de Mazé Mourão; *Já é Tempo de Pensar*, de Dom Luiz Soares Vieira; *Teatro das Mulheres de Lazon* – 4 *Quatro Dramathurgias Barehs*, de Sergio Cardoso; *Teatro Selet*, de Márcio Souza e, *Vim de Igarité a Remo*, de Elson Farias. Em reedição: *A Borracha da Amazônia*, de Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto; e, *Álvaro Maia – Uma Canção de Fé e Esperança*, organizado por Carmen Novoa. Em edição traduzida para o espanhol: *La Amazônia Panteísta*, de Mavignier de Castro, traduzido por Newton Sabbá Guimarães.

No ano de 2019, foram lançados, originalmente: *Na Linha do Tempo*, de Abrahim Baze; *A Maldição da Seringueira*, de Aldisio Filgueiras; *Estrela Viva*, de Anísio de Mello; *Rui Machado: um artista amazonense* de Artemis de Araújo Soares; *Envelhecer é um Privilégio Vol. 2* de Euler Ribeiro; *Alvoradas e Crepúsculos* de Lafayette Vieira; *Histórias de Vida* de Mazé Mourão; *Decadentes & Esquecidos*, de Newton Sabbá Guimarães; *Fundadores da Academia Amazonense de Letras*, de Robério Braga. Em reedição: *Roteiro do Folclore Amazônico*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Nossa Senhora de Manaus*, de Max Carphentier. Em edição comemorativa do Jubileu de Ouro do Acadêmico Elson Farias (2019): *Águas do dia e da noite: estudos sobre a poesia, a ficção e a ensaística de Elson Farias*.

No mandato de 2020-2021, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, a Academia se valeu de edições digitais e impressas, e iniciou a *Série João Leda* com reedição em forma digital, de 40 títulos: *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *Algumas notas sobre a valência química*, de Manoel Bastos Lira; *Amazônia em novas dimensões*, de Cosme Ferreira Filho; *Aspectos do direito*, de Oyama Cesar Ituassú; *Assim nasceu o Ideal Clube*, de Genesino Braga; *Carta de segurança*, de Carlos de Araújo Lima; *Chuva Branca*, de Paulo Jacob; *Convite Frugal*, de Aníbal Beça; *Cronologia eclesiástica da Amazônia*, de Dom Alberto Ramos; *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*, de Agnello Bittencourt; *Dicionário da língua popular da Amazônia*, de Paulo Jacob; *Direito Internacional Público*, de Gaspar Guimarães; *Elogio sentimental dos bichos amazônicos: entre a biologia e o folclore*, de Mário Ypiranga Monteiro; *Estudos de sociologia*, de André Vidal de Araújo; *Figuras, Ideias, Opiniões*, de Almeida Barroso; *Fronteiras*, de Ramayana de Chevalier; *Geographia e topographia médica de Manáos*, de Alfredo da Matta; *Gleba Tumultuária*, de Aurélio Pinheiro; *Idéias e problemas do Estado*, de Aderson de Mene-

zes; *Injuricidade de uma confissão: caso José Osterne de Figueiredo*, de Gebes Medeiros; *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*, de Jefferson Péres; *Legendas e águas-fortes*, de Pericles Moraes; *Manaus de sempre*, de João da Mata; *Mundurucânia (versos)*, de Homero Leão; *Nosso tempo: anseios e realidades*, de Waldemar Batista de Salles; *Os aureos filões de Camillo*, de João Leda; *Os bucheiros: um memorial de infância*, de Áureo Nonato; *Os sonetos das flores*, de Américo Antony; *Poesia reunida*, de Antísthenes Pinto; *Política e espírito do regime*, de Leopoldo Péres; *Problemas de direito e estado*, de Waldemar Pedrosa; *Raiz (crônicas)*, de Ulysses Bittencourt; *Regime das águas*, de Francisco Vasconcelos; *Sá Peixoto: o jurista amazonense da codificação civil*, de José Lindoso; *Sexo e amor*, de Cláudio de Araújo Lima; *Sílvio Romero e os verrineiros: itinerário e comentário*, de João Mendonça de Souza; *Sindérese sobre a Faculdade de Filosofia do Amazonas*, de Cônego Walter Nogueira; *Sobre uma geografia social da Amazônia*, de Moacyr Paixão e Silva; *Terras e homens (ensaio)*, de Raul de Azevedo; *Um esboço da vida amazônica*, de Sócrates Bomfim.

Na Série Alcides Baía, também criada em 2020, foram reeditadas em forma fac-similar e impressas, as seguintes obras: *A Chimera da Língua Brasileira*, de João Leda; *A Intelectualidade no Extremo Norte*, de Anísio Jobim; *Ajuricaba o Guerreiro Manau*, de Hugo Bellard; *Bahira e suas Experiências*, de Nunes Pereira; *Contos e Descontos*, de João Chrysóstomo de Oliveira; *Humanização da Pena*, de Paulo Pinto Nery; *Lira Amazônica*, de Anísio Melo; *O Espião do Rei*, de Mário Ypiranga Monteiro; *O Nascimento de uma Cidade*, de Luiz de Miranda Corrêa e Volutas, de Raymundo Monteiro. Em segunda edição, *Eduardo Ribeiro: vida e obra*, de Robério Braga.

Portanto, foram editados de 2019 a 2021, precisamente, 77 títulos nas várias coleções organizadas pela Academia, marco importante, inclusive, pela recuperação de obras que se encontravam fora das prateleiras dos livreiros e das bibliotecas há muitos anos, além de títulos inéditos de Acadêmicos.

MEDALHA DO CENTENÁRIO

Instituída em 2017, sob a presidência da Acadêmica Rosa Mendonça de Brito (2016-2017) em razão de proposta de comissão presidida pelo Acadêmico Robério Braga, a *Medalha do Centenário* se consti-

196 tuuiu em principal galardão conferido a personalidades que prestaram relevantes serviços às letras e às artes, assim reconhecidos pela Casa.

Desenvolvida pelo designer Marcicley Reggo, a medalha foi produzida pela empresa Zanoello Troféus e Medalhas e custeada com recursos públicos, conforme as seguintes características: em metal zamak fundido, alto e baixo relevo, com banho de bronze cataforético, com diâmetro de 50mm, espessura de 5mm, peso aproximado de 50 gramas, com imagens da sede do Silogeu, tocha e Cadeira Acadêmica.

OUTORGA DA MEDALHA

Para outorga da *Medalha do Centenário* foram realizadas uma sessão administrativa em 13 de abril, e duas sessões solenes e especiais em 23 de maio e 3 de outubro de 2019, no Salão do Pensamento Amazônico “Álvaro Maia”.

Dirigidas pelo presidente da Casa, estiveram presentes os Acadêmicos Max Carphentier, Elson Farias, José dos Santos Pereira Braga, Rosa Mendonça de Brito, Carmen Novoa Silva, Maria José Mazé Santiago Mourão, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araújo Soares, Lafayette Carneiro Vieira, Almir Diniz de Carvalho, Francisco Gomes da Silva, Cláudio do Carmo Chaves, Antônio José Souto Loureiro, José Maria Pinto de Figueiredo, Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Marcus Luiz Barroso Barros, Aldisio Gomes Filgueiras, Abrahim Sena Baze, José Geraldo Xavier dos Anjos, Júlio Antonio de Jorge Lopes, Aristóteles Comte de Alencar Filho e Sergio Vieira Cardoso.

Foram oradores, os Acadêmicos Marcus Luiz Barroso Barros e Francisco Gomes da Silva, e os agradecimentos foram proferidos pelo deputado Josué Cláudio de Souza Neto e o escritor Celdo Braga, respectivamente.

No dia 23 de maio foram homenageados *in memoriam* os antigos acadêmicos Adriano Augusto de Araújo Jorge (Afrânio de Araújo Jorge); Pericles Mello Moraes (Leonice Igrejas Lopes); Álvaro Botelho Maia (Álvaro Arnaldo Maia Peres; Djalma da Cunha Batista (Cláudio José Limongi Batista); Genesino Pedroso Braga (Ursulita Braga Alfaia e Marlene Braga de Souza); João Mendonça de Souza (Vitor Mendonça de Souza Vieiralses); Leôncio de Salignac e Sousa (Leôncio de Salignac e

Sousa); Mário Ypiranga Monteiro (Marita Socorro Monteiro); Joaquim de Alencar e Silva (Rita de Cássia Dutra de Alencar Clark). 197

Além de antigos Acadêmicos, foram homenageados: os deputados Josué Cláudio de Souza Neto, Alessandra Campêlo da Silva, Serafim Fernandes Corrêa e Carlos Alberto de Castro Almeida e as personalidades, Cleomar dos Anjos Feitosa; Edison Bentes Farias; Felix Valois Coelho Júnior; padre Francisco Paulo Pinto; Hidembergue Ordozgoith da Frota; Phelippe Daou Júnior, Jaime de Araújo Covas; José Souza do Nascimento; Alcemir Pessoa Figliuolo; Gaetano Laertes Pereira Antonaccio; Geraldo Sarmiento Gadelha; Margarida Campos dos Santos; Nelly Falcão de Souza e Irmã Marília Terezinha dos Santos Menezes.

Em 3 de outubro, foram homenageados os antigos Acadêmicos falecidos, Armando Andrade de Menezes (Ivete Rocha de Menezes); Aderson Pereira Dutra (Ana Lúcia Dutra Braga); Aristophano Antony (Flávio Cordeiro Antony); José Jefferson Carpinteiro Péres (Marlídice de Souza Carpinteiro Péres); Paulo Herban Maciel Jacob (Marilda Loureiro Jacob); Paulo Pinto Nery (Abílio de Souza Marinho Nery); Samuel Isaac Benchimol (Nora Benchimol e Ilko Minev). Foram homenageados, também, os deputados Dermilson Carvalho das Chagas e Luís Ricardo Saldanha Nicolau, e as personalidades: Marcelo Souza de Jesus, Luiz Fernando Neves Malheiro, Celdo Braga, José Humberto Pessoa Vieira, Lisette Bouez Abraham, Miron Osmátio Fogaça, Hemetério (Cabrinha) José dos Santos (representado por Antônia Guimas Batatel) e Pedro Augusto Santiago de Amorim (representado por Elvira Eliza França).

Seguindo a tradição, as solenidades foram encerradas com saraus musicais e poéticos pelos artistas Roger Barbosa (poemas), Márcia Siqueira (voz), Paulo Marinho (piano) e Jhonny Meurer (piano e voz).

MEDALHA PERICLES MORAES

A Medalha de Mérito Cultural “Pericles Moraes”(2004), instituída na presidência do Acadêmico Elson Farias (2004-2005/2006-2007), tem agraciado personalidades que se destacam em serviço à sociedade nas Letras, nas Artes e no Mecenato, assim reconhecidas pela Academia em solenidade única por ano.

Em 2018, no dia 25 de abril, em sessão solene com a presença dos antigos presidentes Max Carphentier Luís da Costa, José dos Santos

198 Pereira Braga e Arlindo Augusto dos Santos Porto, e dos Acadêmicos Carmen Novoa e Silva, Maria José Mazé Santiago Mourão, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araújo Soares, Marcus Luiz Barroso Barros, José Maria Pinto de Figueiredo, Aldisio Gomes Filgueiras, Abrahim Sena Baze, Aristóteles Comte de Alencar Filho e Sergio Vieira Cardoso, deu-se a outorga do ano.

Receberam a Medalha e o buquê de helicônias, Arthur Engrácio da Silva (*in memoriam*), em Letras; Rômulo do Nascimento Pereira, em Artes, e da Federação Espírita Amazonense, em Mecenato, representada pelo seu presidente, Thiago Souza de Aguiar. A saudação foi proferida pelo Acadêmico Aldisio Gomes Filgueiras, titular da Cadeira de Maranhão Sobrinho e os agradecimentos prestados pelo artista Rômulo do Nascimento Pereira, encerrando-se com recitação dos poemas *Coração* e *Vida Anterior*, de Jonas da Silva, fundador do silogeu, pelo ator Roger Barbosa, e apresentação do duo de violino e piano com Giovanni Conte e Renan Branco, da orquestra Amazonas Filarmônica.

Em 2019, a cerimônia foi em 8 de maio, com a presença dos antigos presidentes Max Carphentier Luiz da Costa, Elson José Bentes Farias, José dos Santos Pereira Braga e Rosa Mendonça de Brito, e dos Acadêmicos Euler Esteves Ribeiro, Carmen Novoa Silva, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis Soares de Souza, Francisco Gomes da Silva, Cláudio do Carmo Chaves, José Maria Pinto de Figueiredo, Márcio Bentes Gonçalves de Souza, Abrahim Sena Baze, José Geraldo dos Anjos Feitosa, Aristóteles Comte de Alencar Filho e Sergio Vieira Cardoso.

Foram agraciados Otoni Moreira de Mesquita, em Letras; Francisco Ferreira da Silva (Chico da Silva), em Artes; e a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade, em Mecenato, representada por Darcy de Paula Modesto. A saudação foi proferida pelo Acadêmico Aristóteles Comte de Alencar Filho, titular da Cadeira de Alfredo Augusto da Matta, e o discurso de agradecimento foi proferido pelo escritor e artista Otoni Moreira de Mesquita.

Conforme a tradição, poemas foram interpretados pelo artista Roger Barbosa, além da execução musical pelos artistas Paulo Marinho, ao piano, e Giovanni Conte, ao violino.

O quadro de Honorário da Academia é bastante restrito, e assim vem se mantendo desde a fundação, em 1918, assim como o de Benemérito, de modo a representar a rigorosa escolha que sucede nesses casos, de tal ordem que são pouco os reconhecidos nessa condição especial, em mais de cem anos da Casa: Ruy Barbosa, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça e Nelson Abrahim Fraiji.

Manoel de Jesus Pinheiro Coelho

Em 12 de novembro de 2018, na presença dos antigos presidentes Max Carpentier Luiz da Costa, José dos Santos Pereira Braga e Rosa Mendonça de Brito, e dos Acadêmicos Euler Esteves Ribeiro, Cláudio do Carmo Chaves, Carmen Novoa Silva, Maria José Mazé Santiago Mourão, José Geraldo dos Anjos Feitosa, Abrahim Sena Baze, Francisco Gomes da Silva, Aristóteles Comte Alencar Filho e Júlio Antonio de Jorge Lopes, foi realizada a outorga do Título de Membro Honorário ao professor doutor Manoel de Jesus Pinheiro Coelho, por sua contribuição profissional e intelectual à sociedade amazonense.

Nascido em Barbalha (CE), Manoel Jesus Pinheiro Coelho é o terceiro filho de Francisco Macedo Coelho e Djanira Pinheiro Coelho. Chegou a Manaus muito jovem e cursou o preparatório de medicina no Colégio Brasileiro, formando-se na Faculdade de Medicina da antiga Fundação Universidade do Amazonas (FUA), em 1972.

Especialista em Cirurgia Geral e Oncológica pelo Hospital dos Servidores, do Rio de Janeiro (1974), ao retornar a Manaus exerceu atividades no serviço público como médico e docente no Departamento de Clínica Cirúrgica da Universidade Federal do Amazonas, no Hospital Universitário Getúlio Vargas, Fundação Centro de Controle de Oncologia, Liga Amazonense Contra o Câncer, além de ter sido Secretário Estadual e Municipal de Saúde. É membro da Academia de Medicina do Amazonas e da Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas.

O diploma foi entregue pelo Acadêmicos Rosa Mendonça de Brito, Carmen Novoa Silva, José dos Santos Pereira Braga, Marcus Luiz Barroso Barros e Aristóteles Comte de Alencar Filho, e a saudação proferida pelo Acadêmico Cláudio do Carmo Chaves, seguida de poesia

200 e música por Roger Barbosa, Giovanny Conte (violino) e Renan Branco (piano), estes da orquestra Amazonas Filarmônica.

Marco Americo Lucchesi

Em dezembro de 2021 a Casa concedeu o título de Membro Honorário ao escritor e professor Marco Americo Lucchesi, Presidente da Academia Brasileira de Letras, pelo notável saber e serviços prestados às artes e às letras no país, com sua inclusão na restrita galeria inaugurada por Ruy Barbosa.

Nasceu em 9 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Filho de Elena Dati e Egidio Lucchesi, mudou-se com a família para Niterói aos oito anos de idade. Primeiro brasileiro de uma família italiana da Toscana, os versos da Divina Comédia e de Orlando Furioso fazem parte da memória de sua infância.

Poeta, romancista, memorialista, ensaísta, tradutor e editor, em sua ampla produção, contemplada por diversos prêmios, destacam-se: *Sphera*, *Meridiano Celeste* e *Bestiário* e *Clio* (poesia); *O Dom do Crime* e *O Bibliotecário do Imperador* (romances); *Saudades do Paraíso* e *Os Olhos do Deserto* (memória); *A Memória de Ulisses* e *O Carteiro Imaterial* (ensaios).

Traduziu diversos autores, dentre os quais, publicados em livro, dois romances de Umberto Eco, a *Ciência Nova*, de Vico, os poemas do romance Doutor Jivago, obras de Guillevic, Primo Levi, Rumi, Hölderlin, Khlebnikov, Trakl, Juan de la Cruz, Francisco Quevedo, Angelus Silesius. Notória a sua atuação em defesa dos direitos humanos, como sua constante presença em comunidades e prisões cariocas, mediante projetos literários e educativos. Convidado pelo Conselho Nacional de Justiça a integrar o GT para a elaboração do Plano Nacional de Fomento à Leitura nos Ambientes de Privação de Liberdade.

Pertence a diversas instituições, dentre as quais se destacam a Academia das Ciências de Lisboa (sócio correspondente); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Académie de la Latinité, Accademia Lucchese di Scienze, Lettere e Arti (sócio correspondente); Academia Paraguaya de la Lengua Española (sócio correspondente); da Associação Mundial de Esperanto (comitê de honra); Sociedade Brasileira de Geografia; Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente; Movimento Humanos Direitos; Pen Clube do Brasil; Academia

Fluminense de Letras; Academia Norte-Riograndense de Letras (sócio correspondente); Academia Espírito-santense de Letras; Academia Alagoana de Letras (sócio benemérito); Academia de Letras de Aracaju (sócio correspondente); Gabinete Litterario Goyano (sócio honorário); Academia Niteroiense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Niterói; Cenáculo de História e Letras de Niterói. Associado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 201

A crise pandêmica, entretanto, impediu a entrega quando de sua visita a Manaus e em visita oficial ao sodalício.

JUBILEU LITERÁRIO

Poucos Acadêmicos têm alcançado festejar o Jubileu Literário na Academia, como Álvaro Botelho Maia e Manuel Nunes Pereira, que foram do grupo de fundadores, Violeta Branca, a primeira mulher a ingressar na instituição, Amadeu Thiago de Mello e, dessa feita, Elson José Bentes Farias.

Assim, conforme planos da Diretoria, em 2019 foram realizadas as festividades alusivas ao Jubileu Acadêmico do escritor e Acadêmico Elson Farias, vez que foi empossado na Cadeira de Olavo Bilac, em 1969.

Celebrado em dois dias, os festejos constaram da edição de obra coletiva com a produção de vários professores que analisaram boa parte da importante produção literária do homenageado, além de solenidade oficial e apresentação da peça *A Feiticeira Maravilhosa*, interpretada pela Companhia Interarte Produções.

A solenidade foi realizada no dia 21 de novembro, com a presença dos antigos presidentes Max Carphentier Luiz da Costa e José dos Santos Pereira Braga; e dos Acadêmicos Carmen Novoa Silva; Artemis de Araújo Soares; José Maria Pinto de Figueiredo; Márcio Gonçalves Bentes de Souza; Aldisio Gomes Filgueiras; Ernesto Renan Melo Freitas Pinto; Júlio Antonio de Jorge Lopes e Marcos Frederico Krüger Aleixo.

A saudação ao homenageado foi proferida pelo Acadêmico Marcos Frederico Krüger Aleixo, que enalteceu a vida e a obra do poeta Elson Farias, em análise crítica.

Emocionado, o Acadêmico Elson Farias agradeceu a homenagem e referiu a jornada transcorrida, após o que o público apreciou a recitação das poesias *Didática do Igarapé*, *Sereno Verde do Dia* e *Romance*

202 *da desaparecida*, pela atriz Koya Refkalefsky e pelo ator e poeta Dori Carvalho e a execução musical de poemas de Elson Farias musicados pelo maestro Nivaldo Santiago, com as canções *Acalanto para Klarisse*, *Canção do possível amor – 1*, *Canção do possível amor – 2*, apresentadas pelos cantores líricos Raquel de Queiroz e Juremir Vieira, acompanhados pelo pianista Renan Branco e o violinista Giovanny Conte, dos corpos estáveis do Teatro Amazonas.

No segundo dia das festividades o encontro tomou caráter mais informal, com a Companhia de Teatro Interarte Produções apresentando no Salão Azul, a obra infantil *A Feiticeira Maravilhosa* que ganhou vida e encantou a plateia e seu autor.

Em seguida, foi apresentado trecho do filme *Elson Farias, toda palavra é poética*, do Acadêmico e cineasta Sergio Cardoso, o qual teve larga distribuição entre o público, uma vez que foi afixado no livro lançado na mesma noite.

O livro *Águas do dia e da noite: estudos sobre a poesia, a ficção e a ensaística de Elson Farias*, organizado por comissão composta pelos Acadêmicos Zemaria Pinto, Marilene Corrêa e Sergio Cardoso, foi apresentado por Zemaria Pinto, que focou em descrever processos e agradecer o apoio de todos os pesquisadores, professores e Acadêmicos que colaboraram com a obra. Logo após a palavra do homenageado, na Sala Memória Mário Ypiranga Monteiro, deu-se a sessão de autógrafos e coquetel.

ELEIÇÃO E POSSE

Revisado o processo de inscrição à Cadeira n. 30, de que é patrono Araripe Júnior, para sucessão do Acadêmico Armando Andrade de Menezes, a eleição foi levada a efeito em 27 de abril de 2019, na qual concorreram os escritores Marcos Frederico Krüger Aleixo, Osíris Messias Araújo da Silva e Sandra Maria Godinho Gonçalves.

A Comissão de Admissão foi composta pelos Acadêmicos Abrahim Sena Baze (presidente), José Maria Pinto de Figueiredo (relator) e Euler Esteves Ribeiro (membro), cujo parecer foi aprovado em Assembleia Geral, sendo eleito por maioria de votos o escritor Marcos Frederico Krüger Aleixo, de cujo resultado foi comunicado pelos Acadêmicos José Maria Pinto de Figueiredo, Abrahim Sena Baze e Mazé Mourão.

Marcos Frederico Krüger Aleixo nasceu em Manaus, em 1949, e desde jovem publicou diversos artigos em livros e revistas. Concluiu doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ, publicou estudos sobre a mitologia amazônica e o desenvolvimento da poesia no Amazonas. Seu ensaio literário *A sensibilidade dos punhais* (2007) venceu o Prêmio L. Ruas, da Prefeitura Municipal de Manaus. Em seu período de professor na Universidade Federal do Amazonas orientou diversos trabalhos dedicados ao estudo do Amazonas, sua mitologia e criação literária.

A posse foi realizada em 08 de agosto de 2019, com saudação do Acadêmico José Maria Pinto de Figueredo, em sessão bastante concorrida, com apresentação lítero-musical pela atriz Koya Refkalefsky e pelo ator e poeta Dori Carvalho, e execução musical dos cantores líricos Raquel Queiroz e Juremir Vieira, acompanhados pelo pianista Renan Branco, dos corpos estáveis do Teatro Amazonas.

PROJETO MEMÓRIA DO MUNDO

O Silogeu sediou a reunião técnica do projeto *Memória do Mundo*, em parceria com UNESCO, Ministério da Cultura, Arquivo Nacional e MoW Brasil, oportunidade em que foi efetivada a oficina técnica do Projeto, na qual os profissionais que atuam em arquivos e bibliotecas, e cuidam de acervos e coleções que reúnem documentos especiais brasileiros, sediados no Amazonas, receberam treinamento profissional com padrões internacionais e tiveram ocasião de debater as formas de trabalho que vem desenvolvendo.

O treinamento ocorrido em maio de 2018, foi marco importante no ano do centenário da Academia, pois o Projeto *Memória do Mundo*, realizado pela UNESCO desde 1992, que tem o objetivo de investir na preservação e acesso ao patrimônio cultural mundial, até então não havia sido realizado na cidade.

Na ocasião foram realizadas conferências pelo Acadêmico presidente Robério Braga, versando sobre arquivos e documentos raros e especiais no Estado, pela representante regional da UNESCO, arquiteta Jussara da Silveira Derenji e pela dra. Maria Ana Quaglino, membro do

204 Comitê MoWBrasil. Ambas explicitando as regras do Projeto, a forma de participação dos arquivos amazonenses e a relevância de obter o selo de seleção e premiação da UNESCO.

Essa iniciativa redundou na escolha de um arquivo amazonense, pela primeira vez, para ser inscrito como *Memória do Mundo*, garantindo um selo especial do Tribunal de Justiça do Amazonas pelo trabalho de preservação de documentos de registro de “africanos livres”, originários do período imperial e constantes do Arquivo Central do Tribunal.

PROGRAMA ACADEMIA DE PORTAS ABERTAS

Redimensionando a programação da gestão do presidente José Braga, quando a Academia recebeu intensa visitação de escolas para encontros com os Acadêmicos, essa Diretoria ampliou essa ação, manteve a denominação e realizou atividades artísticas, poéticas e encontro com escritores, aos domingos, no período de verão amazônico.

A Casa de Adriano Jorge preza pelo contato social, e, estabelecendo relações com outras instituições culturais, em caráter excepcional tem cedido seus salões para eventos dessas entidades, consentâneos com os propósitos da Academia, e mantido os programas de visitação escolar, atividades artísticas e literárias.

VISITA GUIADA E SARAU LITERÁRIO

Em 2018, o projeto se desenvolveu de 26 de agosto a 21 de outubro, como forma de ampliar a aproximação da Academia com a população. O público aprovou a iniciativa e chegou a mais de 500 visitantes. A programação constou de visita guiada, encontro e breve debate com Acadêmicos, serviço de Banca do Tacacá e sebos independentes que comercializaram livros e cd's na parte externa do prédio, na qual havia apresentações do saxofonista Dom Carioca e do violinista Victor Medeiros.

O ator Leonardo Novelino, caracterizado como Adriano Jorge – o primeiro presidente da Casa –, recepcionava e conduzia os visitantes pela sede contando sua história. Após a visita, público e Acadêmicos compartilhavam roda de conversa sobre Literatura, processo criativo e o Silogeu. Em seguida, no salão principal, dava-se o Sarau Literário, apresentado pela Interarte Produções, com atores e público em

leituras poéticas. Encerrando-se com apresentação de artistas com música erudita e popular. 205

Apresentaram-se, nessa atividade de Portas Abertas, os artistas: Duo de violino e piano, com Giovanny Conte e Renan Branco; Fátima Silva; Humberto Vieira; Lucilene Castro; Quarteto de Cordas Cilenio; Luiz Carlos; Zezinho Corrêa; Marinete Negrão; Ketlen Nascimento; Carol Martins, Celdo Braga e Grupo Gaponga; Quinteto de Metais, Cinara Nery; duo de violino e violoncelo; Madrigal Amazonas e Márcia Siqueira.

No ano seguinte (2019), foram 12 sessões, com adesão de jovens e estudantes, mantendo-se a estrutura da visita guiada com o personagem Adriano Jorge, representado pelo ator Leonardo Novelino, e sarau poético e musical que homenageou Violeta Branca, Luiz Bacellar, Cecília Meireles, Luiz Tatit, Elson Farias, Astrid Cabral, Clarice Lispector, Max Carphentier, Zemaria Pinto, Farias de Carvalho, Jorge Tufic, Almir Diniz, Heliodoro Balbi, dentre outros, com declamação por atores e público.

Na ocasião, os interessados estabeleciam diálogo direto com os Acadêmicos que proferiam pequenas palestras sobre temas em estudo, satisfazendo a curiosidade dos visitantes, seguindo-se a parte musical com artistas dos campos erudito e popular.

Apresentaram-se a Orquestra de Câmara do Amazonas, Bella Queiroz com Carlos Bandeira, o dueto de Viola e Violoncelo formado por Débora Batista e Timóteo Esteves, dueto de violoncelo e piano com Anna Samokish e Renan Branco, Grupo Instrumental Rei Davi, Serginho Queiroz com o pianista Jonilson Reis (Labamba), Carlos Batata com banda e dançarinos de boi-bumbá, Lili Andrade e Pedrinho Ribeiro, Kátia Freitas com a pianista Irina Kazak, Candinho e Inês, Nicolas Júnior, Lucinha Cabral, Tamar Freitas com o pianista Hilo Carriel, Gil Valente, Carolina Bertoline e Márcia Novo e banda.

Essa programação, em todo o período, foi inteiramente custeada com recursos públicos estaduais, decorrentes de emenda da parlamentar da deputada Alessandra Campêlo.

MOSTRA DE TEATRO

Pela primeira vez a Casa organizou a *Mostra de Teatro dos Imortais*, como parte da programação comemorativa ao Centenário da

206 Academia, com montagem e apresentação das peças “O Homem que Marcha” e “A Feiticeira Maravilhosa”, textos originais dos Acadêmicos Benjamin Lima e Elson Farias, respectivamente.

Os grupos encarregados das montagens foram escolhidos em edital público, custeados pela Academia, e escolhidos e acompanhados por comissão composta pelos Acadêmicos Sergio Vieira Cardoso, José Maria Pinto de Figueiredo e Francisco Gomes da Silva.

Por falta de interessados o texto “A Marquesinha” não conseguiu ser apresentado e as encenações foram feitas pela Interarte Produções para “A Feiticeira Maravilhosa”, de Elson Farias, e pelo grupo Espatódea Trupe Produções Artísticas para “O Homem que Marcha”, de Benjamin Lima.

O investimento foi de R\$ 60.030,00 (sessenta mil e trinta reais) sendo R\$ 20.010,00 (vinte mil e dez reais) para cada projeto selecionado, recursos originários dos cofres públicos estaduais em razão de Termos de Fomento e as apresentações decorreram em janeiro de 2020, gratuitamente ao público.

A Feiticeira Maravilhosa

Realizada pela Companhia de Teatro Interarte Produções em 12 de janeiro de 2020, a apresentação da peça *A Feiticeira Maravilhosa* foi baseada na obra do Acadêmico Elson Farias, com adaptação e direção de Roger Barbosa. O espetáculo apresenta a vida na floresta de maneira vibrante a partir da perspectiva dos personagens infantis que, em caminhada pela mata, encontram a misteriosa feiticeira.

A companhia contou com o músico tecladista Willians Fonseca Solano que fez arranjos e execução ao vivo com elementos da música orgânica, além de 4 instrumentistas e elenco de 5 atores-cantores. Os figurinos foram inspirados nas ilustrações de Márcio Matias do livro publicado do mesmo autor.

O Homem que Marcha

No dia 26 de janeiro de 2020, a Companhia de Teatro Espatódea Trupe apresentou a peça *O Homem que Marcha*, em adaptação da obra do Acadêmico Benjamin Lima, cujo texto original foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

Trata-se de uma farsa em três atos, vivida por Henriqueta, 207
Ramiro e Conrado como protagonistas de triângulo amoroso, onde
o marido enganado arquiteta uma forma de se vingar. A adaptação e
direção foi de Emille Nóbrega, a direção de produção de Árlisson Cruz
e o elenco formado pelos atores Cairo Vasconcelos, Emília Pontes e
Guilherme Bindá.

PESQUISA DE OPINIÃO

Visando conhecer o perfil e a opinião dos participantes da
programação *Academia de Portas Abertas*, foi realizada pesquisa que
resultou nos seguintes indicadores relativos ao tipo e origem do
público e a motivação do comparecimento.

Origem 1.: 5 zonas de Manaus

Origem 2.: 43% da centro-sul e 31% da zona oeste;

Idade: de 21 e 60 anos;

Profissão: professores e estudantes (18% cada), assistente social
e funcionário público federal (12% cada).

Comparecimento em grupo: 58% acompanhadas e 24% com
mais 3 pessoas; e 12% desacompanhadas.

Comparecimento anterior a Academia: 41% responderam sim;
e 59% compareciam a primeira vez.

Conhecimento do evento: jornal 32%; amigos e familiares 24%,
e redes sociais 20%.

Motivação principal: O sarau e apresentações musicais.

NO ANO DA PANDEMIA

Impedida de promover atividades presenciais, a Academia reali-
zou eventos artísticos pelas redes sociais sob o título de *Sarau em Casa*,
com o qual obteve rápida adesão dos seguidores das suas plataformas,
e recebeu vídeos de poesias (inclusive autorais), apresentações musi-
cais, execuções de peças clássicas, sugestão de leituras de livros, e os
vinculou a todos em suas redes sociais.

Mais de 50 vídeos foram apresentados nas redes pelo Silogeu,
com postagens diárias de quinta a domingo.

A Academia recebeu a visita de professores e estudantes de escolas públicas da capital e da Região Metropolitana de Manaus, previamente agendadas, como vem sucedendo há vários anos. Nessa gestão foram recebidas em visita guiada, receberam informações sobre a instituição e seu funcionamento e livros editados pela Academia. Foram recebidos alunos das escolas “Vicente de Paula”, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, unidade do município de Manacapuru, Instituto de Educação do Amazonas, Colégio Estadual Dom Pedro II, curso de Pedagogia da Universidade Paulista, Escola Estadual “Ruy Araújo”, Centro Educacional Senador “Arthur Virgílio Filho” e Escola Estadual “Agnello Bittencourt”.

EVENTOS ESPECIAIS

A elegância do Salão Azul motiva a procura por diversas instituições para realização de conferências, encontros científicos, lançamento de livros, entre outras atividades de conclamação artística e literária. No primeiro biênio, a Casa acolheu diversos eventos em parceria com outras entidades, incluindo a participação de Acadêmicos, como a Temporada Literária, lançamento de livros, Projeto Memória do Mundo, sessões da Academia Amazonense Maçônica de Letras e Academia Brasileira de Educação Física.

TEMPORADA LITERÁRIA

A Temporada Literária, realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura, é destinada a promover encontros entre alunos da rede pública de ensino com Acadêmicos, com o objetivo de debater temas de interesse para a Literatura e para a sociedade. As palestras foram realizadas pelos acadêmicos Zemaria Pinto e Marilene Corrêa. Participaram alunos das escolas: Escola Estadual Professor Antenor Sarmiento, Escola Estadual Eunice Serrano Telles de Souza e Instituto de Educação do Amazonas – IEA.

O Salão do Pensamento Amazônico também recebeu convidados para o lançamento de livros de autoria de estudantes dos colégios Laviniense Ensino Integrado e Martha Falcão, em dezembro de 2018.

Trata-se dos livros *Novos Talentos*, de alunos do Colégio Martha Falcão e *As Fantásticas Historietas do 5.º ano, vol.2*, de estudantes do Colégio Laviniense Ensino Integrado. Em ambas as oportunidades com a presença de pais, Acadêmicos, professores e jornalistas. Evento dessa natureza foi repetido em 2019 pelo Colégio Martha Falcão. Em dezembro, no dia 10, deu-se a solenidade de lançamento do livro *Novos Talentos*, de autoria dos alunos do Colégio Martha Falcão, com participação do Acadêmico Abrahim Baze.

OBRAS DE ACADÊMICOS

No mesmo período deram-se os lançamentos de obras de Acadêmicos integrantes das coleções do Silogeu ou de outras editoras, atraindo público considerável, e reafirmando uma das funções da instituição.

No dia 26 de novembro de 2019, deu-se o lançamento do livro “Aparecida” da Acadêmica Carmen Novoa, que reuniu “Artigos publicados no site da Academia Marial de Aparecida-SP”. O evento foi realizado na igreja catedral de Nossa Senhora da Conceição, após celebração religiosa que homenageou o então Arcebispo Metropolitano de Manaus, Dom Sérgio Eduardo Castriani.

Das coleções acadêmicas foram lançados: 82, de outras editoras foram apresentados: *Phelippe Daou: o jornalista*, do Acadêmico Abrahim Baze e *Estado de Sítio* de Aldisio Filgueiras.

ACADEMIA MAÇÔNICA DE LETRAS

O Salão Azul foi palco das sessões solenes da Academia Amazônica Maçônica de Letras (1980), para posse do escritor Ademar Fernando Gunsch Gruber, em 14 de setembro de 2019, e posse da nova diretoria, em 18 de outubro seguinte, a demonstrar a relação institucional entre as entidades.

Em 11 de outubro, no mesmo Salão principal do sodalício, reuniu-se a Academia Brasileira de Educação Física para posse da professora Artemis Soares como membro titular, ela que ocupa a Cadeira 40 da Academia Amazonense de Letras e possui doutorado e inúmeros estudos vinculados a área desportiva e de educação física, a justificarem seu ingresso nessa Academia Brasileira.

No segundo biênio (2020-2021), as normas de segurança e saúde pública foram respeitadas, as atividades acadêmicas presenciais suspensas e o regime de trabalho administrativo passou a ser feito de forma remota. O que prejudicou o calendário de ações culturais e artísticas que estava definido.

A única atividade externa do período, realizada pouco antes das normatizações de segurança impostas pela pandemia, foi a gravação em vídeo para o Concurso “Voces8 Scholars 2020”. Onde a cantora Rebeca Leitão e o pianista Pedro Panilha utilizaram do espaço para executar peças musicais, visando a submissão ao concurso internacional de admissão de novos integrantes temporários ao octeto lírico.

Em 2021, a Casa voltou a funcionar na forma tradicional, no segundo semestre, mas unicamente com as funções administrativas, salvo situações especiais.

ACADEMIA ALÉM DOS MUROS

Além das visitas escolares recebidas pelo Silogeu, os Acadêmicos atenderam a convites da comunidade e órgãos públicos para encontros em escolas para participarem de eventos, feiras e saraus, especialmente em 2018 e 2019, com maior aproximação entre Acadêmicos e o público em geral, especialmente de professores e estudantes, uma das metas dessa gestão.

DEFESA DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Sediado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o Encontro Nacional do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra, foi realizado nos dias 3 e 4 de outubro de 2019. Com organização direta do Centro de Memória da Justiça

do Trabalho da 11ª Região, o evento contou com público formado por magistrados e servidores que atuam diretamente na gestão documental e em áreas afins. O Acadêmico Presidente, Robério Braga, realizou palestra no dia 4, com tema “A Necessidade da Preservação de Arquivos Particulares”. O convite decorreu da importância do trabalho que vem sendo realizado nos arquivos da Academia, e pela experiência do Presidente como Secretário de Estado de Cultura por 21 anos, com atenção especial pelo patrimônio arquivístico estadual. 211

ACADEMIA NA ESCOLA

No dia 23 de outubro de 2019 o Acadêmico Abrahim Baze fez palestra na Escola Municipal Antônio Mathias Fernandes, participando do Sarau Artístico, Histórico e Literário realizado na sala de multimídias da Escola, localizada na Comunidade União, Parque 10 de Novembro, em comemoração aos 350 anos da cidade de Manaus. Com a presença de turmas de idades variadas do Ensino Fundamental e EJA, o evento, coordenado pelos professores Valmir Medeiros, de Artes e Língua Inglesa, Tatiana Freitas, de Língua Portuguesa e Joaquim Rego, de História, contou com pronunciamento da Gestora, Profa. Simone Santos, da Pedagoga do turno noturno, Profa. Hiamilly Brito e palestra proferida pelo acadêmico Abrahim Baze com o tema: *Manaus Ontem e Hoje*, retratando biografias de personagens importantes para a história da cidade de Manaus.

No dia 8 de novembro de 2019, o Acadêmico Presidente Robério Braga proferiu palestra para alunos e professores do Instituto de Educação do Amazonas. Trata-se da antiga Escolar Normal, criada ainda ao tempo do Império do Brasil, da qual o Acadêmico foi aluno, seguindo a tradição de sua família. Na oportunidade, em debates com estudantes, versou sobre a história dessa instituição de ensino, desde os primeiros anos, inclusive, sobre personalidades que, alunos ou professores do colégio, se projetaram na vida política, social e econômica do Estado.

EVENTOS NA PANDEMIA

No segundo biênio (2020-2021), em razão da pandemia, os Acadêmicos passaram a participar de eventos online, como conferências,

- 212 mesas-redondas e debates, em sua maioria, preservando-se conforme as recomendações da saúde pública.

SEMINÁRIO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

Em fevereiro de 2020, o Seminário “Presente e Futuro do Centro Histórico de Manaus: desafios, normatização e potencialidades”, realizado no Palacete Provincial, contou com participação do Acadêmico Presidente, Robério Braga, proferindo a Palestra de Abertura, abordando o tema “Visão panorâmica de gestão pública e novas vertentes para o Centro Histórico de Manaus”. Promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o seminário, realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro, teve como base as preocupações com a área central da cidade e sua preservação paralela à gestão cultural de qualidade.

MARCHA SBPC

Em 06 de maio de 2020, a Academia participou da Marcha Virtual pela Ciência SBPC da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, atuando junto às suas Secretarias Regionais e Sociedades Científicas Afiliadas, a qual organizou um chamado a todos os interessados na Divulgação do Conhecimento e entidades ligadas à CT&I para a realização da Marcha Virtual pela Ciência no Brasil. Ao longo de todo o dia 7 de maio, vídeos foram compartilhados nas redes sociais da entidade, com o objetivo de chamar a atenção para a importância da ciência no enfrentamento da pandemia de covid-19 e suas implicações sociais, econômicas e na saúde das pessoas. A Academia Amazonense de Letras integrou a Marcha com os Acadêmicos Robério Braga, Marilene Corrêa e Artemis Soares.

SEMANA DE POESIA

A Academia participou em 29 de março de 2021 da Semana da Poesia, realizada pelo Centro Universitário do Norte – Uninorte, com objetivo de ajudar futuros docentes a perceberem a poesia como ferramenta de ensino. Tendo como tema principal “Semana da Poesia: Estação dos Versos”, o encontro do dia 29 de março contou com a

presença do Acadêmico Zemaria Pinto e foi mediado pelos docentes da Uninorte, Raimundo Nonato dos Santos e Alexandre da Silva Santos. 213

ACADEMIA DE MAUÉS

No dia 13 de abril de 2021, deu-se a sessão de fundação da Academia de Letras de Maués, realizada no auditório professor Luiz Eurico Ferreira nas dependências do Instituto de Oftalmologia de Manaus, que contou com participação do Acadêmico Cláudio Chaves. Maués é a terceira cidade do interior amazonense a organizar uma Academia de Letras. Além da terra do guaraná, contam com Academia os municípios de Parintins e Itacoatiara. A solenidade de inauguração e posse dos titulares da instituição ocorreu de forma híbrida, no dia 24 de setembro, em encontro realizado no auditório do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) Campus Maués, empossando mais de 40 intelectuais de Maués como titulares e honorários.

ARTE NO AMAZONAS

No dia 16 de abril de 2021, foi realizado o segundo capítulo do evento Registros, Histórias e Narrativas sobre a Arte Amazonense – Teatro, do qual participou o Acadêmico Márcio Souza. O projeto é realizado pela Associação ArtBrasil, nos moldes de entrevista e com os cuidados dedicados ao primeiro capítulo do projeto.

PROGRAMA ACADÊMICO JOVEM

Com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio das secretarias de Estado de Cultura e Economia Criativa e de Estado de Educação e Desporto, a Casa de Adriano Jorge instituiu o Programa *Acadêmico Jovem*, destinado a alunos dos 1.º e 2.º anos do Ensino Médio da rede estadual de ensino, contemplando 40 interessados em vivenciar experiência acadêmica, por meio de seleção pública.

Inicialmente previsto para ocorrer em 2020, o Programa é financiado por emendas parlamentares aprovadas em 2019, de autoria dos deputados estaduais Luiz Ricardo Saldanha Nicolau e Carlos Alberto de Castro Almeida. Como a pandemia impediu sua realização completa, em razão das medidas de segurança para retomada das atividades, no exercício de 2021 recebeu as inscrições de alunos matriculados em esco-

214 las administradas pela Coordenadoria 1, da Secretaria de Educação.

As primeiras atividades foram realizadas entre os meses de julho e setembro, com mais de 100 inscrições de jovens interessados que apresentaram textos sobre diversos temas, submetidos à avaliação de banca especial composta pelos Acadêmicos Elson Farias e Aristóteles Alencar e do professor Antônio José Braga de Menezes, representante da Secretaria de Educação, que selecionou 40 textos, e, portanto, os estudantes que deverão participar do Projeto ao longo do exercício de 2022.

Ao assumirem a posição de *Acadêmico Jovem*, os alunos participarão de todas as atividades oficiais da Academia Amazonense de Letras, frequentarão encontros de Acadêmicos e receberão auxílio mensal para custos eventuais com transporte e vestimentas, ficando as atividades presenciais sujeitas ao controle da pandemia, mas com previsão para fevereiro de 2022, com recursos financeiros assegurados para sua continuidade.

Foram selecionados os estudantes: Adalgisa Hellen Torres Mendes, Alice Kelly Ribeiro Araújo Soares, Aline Miranda de Medeiros, Alline dos Santos Araújo, Ana Beatriz Marques da Silva, Ana Caroline de Oliveira Dantas, Ana Christina Pereira Dutra, Ana Laura Santos Diniz, André Luiz Sena Leite, Bruna Larissa Pena de Souza, Camilly Barbosa Ferreira, Elizabeli Pantoja de Oliveira, Emanuel Silas da Silva Oliveira, Fabíola Juliana Cadete Monteiro, Fabrício Almeida da Silva, Guilherme da Silva, Iago dos Santos Barbosa, João Glaydson Camurça Siqueira, Jucyara de Lima Alves Silva, Kailanne Cruz de Oliveira, Livia Demétrio de Araújo, Livia Silva de Mello, Ludmila Raiany Ferreira de Araújo, Luna Gisella do Carmo Trindade, Marcella Soares Machado, Maria Alves de Souza Gavinho Neta, Maria Luiza Serrao Paiva, Maykon Douglas Santos Sounier, Myrella Eduarda Ferreira Duarte, Nayla Leonora de Paula Miranda, Nicole Caranha da Silva, Pamela Karoline Botelho do Nascimento, Pedro Henrique dos Santos, Ramilly Alves Martins, Rebeca Artiagas Taveira, Salomão Mesquita da Silva, Samara Amanda Oliveira dos Santos, Thiago Castro de Andrade Antunes, Viviane dos Anjos Matos, Yasmim Ribeiro Santiago.

Em busca de se modernizar e estar mais próximo de seu público, na presente gestão a Casa passou a contar com site institucional pelo qual é possível acompanhar as novidades, programações, obter informações sobre publicações antigas, Acadêmicos, atas, entre outros documentos que podem ser de grande valia para o uso comum da sociedade em geral e de pesquisadores.

Para garantir acesso popular por meio digital, o acervo da Biblioteca e Memorial Genesino Braga passou por processo de catalogação, classificação e digitalização, assim como as coleções de documentos administrativos, incluindo correspondências, estatutos, além da produção literária dos Acadêmicos e a coleção completa da *Revista da Academia*, e as edições das várias coleções Casa que agora podem ser consultadas digitalmente.

Além disso, a Casa está inserida no universo social digital, com perfis nas redes *facebook* e *instagram*, alimentados regularmente, o que, além de estreitar os laços de conhecimento e afeto entre público e Academia, permite a expansão de informações sobre as atividades da instituição, até então consideradas pouco acessíveis.

Tratou-se, então, de cumprir o firme propósito de abrir cada vez mais as portas da Academia – físicas ou digitais –, caminhando com a modernidade, o que se demonstrou eficiente desde a solenidade de posse do Acadêmico Marcos Frederico Krüger Aleixo que foi transmitida ao vivo pelo *facebook*, inaugurando essa modalidade na Casa. Essa transmissão, como as demais que se sucederam por meio da rede social, foi bem recebida pelo público que acompanhou a solenidade, inclusive, em outras cidades do Brasil e do exterior, com inúmeros comentários e compartilhamentos.

Esse meio de comunicação tem sido utilizado, também, para relacionamento com instituições de ensino e para pesquisa e relacionamento com outras Academias presentes no mundo digital.

Nesse campo, durante o período mais grave da pandemia, procurando não desvincular a Academia dos seus seguidores em redes sociais e ao mesmo tempo contribuir para minimizar os impactos da crise de saúde pública, a Academia promoveu saraus em redes com

216 Acadêmicos, e, principalmente, com artistas e todos os interessados que enviaram suas contribuições.

Essa iniciativa possibilitou a realização de 116 inserções, com poesia, música, pequenas palestras, trechos de obras de Acadêmicos para breve leitura, em cards interativos, veiculação do Programa “Literatura em foco” com entrevistas com diversos autores. Ao mesmo tempo, foi realizado o projeto Sarau em Casa, com poemas e contos autorais do público e de Acadêmicos, apresentações de cantores e grupos musicais populares e eruditos, tudo em uma espécie de Academia de Portas Abertas via redes sociais, em mais de 70 inserções em três meses, proposta que alcançou grande repercussão e adesão popular.

VISITA DO PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA

A 13 de novembro de 2021, a Casa recebeu a honrosa visita do escritor, professor e presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Luchesi, que esteve também em visita e conversação com o Conselho Municipal de Cultura. Trata-se da segunda visita presidencial à Academia Amazonense, visto que o Acadêmico Marcos Villaça esteve em 2010.

Na visita institucional, o presidente da ABL foi recebido pelo presidente Acadêmico Robério Braga e pelo Acadêmico Aristóteles Alencar Filho, logo em seguida eleito novo presidente, demorando-se em conversa fraterna e amigável, e conhecendo as dependências da Casa, conferiu as publicações das várias coleções da Academia e demonstrou atenção particular pelo Silogeu e pelo Amazonas.

Ao fim da visita, foi realizada a tradicional troca de presentes, incluindo medalhas comemorativas, renovando o vínculo de respeito e comprovada admiração mútua. O Acadêmico Presidente da ABL recebeu a Medalha do Centenário da Academia e conferiu a Medalha Euclides da Cunha, comemorativa do centenário de nascimento do notável escritor brasileiro.

VISITA DO PRESIDENTE DA ACADEMIA PARAENSE

No dia 6 de dezembro de 2021, o presidente da Academia Paraense de Letras, escritor Ivanildo Alves, visitou a Casa acompanhado por sua esposa, Letícia Alves, e pela Acadêmica Sarah Rodri-

gues, da Academia Paraense de Letras e correspondente da Academia Amazonense. 217

A comitiva foi recepcionada pelos Acadêmicos José Geraldo dos Anjos Feitosa e Abrahim Sena Baze, que apresentaram as dependências do Silogeu e resumiram as ações realizadas, em breve conversação. Na oportunidade, o Acadêmico Geraldo dos Anjos recebeu o diploma de Correspondente da Academia Paraense de Letras, e o Acadêmico Presidente Robério Braga a Medalha Cultural José Veríssimo.

ACADEMIA EM NÚMEROS

Além de manter a política de convênios de cooperação com entes públicos, a gestão dirigida pelos Acadêmicos Robério Braga e Marcos Barros ampliou essas relações e obteve mais recursos financeiros para projetos da Academia.

Os números abaixo demonstram os resultados de valores contratados e dispendidos no curso dos dois mandatos dessa presidência, e os saldos financeiros transferidos, em conta bancária, para o exercício de 2022.

Recursos recebidos – R\$ 2.769.328,90

Recursos dispendidos – R\$2.233.003,26

Manutenção da Academia – R\$ 846.987,68

Pessoal e encargos – R\$ 155.146,00

Obras e serviços de engenharia – R\$ 160.536,89

Edições – R\$ 1.070.332,69

Recursos em conta bancária para 2022

Programa Acadêmico Jovem – R\$129.763,87

Edição/Impressão de livros – R\$157.494,95

Medalhas Pericles Moraes e Aristophano Antony – R\$ 49.818,06

Academia de Portas Abertas – R\$102.642,34

Manutenção/Funcionamento – R\$ 97.606,42

NOVOS RECURSOS FINANCEIROS PARA 2022-2023

De comum acordo com a nova diretoria eleita, presidida pelo Acadêmico Aristóteles Comte Alencar Filho, foram solicitados e obtidos recursos de Emenda Parlamentar dos deputados estaduais Serafim Corrêa e Ricardo Nicolau e do vereador de Manaus, Amom

218 Mendel, com aplicação vinculada aos planos da nova administração para ampliação das edições da Coleção da Academia, realização de obras de manutenção, aquisição de equipamentos de informática e celular e realização de mural com fotos dos fundadores da Academia, conforme indicado a seguir:

- Edição/Impressão de livros – R\$108.150,00
- Obras de manutenção – R\$98.166,92
- Equipamentos de informática e celular – R\$52.068,40
- Mural de Fundadores – R\$29.406,60

NOVA DIRETORIA

No dia 18 de dezembro de 2021, em reunião de Assembleia Geral, foi eleita a nova administração da Casa, por unanimidade de votos, sob a presidência do Acadêmico Aristóteles Comte de Alencar Filho, para o biênio 2022-2023. Em concorrido pleito, no qual deu-se a apresentação de relatório-resumo da Administração que encerra a gestão, bem como a apresentação dos novos títulos publicados pela Academia.

Presentes os Acadêmicos Abrahim Sena Baze, Aldisio Gomes Filgueiras, Aristóteles Comte de Alencar Filho, Artemis de Araújo Soares, Euler Esteves Ribeiro, José dos Santos Pereira Braga, Júlio Antonio de Jorge Lopes, Lafayette Carneiro Vieira, Márcia Perales Mendes Silva, Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Marcos Frederico Krüger Aleixo, Marcus Luiz Barroso Barros, Mário Ypiranga Monteiro Neto e Max Carphentier Luiz da Costa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Maria José Mazé Santiago Mourão e Ernesto Renan Mello de Freitas Pinto. A incineração das cédulas encerrou o cerimonial acadêmico consolidando o resultado das urnas e abrindo novo capítulo para a história da Casa de Adriano Jorge, com a eleição e transmissão do cargo de presidente a médico e escritor, tal como sucedeu em 1918 quando da fundação e ao tempo do cinquentenário, em 1968, quando escritores que também eram profissionais da medicina foram elevados à direção da Casa.

REGGO

Esta revista foi composta pela Reggo Editorial,
em Dolly Roman e impresso em sistema offset sobre papel Off-Set 75g/m²
em julho de 2023 na capital do Amazonas, para a Academia Amazonense de Letras por meio do Termo de
Fomento n.º 02/2021-SEC, oriundo da Emenda Parlamentar de autoria do Deputado Estadual Serafim Corrêa.

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Mantendo a centenária tradição a Academia Amazonense de Letras lança mais uma revista contendo crônicas, poesias, discursos, artigos de opinião, biografias e relatório da sua diretoria.

A Revista da Academia Amazonense de Letras surge pujante mostrando raro esplendor para mostrar que a Literatura sobreviveu ao caos mundial.

Os escritores e poetas aproveitaram esse recolhimento compulsório e continuaram a produzir belas páginas. Vários projetos foram mantidos em incubadora e agora eclodem em profusão para ocupar as páginas desta bela Revista.

Boa leitura.



PREFEITURA DE
MANAUS



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS